

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA

**Análise da Evolução do Perfil da Dívida Pública dos
Municípios de Santa Catarina, a partir da vigência da
Lei de Responsabilidade Fiscal**

Florianópolis, 2005

OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA

**Análise da Evolução do Perfil da Dívida Pública dos
Municípios de Santa Catarina, a partir da vigência da
Lei de Responsabilidade Fiscal**

**Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina, como um dos
pré-requisitos para obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Flávio da Cruz

Florianópolis, 2005

OSVALDO FARIA DE OLIVEIRA

Análise da Evolução do Perfil da Dívida Pública dos Municípios de Santa Catarina, a partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e pelos membros abaixo.

Aprovada em: _____ de _____ de 2005.

Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof. Flávio da Cruz – Orientador
Professor Titular do Depto. de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Eleonora Milano Falcão Vieira
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Sérgio Marian
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 2005

Dedico esta monografia a minha família:

À Vó Nympha;

À minha mãe, Marilza;

Ao meu pai, Osvaldo Vitorino;

À Sara, minha compreensiva esposa; e

À minha querida filha Isabela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todos aqueles que contribuíram para que eu alcançasse esse objetivo, mas especialmente:

Ao professor orientador desta pesquisa, amigo e conselheiro Prof. Flávio da Cruz, por ter concedido seu tempo e compartilhado seu conhecimento comigo.

À diferenciada equipe de professores do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao amigo professor Orion Augusto Platt pelos conselhos e intercâmbios de conhecimento sobre o assunto.

Ao Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Luiz Suzin Marini, que me autorizou formalmente o acesso das informações disponíveis naquela Colenda Casa, para que fosse possível a viabilização da presente pesquisa.

Aos colegas do Tribunal de Contas pela boa vontade em compartilhar informações comigo e facilitar o acesso às mesmas, agradeço em especial ao Raul, da Presidência e ao João Luiz, João Eduardo, Paulo Salum e Filomena, da Diretoria de Controle de Municípios.

À Sara pela compreensão e auxílio em diversos momentos, especialmente quando tomou conta da nossa filha Isabela, enquanto tinha que me dedicar à pesquisa.

Aos meus irmãos, sogros, parentes e amigos do peito que direta ou indiretamente contribuíram para a finalização desta monografia e do próprio curso de Ciências Contábeis.

Ao grande mestre, professor Dauro Rodrigues Redaelli (*in memoriam*), cujos ensinamentos nunca mais esqueço, inclusive porque foram os verdadeiros instigadores desta minha segunda empreitada de formação superior.

A Deus pela vida e pela inteligência.

RESUMO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) trouxe dispositivos mais efetivos para a gestão responsável dos recursos públicos, com o controle do déficit e da dívida pública. Entre outros aspectos, esse se constitui no principal motivo para a realização desta pesquisa, que tem como objetivo geral analisar a evolução do perfil da dívida pública dos municípios catarinenses por meio de técnicas de análise financeira de balanços, aplicadas às demonstrações contábeis públicas, relativas aos exercícios de 2000 a 2003, portanto pós vigência da Lei Fiscal. Através de amostra intencional, foram selecionados os dez municípios que juntos são responsáveis por 65% da dívida pública de todos os municípios catarinenses em 2003. Duas bases de dados foram utilizadas: uma disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional (o FINBRA) e outra o Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Identificou-se que, apesar dos municípios da amostra terem apresentado indicadores bem inferiores aos limites de endividamento definidos pelo Senado Federal, houve um aumento real na dívida pública (12,3% no total e 6% na dívida per capita) e uma piora na sua qualidade, com o aumento da importância relativa da dívida de curto prazo (de 20% para 30% do total).

Palavras-chave: dívida pública, endividamento público, Lei de Responsabilidade Fiscal.

ABSTRACT

The Fiscal Responsibility Law (Law 101/2000) brought more effective devices for the responsible management of the public resources, with the control of the deficit and the public debt. Among others aspects, this matter has motivated the main reason for the accomplishment of this research. The present study has, as the general objective, to analyze the evolution of the profile of the public debt of the cities in the Brazilian state of Santa Catarina (South Region), through techniques of financial analysis, applied to the public accounting demonstrations, relative to the exercises from 2000 to 2003, therefore, after validity of the Fiscal Law. Through intentional sample, the ten cities had been selected that together are responsible for 65% of the public debt of all the cities of Santa Catarina in 2003. Two databases had been used: 1) available in the Brazil National Treasury website (FINBRA); 2) the system used by Court of Accounts of Santa Catarina State. It was identified that, in despite the cities of the sample having presented indicators well inferior to the public debt limits defined by the Federal Senate, it had a real increase in the public debt (12.3% in the total and 6% in the per capita debt) and a worsening in its quality, with the increase of the relative importance of the debt at short term (from 20% to 30% of the total).

Key Words: public debt, public indebtedness, Fiscal Responsibility Law.

ÍNDICE DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|----|
| Tabela 1 - | Quantitativo das Unidades Públicas Municipais de Santa Catarina | 17 |
| Tabela 2 - | Limites do Endividamento Público..... | 31 |
| Tabela 3 - | Dívida Pública dos Municípios (Passivo Real)..... | 44 |
| Tabela 4 - | Dívida Pública Consolidada dos Municípios da Amostra | 46 |
| Tabela 5 - | Dívida Pública das Prefeituras (2000 a 2002) e do Município (2003) | 46 |
| Tabela 6 - | Comparativo entre os registros do FINBRA e Sistema de Contas Anuais | 47 |
| Tabela 7 - | Dívida Pública dos Municípios da Amostra em 2003 – dados ajustados | 48 |
| Tabela 8 - | Indicador do Endividamento Municipal (cfe. Res. Senado Federal)..... | 51 |
| Tabela 9 - | Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Amostra | 51 |
| Tabela 10 - | Receitas de Operações de Crédito | 52 |
| Tabela 11 - | Indicador do Volume de Operações de Crédito..... | 53 |
| Tabela 12 - | Despesas Incorridas com o Serviço da Dívida..... | 53 |
| Tabela 13 - | Indicador do Comprometimento da RCL com o Serviço da Dívida..... | 54 |
| Tabela 14 - | Indicador do Custo do Endividamento | 54 |
| Tabela 15 - | Indicador da Amortização em Relação ao Volume da Dívida Pública..... | 55 |
| Tabela 16 - | Ativo Municipal da Amostra | 57 |
| Tabela 17 - | Dependência Financeira dos Municípios da Amostra | 58 |
| Tabela 18 - | Dívida Pública dos Municípios..... | 59 |
| Tabela 19 - | Evolução da População dos Municípios da Amostra..... | 60 |
| Tabela 20 - | Dívida Pública Per Capita dos Municípios da Amostra | 60 |
| Tabela 21 - | Análise Vertical da Dívida Pública dos Municípios da Amostra | 62 |
| Tabela 22 - | Análise Horizontal da Dívida Pública dos Municípios da Amostra | 63 |
| Tabela 23 - | Variação da Dívida Pública Total e Per Capita | 67 |
| Tabela 24 - | Evolução das Receitas e Despesas da Dívida Pública face a RCL..... | 68 |
| Tabela 25 - | Resumo dos Resultados da Pesquisa | 69 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Histograma de Pareto do Volume de Dívida Pública dos municípios catarinenses..... | 19 |
| Gráfico 2 - Municípios com Maior Volume de Dívida Pública em 2003 | 48 |
| Gráfico 3 - Tempo Médio Estimado que os Municípios da Amostra Levarão para Quitar as Dívidas.... | 56 |
| Gráfico 4 - Despesas com Amortizações e Juros em Relação ao Saldo da Dívida Pública..... | 57 |
| Gráfico 5 - Dependência Financeira dos Municípios da Amostra | 59 |
| Gráfico 6 - Evolução da Dívida Pública Per Capita em Valores Constantes (1ª Parte)..... | 61 |
| Gráfico 7 - Evolução da Dívida Pública Per Capita em Valores Constantes (2ª Parte)..... | 61 |
| Gráfico 8 - Evolução da Dívida Pública dos Municípios da Amostra em Valores Constantes..... | 64 |
| Gráfico 9 - Evolução dos componentes da Dívida Fundada dos Municípios em Valores Constantes..... | 65 |
| Gráfico 10 - Evolução dos componentes da Dívida Flutuante dos Municípios em Valores Constantes.... | 66 |
| Gráfico 11 - Evolução da Dívida Per Capita dos Municípios da Amostra em Valores Constantes | 67 |
| Gráfico 12 - Evolução dos Componentes da Dívida Pública dos Municípios - Resumo. | 68 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | Tema e Problema | 11 |
| 1.2 | Objetivos | 13 |
| 1.3 | Relevância e Justificativas | 14 |
| 1.4 | Organização do Trabalho | 14 |
| 2 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 16 |
| 2.1 | Caracterização da Pesquisa | 16 |
| 2.2 | População e Amostra | 17 |
| 2.3 | Coleta e Organização dos Dados | 20 |
| 2.4 | Limitações Preliminares | 22 |
| 3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 23 |
| 3.1 | Conceito de dívida pública | 23 |
| 3.2 | Os Parâmetros de Controle do Endividamento Público e a LRF..... | 29 |
| 3.3 | Análise da Dívida Pública por meio dos Balanços Públicos | 33 |
| 3.4 | Análise de Séries Temporais..... | 40 |
| 4 | ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS | 44 |
| 4.1 | Ajuste da Base de Dados e Análise de Consistência | 45 |
| 4.2 | Análise por meio de Índices Financeiros de Endividamento..... | 49 |
| 4.3 | Análise Vertical da Dívida Pública dos Municípios da Amostra | 62 |
| 4.4 | Análise Horizontal da Dívida Pública dos Municípios da Amostra | 63 |
| 4.5 | Resumo dos Principais Resultados Apurados..... | 66 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 70 |
| 6 | REFERÊNCIAS..... | 73 |
| 7 | APÊNDICE A - SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS..... | 78 |
| 8 | APÊNDICE B - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS | 80 |
| 9 | APÊNDICE C – ANÁLISE ESPECÍFICA DE CADA MUNICÍPIO..... | 82 |
| 10 | APENDICE D – ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO PARA 31/12/2003 | 126 |

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se o problema de pesquisa e os objetivos traçados para responder ao problema formulado, discorre-se sobre a relevância e justificativa em relação à escolha do tema e sobre os procedimentos metodológicos que se pretende adotar quando da realização da pesquisa propriamente dita.

1.1 Tema e Problema

Um dos maiores, senão o maior, problema da atualidade no campo da administração pública é a dívida pública. A situação de relativa estabilidade econômica (baixa inflação) e de redução do déficit público permitiu que as atenções da mídia fossem voltadas para o problema da dívida pública. Uma pesquisa rápida em um dos meios de comunicação impresso (Jornais) revela que a preocupação com esse tema é grande na atualidade.

Na imprensa estadual, nos últimos dois anos, muitas reportagens trouxeram à tona o problema da dívida pública. Por exemplo: “TCE diz que dívida de SC é de R\$ 10,3 bi” (Jornal A Notícia, de 11/11/2003); “Dívida de Floripa” (Jornal A Notícia, de 27/10/2003); “CPI da dívida aprovada sem apresentar números” (Jornal A Notícia, de 25/05/2004); e “Dívida”, referindo-se à dívida de Criciúma com a CELESC (03/06/2004). “Divergências por CPI da dívida estadual” (Jornal Diário Catarinense, de 19/09/2003) e “Dívida pública é a grande preocupação” (Jornal Diário Catarinense, de 22/04/2004).

Também no âmbito nacional, a preocupação com o endividamento público pode ser constatada, conforme demonstra-se nos títulos que seguem: “Dívidas municipais encolhem; a de SP explode” (O Estado de São Paulo, 11/07/2004); “Cresce dívida de metade das capitais do País” (O Estado de São Paulo, 12/07/2004); “Dívida das capitais sobe 20,4% em 2 anos: montante vai de R\$ 29,4 bi em 2001 para 35,4 bi em 2003; São Paulo responde por 80% do aumento, registrado em mais 16 cidades” (Folha de São Paulo, 12/07/2004)

Importante observar que a dívida pública tomou dimensões mais significativas a partir do momento em que o Estado brasileiro resolveu (pelo menos em parte) o problema da inflação galopante e da generalizada cultura do déficit público. Pouco tempo atrás, a sociedade menos especializada não conhecia o grave problema do endividamento público, pois a inflação, além de distorcer os números do Balanço Geral da União, desviava a atenção para si.

A história das finanças públicas do Brasil revela uma prática, quase que cultural, do governo sempre gastar mais do que arrecada. Uma revisão da história econômica brasileira mostra que ocorrência de déficits nas contas públicas foi sempre bastante comum e recorrente, existindo pouquíssimos períodos em que a gestão pública promoveu um equilíbrio entre as contas de despesa e receita.

Esta situação remonta desde a época do Império e perdurou até pouco tempo atrás, sobretudo até o ano 2000, quando passou a vigorar a Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, publicada em 4 de maio de 2000, foi resultado de um esforço governamental, iniciado a partir de 1995 com o Programa de Ajuste Fiscal, encabeçado pelo Governo Federal. O grande motivo, que estava subjacente a esse programa, era a necessidade de modificar uma cultura de gestão pública deficitária, compelindo para que todos os entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) produzissem, no mínimo, equilíbrio nas contas públicas.

Essa Lei, ao introduzir e reforçar instruções para a gestão responsável dos recursos públicos, preocupou-se também com o problema do endividamento público. Em capítulo específico, fez referência a limites para realização de operações de crédito, para o comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas decorrentes do serviço da dívida, para o volume da dívida, assim como estabeleceu as penalidades para quem ultrapassasse os respectivos limites. Esses limites foram definidos por resoluções do Senado Federal.

Neste novo contexto histórico, pós LRF, com mudanças culturais em relação ao necessário equilíbrio fiscal e controle da dívida pública, torna-se relevante a realização de pesquisas que busquem identificar o perfil e o comportamento dessa dívida, os motivos que explicam esse comportamento ao longo do curto período pós LRF, para que seja possível, numa próxima etapa, a elaboração de propostas que visem minimizar o problema da dívida pública, especialmente através do controle externo.

Pesquisas da dívida pública da União, dos Estados-membros e das Capitais já foram realizadas e estão disponíveis para consulta. No entanto, esta pesquisa focaliza o problema da dívida pública dos municípios de Santa Catarina, até em razão de seu pesquisador atuar no Controle Externo dos municípios catarinenses, sendo servidor efetivo do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Assim, a presente pesquisa procura responder ao seguinte problema:

Qual o perfil da dívida pública dos municípios do Estado de Santa Catarina, na atualidade e como se comportou a evolução de seu volume total a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal?

1.2 Objetivos

Para responder ao problema de pesquisa, apresenta-se os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução do perfil da dívida pública dos municípios catarinenses, por meio de técnicas de análise financeira de balanços, aplicadas às demonstrações contábeis públicas relativas aos exercícios de 2000 a 2003 (pós vigência da LRF).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Conceituar dívida pública e seus componentes, identificando os parâmetros de controle do endividamento público, trazidos a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal e normas complementares;
- b) Revisar e apresentar os fundamentos teóricos pertinentes as técnicas de análise financeira de balanços, com a identificação de indicadores específicos para as demonstrações contábeis públicas e ajustáveis ao propósito desta pesquisa.
- c) Analisar as demonstrações contábeis dos entes públicos municipais, responsáveis pela maior parcela da dívida, relativas ao período de 2000 a 2003, por meio de técnicas de análise financeira de balanços, verificando o comprometimento da receita corrente líquida com as despesas decorrentes de cada componente do serviço da dívida;
- d) Avaliar a evolução do nível do endividamento dos municípios catarinenses a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, identificando os fatos relevantes que causaram a evolução do montante da dívida pública durante o período analisado.

1.3 Relevância e Justificativas

A relevância da presente pesquisa decorre da importância que o tema dívida pública ganhou nos últimos anos no Brasil, sobretudo a partir do ano 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Tanto em nível federal, quanto estadual e municipal, a discussão em torno da dívida pública será recorrente ainda por muito tempo, dado seu volume e, conseqüentemente, sua repercussão negativa nas despesas públicas, minimizando sobretudo as perspectivas de investimentos.

A pesquisa tem importância pois não são conhecidos trabalhos específicos sobre a dívida pública dos municípios catarinenses. Espera-se que a divulgação dos resultados auferidos numa pesquisa desse tipo contribua para despertar os diversos segmentos da sociedade (acadêmico, empresarial e demais ramos) para a necessidade de se controlar o nível do endividamento público. Tem importância também como precursor de propostas que visem auxiliar o processo de controle externo da dívida pública municipal, particularmente no âmbito do Tribunal de Contas, já que o pesquisador é Auditor Fiscal de Controle Externo daquele órgão e trabalha na Diretoria de Controle de Municípios. Espera-se também, que sejam viabilizadas informações para auxiliar no processo de gerenciamento da dívida pública, visando uma gestão pública mais eficaz e efetiva dos recursos públicos.

Ressalta-se que a seleção do período (2000 a 2003), exclui o exercício de 2004, uma vez que os balanços públicos relativos a esse exercício ainda não passaram pelo crivo do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ou seja, ainda não foram emitidos os pareceres prévios das contas municipais de 2004 e, portanto, estão mais sujeitos a inconsistências contábeis.

1.4 Organização do Trabalho

O presente documento está organizado em cinco grandes capítulos. Neste primeiro de Introdução, mostra-se o problema de pesquisa, a justificativa da sua escolha a relevância teórico-empírica e os objetivos traçados para auxiliar o processo de pesquisa na resposta ao problema de pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa. Descreve-se desde a caracterização da pesquisa, a escolha e a justificativa da escolha pela amostra intencional, não probabilística, discorre-se também sobre o processo de coleta e organização dos dados da pesquisa e, ainda no capítulo de Metodologia, discorre-se sobre técnicas propostas para a análise de séries temporais, com minimização dos efeitos

inflacionários. Ao final do capítulo, apresenta-se também as limitações preliminares da pesquisa.

O capítulo seguinte trata da fundamentação teórica, que dá suporte à pesquisa propriamente dita. São apresentados os conceitos de dívida e dívida pública, sua composição e particularidades. Depois discorre-se sobre o contexto histórico do endividamento público do país, a relação entre dívida pública, juros e inflação, o Programa de Ajuste Fiscal do Governo Federal, com repercussão nos Estados e Municípios, terminando com a definição dos parâmetros de controle do endividamento público no país. Finalmente, são apresentadas as técnicas de análise de balanços que permitirão a leitura da evolução do perfil da dívida pública dos municípios catarinenses, após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O quarto capítulo presta-se à apresentação dos resultados de uma vasta pesquisa prática nas bases de dados do Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional e do Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Nesse capítulo, gráficos e tabelas são apresentados para demonstrar a mudança no perfil do endividamento público tando do ponto de vista geral, envolvendo todos os municípios da amostra, quanto de cada município em particular.

Ao final, são apresentadas as considerações finais e a lista de obras consultadas durante o processo de pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Caracterização da Pesquisa

Um dos principais aspectos relativos à caracterização metodológica diz respeito ao enquadramento dos dados e informações necessários ao desenvolvimento da pesquisa, podendo ser qualitativos ou quantitativos. Da característica dos dados, decorre o tratamento dado pelo pesquisador. Segundo Amboni (1998, p. 2), “o quantitativista preocupa-se com a medição objetiva e quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados”. Nesta impera a neutralidade do pesquisador, restringindo-se os estudos somente aos fenômenos que podem ser observados e medidos. Na pesquisa qualitativa a neutralidade do pesquisador não é tão evidente e não existe a preocupação em enumerar e/ou medir os eventos estudados. Nela o pesquisador interage com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos.

Os dados e informações tratados nesta pesquisa são predominantemente quantitativos. O objeto inicial de análise é o valor monetário relativo às diversas rubricas associadas ao endividamento, incluindo as receitas de operação de crédito e as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida pública. Portanto, a pesquisa adota um cunho eminentemente quantitativista. Contudo, há que se considerar a existência de informações qualitativas, que exigirão o tratamento mais subjetivo das informações analisadas. Isto ocorre, especificamente, a partir do resultado da análise da evolução dos dados quantitativos. A partir daí será necessário identificar fatos que expliquem alterações relevantes no montante da dívida pública municipal ou no volume das despesas decorrentes das amortizações e dos encargos financeiros dessa dívida.

Outra caracterização pertinente diz respeito a perspectiva do estudo. De acordo com Amboni (1998), entende-se por perspectiva do estudo o período considerado para análise do fenômeno. A perspectiva pode ser do tipo longitudinal ou diacrônica, quando analisa um fenômeno ao longo do tempo; transversal ou sincrônica, quando a análise se dá num tempo determinado e não considera a evolução temporal; ou *cross sectional*, quando

considera ambas as situações. O conceito *cross sectional* caracteriza-se por um estudo longitudinal com cortes transversais, ou seja, por um período de tempo determinado, procura-se identificar semelhanças e diferenças relacionadas a um fenômeno de pesquisa em tempos determinados.

Pelo exposto, fica evidente que se trata de uma pesquisa do tipo longitudinal ou diacrônica, já que o objetivo principal é analisar a evolução do perfil da dívida pública dos municípios catarinenses, ao longo do período de 2000 a 2003, sem, em princípio, ficar evidenciada a necessidade de cortes transversais no período delimitado.

2.2 População e Amostra

O objeto da presente pesquisa é o endividamento público dos municípios catarinenses. Como são 293 o número de municípios existentes no Estado de Santa Catarina na atualidade, este é o tamanho da população a ser estudada, até porque os dados secundários disponíveis consolidam o endividamento por município. Contudo, ao considerar todos os órgãos da administração direta e indireta pertencentes ao poder público municipal, o tamanho da população aumentaria para 1.608 unidades, entre Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmaras Municipais.

Tabela 1 - Quantitativo das Unidades Públicas Municipais de Santa Catarina

| | |
|------------------------|-------------|
| Administração Direta | 293 |
| Autarquia | 103 |
| Câmara de Vereadores | 219 |
| Empresa | 18 |
| Fundação | 88 |
| Fundo | 887 |
| Contagem global | 1608 |

Fonte: Banco de Dados do Sistema Auditor Fiscal de Contas Públicas (ACP) do TCSC

Importante observar que o conceito de dívida pública, conforme demonstra-se em capítulo específico da fundamentação teórica, exclui as dívidas das empresas públicas e sociedades de economia mista independentes do poder executivo municipal.

Pelas características desta pesquisa, optou-se pela amostra não-probabilística, tipificada como “amostra intencional ou por julgamento”, que apesar de ser teoricamente inferior a amostragem probabilística enquadra-se melhor ao objeto que será pesquisado. Neste sentido, alguns aspectos devem ser apresentados aqui para que os benefícios e limitações deste tipo de amostragem sejam esclarecidos.

De acordo com Stevenson (1981, p. 166-167) sempre que possível deve-se priorizar a amostragem probabilística, pois a amostragem não-probabilística é subjetiva, ou seja, não permite que seja calculada uma estimativa de variação em relação aos resultados obtidos na pesquisa (estimativa do erro amostral). Portanto, não é recomendável que as conclusões extraídas da amostra sejam ampliadas à população. Contudo, Mattar (1994, p. 284-285) apresenta diversas razões práticas que podem sustentar perfeitamente a escolha por um método de amostragem não-probabilística, dentre as quais destacam-se:

- a) Apesar de tecnicamente superior na teoria, na prática a aplicação da amostragem probabilística é bem mais complicada que a amostragem intencional, sendo que algumas vezes, apesar de todo esforço feito no planejamento, o resultado do processo de amostragem pode ser não probabilístico. No caso desta pesquisa, se os municípios com maior endividamento não forem contemplados na amostra aleatória, os resultados da pesquisa perderiam importância.
- b) A limitação de tempo, de recursos financeiros, de materiais e até de recursos humanos, para realização da pesquisa. Uma amostra representativa dos órgãos públicos dos 293 municípios seria inviável no contexto no qual o pesquisador se encontra. Realizando uma amostra intencional, os recursos necessários para viabilizar a pesquisa reduziriam significativamente, mas o volume da dívida pública analisada ainda seria bastante representativo. De outro lado, é importante salientar que a iniciativa da pesquisa deve ser bastante considerada, pois daria os caminhos para uma bem-vinda pesquisa complementar no futuro.

A amostra intencional que se pretende tem como idéia subjacente a “Lei de Pareto”, que em síntese diz que: “em toda série de elementos a serem controlados, uma pequena fração selecionada em termos de números de elementos usualmente é responsável por uma grande fração em termos de efeito”. (CSILLAG, 1995, p. 130).

De acordo com Csillag (1995), Vilfredo Pareto, engenheiro italiano que lecionava Economia, pesquisou a distribuição de rendas em diversos países, descobrindo que, apesar de grandes diferenças sociais e econômicas, poucas pessoas recebiam grande parte do dinheiro, independentemente do regime político ou da antiguidade da sociedade que havia realizado a pesquisa. Mais tarde suas precursoras observações acabaram por orientar outros estudiosos a definir uma regra um tanto quanto generalista sob o título de “Lei de Pareto”.

Não obstante a necessidade de se ter um senso crítico a respeito da “Lei de Pareto”, sua aplicação prática é grandiosa, tanto que é amplamente difundida e utilizada como ferramenta de administração, particularmente na administração da produção, da

qualidade e na administração de materiais. No caso da dívida pública dos municípios catarinenses, em pesquisa secundária realizada no site da Secretaria do Tesouro Nacional em novembro de 2004, verificou-se que praticamente 65% do volume total da dívida pública dos Municípios Catarinenses foi produzido por apenas 10 municípios, conforme consta no Apêndice A desta Monografia.

Concentrando os esforços na análise da dívida pública desses 10 municípios do Estado de Santa Catarina, nos exercícios financeiros de 2000 a 2003, tem-se como resultado a avaliação de 64,7% do volume da dívida que é o objeto a ser pesquisado. Com essa amostra intencional otimiza-se os limitados recursos existentes, produzindo resultados relevantes em relação ao volume total do endividamento dos municípios catarinenses.

O gráfico que segue é conhecido como histograma ou diagrama de Pareto, ou até mesmo curva ABC. É bastante usado como ferramenta para gerenciamento da qualidade e da produção para administração de materiais. Com ele vislumbra-se com facilidade quais itens devem ser priorizados em termos de planejamento, organização, controle etc. (Kume, 1993). Esse tipo de histograma, demonstra quais municípios devem ser priorizados na análise do perfil da dívida pública dos municípios de Santa Catarina, já que são os responsáveis pela maior parte do endividamento.

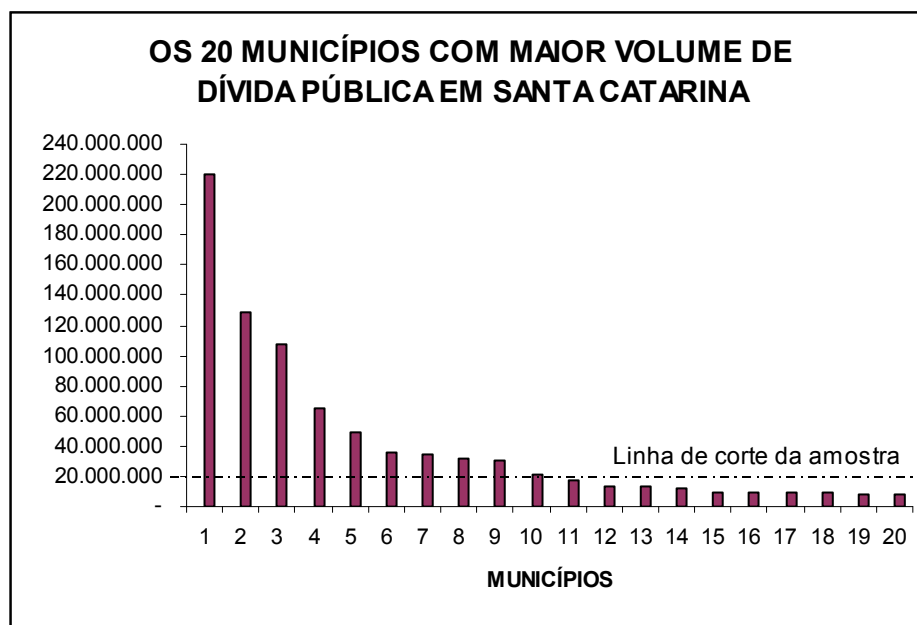


Gráfico 1 - Histograma de Pareto do Volume de Dívida Pública dos municípios catarinenses

OBS.: os municípios indexados no gráfico constam em relação contida no Apêndice A desta monografia.

Fonte: o autor.

Observa-se que o Município de São José não possuía registros contábeis disponíveis no banco de dados do FINBRA, relativos ao exercício de 2003. Entretanto, verificou-se que nos exercícios anteriores sua dívida o colocava entre os dez municípios com maior volume de dívida. Então, optou-se na pesquisa por colocá-lo em lugar do município de Araranguá, sendo o valor da dívida pública desse município buscada no Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Desde logo, friza-se que a amostra intencional selecionou os Municípios com maior volume de dívida pública (dívida fluante + dívida fundada). Não se trata dos municípios mais endividados. Nesse caso haveria a necessidade de definir um indicador para ser usado como critério a fim de identificar o nível de endividamento. Muitos dos municípios selecionados pela amostra intencional, não estão em situação crítica quanto ao nível de endividamento, ou seja, a dívida não compromete sua gestão.

O indicador utilizado como parâmetro para limitar o endividamento dos Municípios, definido pelo Senado Federal (Res. 40/2001, art. 3º), parece apropriado para a percepção inicial do nível de endividamento dos municípios da amostra intencional. Ressalta-se que sua apuração deve ser feita em demonstrativo próprio, mas que apenas para fins de conhecimento prévio, utilizou-se resumidamente a seguinte expressão matemática:

$$\text{Índice do Senado} = \text{Dívida Consolidada Líquida} \div \text{Receita Corrente Líquida}$$

$$\text{Sendo: Dívida Consolidada Líquida} = \text{Dívida Consolidada} - \text{Ativo Financeiro.}$$

O Limite máximo proposto para a Dívida Consolidada Líquida é 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.

A tabela contida no Apêndice B desta monografia demonstra a situação dos municípios da amostra, no contexto dos demais municípios do Estado de Santa Catarina.

2.3 Coleta e Organização dos Dados

O trabalho de coletar e analisar dados é de fundamental importância, especialmente porque desse trabalho o pesquisador extrai as informações relevantes para poder atingir os objetivos da pesquisa. E ainda, a partir da análise dos dados é que poderá construir a conclusão do trabalho.

Primeiramente, há que se considerar o levantamento e a revisão teórica sobre o tema em questão. A partir deles, forma-se a fundamentação teórica, que, em última análise, é uma primeira forma de coletar dados e informações pertinentes ao tema a ser pesquisado.

A execução da pesquisa, com a coleta e o tratamento dos dados, foi viabilizada pela técnica de análise documental de registros publicados em meio eletrônico e em papel.

Registros de dois bancos de dados foram analisados e interpretados. Como fonte principal utilizou-se os registros contidos no banco de dados Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (FINBRA), disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br em 14/02/2005). Como fonte secundária a pesquisa buscou dados no banco de dados do Sistema de Contas Anuais, do Tribunal de Contas de Santa Catarina e nos Balanços Anuais dos Municípios da amostra.

De acordo com a STN (2004), o banco de dados do FINBRA, disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, contém dados relativos à execução orçamentária dos municípios brasileiros (receitas e despesas) e relativos à posição patrimonial desses municípios (ativos e passivos). Está disponível sob a forma de arquivo eletrônico (Banco de Dados Access) e busca atingir o princípio constitucional da publicidade. A coleta de dados é realizada pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, por intermédio da Portaria n. 59, de 1º de maio de 2001, a partir do preenchimento pelo Município de um formulário intitulado “Quadro dos Dados Contábeis Consolidados”. Portanto, trata-se de um banco de dados no qual se desconhece o nível de confiabilidade das informações ali presentes. Contudo, propõe-se a expressar dados consolidados do município, envolvendo tanto a administração direta quanto a indireta.

O banco de dados do Sistema de Contas Anuais expressa os dados registrados nos balanços anuais fornecidos ao Tribunal de Contas de Santa Catarina para fins de elaboração do Relatório de Contas Anuais que subsidia o parecer prévio do Tribunal de Contas. Trata-se, portanto, de dados já analisados pela equipe técnica do Tribunal, e provavelmente corrigidos quando apresentam inconsistências. Acredita-se que a confiabilidade dos dados ali disponíveis são superiores aquelas disponíveis no FINBRA. Contudo, possui uma singular limitação que inviabiliza sua utilização como fonte principal nesta pesquisa. Os dados relativos aos exercícios de 2000 a 2002 não estão consolidados, refletindo apenas registros da Prefeitura Municipal.

Como esta pesquisa tem como objetivo analisar a dívida pública municipal todos os órgãos da administração direta e indireta devem ser considerados, pois do contrário, haveria significativas limitações uma vez que muitos órgãos da administração indireta apresentam significativas dívidas de curto prazo (restos a pagar, sobretudo) e alguns de longo prazo, como no caso dos passivos atuariais típicos dos fundos de previdência públicos.

Observa-se que também foram analisados os Balanços Anuais das prefeituras e municípios da amostra, nos exercícios posteriores à vigência da Lei de Responsabilidade

Fiscal (2000 a 2003) e com parecer prévio já emitido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina. Ressalta-se que o exercício de 2004 não será analisado, pois o Tribunal de Contas de Santa Catarina só concluirá os trabalhos de análise desse exercício em 2005.

Os cálculos necessários para atualização monetária do saldo da dívida pública de cada município, das despesas com encargos financeiros e amortizações incorridas e receitas de operações de crédito ao longo do período analisado serão efetuados com o recurso da planilha eletrônica de cálculo. Este aplicativo tem grande utilidade nos trabalhos a serem realizados, pois possibilita aplicação de inúmeras funções matemáticas, estatísticas, financeiras, de gerenciamento de dados, produção gráfica, entre outros.

2.4 Limitações Preliminares

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a evolução do perfil da dívida pública dos municípios de Santa Catarina, cotejando-o com as receitas e despesas relacionadas à dívida. Na busca desse objetivo algumas limitações preliminares tiveram de ser consideradas, uma vez que o desdobramento do tema implicaria no aumento significativo da pesquisa a ser realizada e, conseqüentemente, no aumento dos recursos necessários para viabilizá-la.

Do ponto de vista teórico, a limitação principal está na escassez de trabalhos que tratem especificamente sobre o endividamento público no âmbito municipal do Estado de Santa Catarina. Em pesquisas realizadas nas bibliotecas do TCE/SC, da UFSC, da UDESC e em *sites* como o da Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.receita.gov.br), não foram encontrados obras específicas sobre a dívida pública dos municípios de Santa Catarina. Por outro lado, isto contribui para a relevância e importância da realização da presente pesquisa.

Outro aspecto importante a considerar tem relação com a amostra intencional. A seleção dos 10 municípios que mais contribuem para a formação da dívida pública dos municípios catarinenses, apesar de obedecer critério metodológico apropriado que selecionou os municípios com participação relevante no volume total da dívida pública, acaba inviabilizando a possibilidade de se ampliar as conclusões desta pesquisa para toda população alvo (todos os 293 municípios do Estado).

Do ponto de vista prático, a principal limitação é o tempo restrito para realizar a pesquisa. Como não se dispõe de equipe humana para ajudar na análise dos balanços públicos dos 293 municípios catarinenses, o tempo disponível limitou a análise a uma amostra dos 293 municípios.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentadas as bases teóricas acerca do endividamento público. Inicia-se pela discussão conceitual em torno da dívida pública e de seus componentes, discorre-se sobre a história do endividamento público no âmbito nacional, a relação existente entre dívida pública, os juros e a inflação, o Programa de Ajuste Fiscal, encabeçado pelo Governo Federal, mas com importantes reflexos à nação brasileira, e os parâmetros de controle atualmente vigentes, com destaque aos dispositivos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

3.1 Conceito de dívida pública

Recentemente, acompanhamos pela da imprensa uma discussão acirrada em torno da dívida do Estado de Santa Catarina. Luis Henrique da Silveira, atual Governador do Estado (gestão 2003-2006) divulgava o recebimento de “herança maldita”, no valor de R\$ 15,4 bilhões, enquanto que seu antecessor (Esperidião Amim – gestão 1999-2002) defendia que o valor correto era de R\$ 10,3 bilhões. O embate foi tamanho que uma Comissão Parlamentar de Inquérito acabou sendo constituída, com a finalidade de apurar o real valor da dívida pública do Estado de Santa Catarina. O teor do Editorial Político do Diário Catarinense de 19/09/2003 traduz o fato da época:

A animosidade que tem marcado o clima entre situação e oposição na Assembleia Legislativa também se estendeu para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da dívida pública.

As divergências surgiram logo após a instalação da CPI, na tarde de quarta-feira. O presidente, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), defende a investigação do real valor da dívida do Estado - se é R\$ 10,3 bilhões como diz o governo anterior ou R\$ 15,4 bilhões como atesta o atual - e em seguida parta para saber a origem da dívida.

O relator, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), acha que é necessário partir do ano de 1983, data definida pelo requerimento da CPI e, de lá para cá, levantar o montante e como foi gerado. A CPI tem 120 dias para descobrir a origem da dívida pública.

O relatório da CPI acabou sendo aprovado por unanimidade sem apresentar um valor definitivo do saldo da dívida pública em 31/12/2002, em razão de uma divergência

conceitual entre as duas posições, conforme Editorial Político do Jornal A Notícia, de 25/05/2004.

O Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Conselheiro Salomão Ribas Júnior, em depoimento na CPI, interpretando o conceito de dívida à luz das Resoluções do Senado Federal, tomou posição pelo valor de R\$ 10,3 bilhões, justificando que o conceito de dívida pública não contempla as dívidas das empresas públicas não dependentes e os valores decorrentes dos riscos fiscais. Com relação ao depoimento do Presidente do Tribunal de Contas, o relator da CPI, deputado Ronaldo Benedet se pronunciou nos seguintes termos: “É tudo uma questão de conceito e semântica. Foi um depoimento de alto nível que proporcionou um debate acadêmico e jurídico. E o mais importante foi ele (o presidente do TCSC) ter se comprometido a levantar a origem da dívida, para que os conceitos de análise possam ser aprimorados” (Editorial Político do Jornal A Notícia, de 11/11/2003).

Esse episódio fortalece a necessidade de conhecimento dos termos existentes sobre dívida pública, justifica a importância da revisão conceitual que se segue, além de esclarecer qual o entendimento de dívida pública será adotado na presente pesquisa.

De início, colamos o conceito de dívida trazido por Ferreira (1999), conhecido com o nome comercial de Dicionário Aurélio do Século XXI:

De acordo com o autor, dívida é:

“a . Aquilo que se deve;

b. Obrigação, dever;”

Lopes de Sá e Lopes de Sá (1994, p. 174) conceitua dívida como sendo o “fato patrimonial que representa o débito de financiamento ou de funcionamento; valor que a empresa tem a pagar a terceiros; valor que representa um crédito obtido por compra ou empréstimo”.

Mas, do ponto de vista teórico, é Sanches (1997, p. 87) que traz o conceito mais abrangente sobre dívida, articulando inclusive as motivações para existência de dívidas tanto nos setores público, quanto nos privados. Vejamos:

Dívida – o compromisso financeiro assumido por uma pessoa física ou jurídica – de direito público ou privado – perante outra pessoa física ou jurídica. Tendo em conta que a sociedade capitalista estimula o consumo, visto como fator essencial para a manutenção da produção e geração de riquezas pelo sistema econômico, a antecipação de rendas futuras (através do endividamento) passou a ser uma forma de viabilizá-lo. No setor público a constituição de dívidas representa uma maneira de viabilizar empreendimentos que de outro modo somente seriam possíveis muitos anos mais tarde. Tal antecipação, quando relacionada à implantação de infra-estrutura, pode se constituir em importante instrumento de modernização do processo produtivo e de desenvolvimento econômico.

Dirigindo o conceito para o setor público encontraremos definições legais e também teóricas.

Do ponto de vista teórico, mais voltado aos interesses acadêmicos, Sanches (1997, p. 89-90) é o autor que apresenta o conceito mais abrangente de dívida pública, considerando inclusive as motivações ou origens da dívida pública:

Total acumulado dos déficits orçamentários das entidades públicas de um Governo, expresso pelo somatório de compromissos derivados de operações de créditos e de outras formas de endividamento (leis, contratos, convênios, tratados etc.), estabelecidas no passado com vistas a atender necessidades públicas que de outra forma não poderiam ser providas em razão de orçamentos deficitários ao nível de resultados primários. Tais operações podem ser de curto ou de longo prazo. (...)

Por dívida pública entende-se também dívida passiva, conforme definição do mesmo autor:

Expressão utilizada, no âmbito do setor público, para designar as obrigações (débitos) de uma unidade orçamentária – sobretudo da administração indireta –, ou de um Governo (Federal, Estadual ou Municipal) para com terceiros (entidades, agentes ou financiadores). Referem-se, portanto, aos compromissos assumidos para atender a eventuais desequilíbrios orçamentários ou para financiar a execução de obras, empreendimentos ou aquisição de bens e/ou serviços. Tais obrigações são, normalmente, designadas por “dívidas” ou por “dívida pública”. As dívidas passivas abrangem obrigações de curto e longo prazo, designadas as primeiras por dívida flutuante e, as últimas, por dívida fundada. (...)

(SANCHES, 1997, p. 90).

A legislação, ao referir-se à dívida pública, apresenta os seguintes termos: dívida flutuante, dívida fundada, dívida consolidada e dívida consolidada líquida.

A Lei n. 4.320/64, lei basilar da Contabilidade Pública, que estatuiu as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, definiu dívida flutuante e dívida fundada, como sendo:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I – os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II – os serviços da dívida a pagar;

III – os depósitos;

IV – os débitos de tesouraria.

(...)

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamentos de obras e serviços públicos. (grifo nosso)

(BRASIL, 1964, p. 30-31)

Esses conceitos mais tradicionais são importantes, pois no artigo 115, do Decreto 93.872/1986 (BRASIL, 1986), que dispôs sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualizando e consolidando a legislação pertinente entre outras providências, definiu-se que a “dívida pública abrange a dívida flutuante e a dívida fundada ou consolidada”. Portanto, aqui se tem a primeira definição legal sobre dívida pública.

A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Senado Federal competências privativas em relação às condições e limites de endividamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, daí porque muitas das definições associadas à dívida pública são dadas pelo Senado Federal por meio de suas Resoluções.

De acordo com a Carta Magna:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VIII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
(BRASIL, 1988)

Não obstante as competências do Senado Federal, há que se por à frente os conceitos trazidos com a Lei Complementar n. 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela foi a grande motivadora da mudança de comportamentos e atitudes em relação à gestão do dinheiro público. Fortaleceu a necessidade de equilíbrio orçamentário e financeiro e da gestão prudente da dívida pública. É do art. 29 da LRF (BRASIL, 2000), inserido no Capítulo VII, que trata da dívida e do endividamento, que se retira os conceitos pertinentes à matéria, os quais são parafraseados a seguir:

Dívida Pública Fundada ou Consolidada: compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Também integram a dívida pública

consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, e pelos Estados e Municípios.

Na definição dos limites de endividamento o Senado Federal, através da Resolução n. 43/2001, trouxe um conceito novo que resulta de um ajuste à dívida consolidada do ente público, deduzindo dela as disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros:

Dívida Consolidada Líquida: dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Em outras palavras, representa a dívida consolidada deduzida do ativo financeiro (art. 2º, V, Res. 43/2001). Ressalta-se que este é o conceito utilizado para apurar o Resultado Nominal do Ente Federado, indicando se a variação da dívida foi positiva ou negativa. Andrade (2002) faz uma crítica ao cálculo da dívida consolidada líquida, sugerindo que sejam também consideradas as obrigações financeiras de curto prazo, ou seja, os valores do passivo financeiro.

Os conceitos correlacionados nesta revisão, desde os mais clássicos definidos em Lei, até os mais modernos trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas Resoluções do Senado Federal e aqueles tratados com interesse acadêmico, não se sobrepõem. As novidades trazidas pela legislação atual (LRF e Resoluções n. 40/2001 e 43/2001, do Senado Federal) não revogaram os termos conhecidos e utilizados até então.

O clássico conceito de dívida pública ainda vale para os dias atuais. Corresponde ao somatório das dívidas fundadas e flutuantes, nos termos da Lei n. 4.320/64. É este conceito, sinônimo de dívida passiva, que corresponde o foco de análise desta pesquisa. Dívida passiva corresponde ao valor expresso no balanço anual de cada entidade a ser pesquisada e é dado pela soma do passivo permanente e do passivo financeiro.

Também necessário trazer conceitos referenciados pela legislação na imposição dos limites de endividamento. As receitas provenientes de operações de crédito, as despesas decorrentes do endividamento e o termo Receita Corrente Líquida são a seguir conceituados pois são utilizados como parâmetros de controle do endividamento público.

Operação de Crédito: Compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o

uso de derivativos financeiros, sendo equiparadas as assunção, o reconhecimento ou confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo as exigências dos arts. 15 e 16, da LRF (art. 3º, Res. 43/2001).

Despesas com Juros e demais Encargos da Dívida: são as despesas com pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito interna e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária. O montante anual incorrido neste item de despesa é obtido no Demonstrativo de Consolidação Geral da Despesa (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64). São despesas classificadas no grupo de Despesas Correntes, sendo subdividida nas rubricas abaixo relacionadas:

Despesas com Amortização de Dívidas: são as despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna ou externa, contratual ou mobiliária. O montante anual incorrido neste item de despesa é obtido no Demonstrativo de Consolidação Geral da Despesa (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64).

Receita Corrente Líquida (RCL): A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 2º, inciso IV, define:

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no parágrafo 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do parágrafo 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

(BRASIL, 2000)

Empresa estatal dependente: empresa controlada pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município, que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas de pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de

participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade (art. 2º, II, Res. 43/2001).

A necessidade de se conhecer o que é empresa estatal dependente decorre de que apenas essas contribuem para a dívida consolidada. Empresas estatais não dependentes não alimentam a dívida pública, conforme dispõe o Parágrafo único do art. 2º da Resolução n. 43/2001, do Senado Federal.

3.2 Os Parâmetros de Controle do Endividamento Público e a LRF

O endividamento da Administração Pública está sujeito às seguintes Leis:

À Constituição Federal que, em seu art. 52, preconiza:

Art. 52 Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

VII – Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;
(BRASIL, 1988)

À Emenda Constitucional nº 003/93, que diz:

Art. 5º Até 31 de dezembro de 1999, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente poderão emitir títulos da dívida pública no montante necessário ao refinanciamento do principal devidamente atualizado de suas obrigações, representadas por essa espécie de títulos, ressalvado o disposto no art. 33, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
(BRASIL, 1993)

O inciso VII do art. 52 da Constituição Federal foi regulamentado pela Resolução do Senado Federal nº 69/95 que, entre outras disposições, determina:

Art. 4º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive a concessão de quaisquer garantias, observarão os seguintes limites:

(...)

II - o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito, já contratadas e a contratar, inclusive o originário do parcelamento de débitos relativos às contribuições sociais de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição Federal, e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, acrescido, ainda, do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a Margem de Poupança Real, ou dezesseis por cento da Receita Líquida Real, o que for menor.

(BRASIL, 1995)

A Resolução do Senado Federal nº 78/98 promoveu alterações na regulamentação do inciso VII do art. 52 da Constituição Federal, destacando-se:

Art. 3º É vedado aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas respectivas autarquias e fundações, que pleitearem autorização para contratar as operações de crédito regidas por esta Resolução:

(...)

III - realizar qualquer operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União;
(BRASIL, 1998)

Na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, cujo teor dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública dos Estados e Municípios, destaca-se o artigo 3º :

Art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente a:

I – no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º; e

II – no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2.

Parágrafo Único. Após o prazo a que se refere o *caput*, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
(BRASIL, 2001)

O artigo 7º da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001, complementa o assunto nos seguintes termos:

Art. 7º As operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;

II - O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

III - O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo Senado Federal, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
(BRASIL, 2001)

Em resumo, o quadro que se segue, demonstra os limites existentes para o endividamento público, em nível nacional. Ressalta-se que esses limites podem ser modificados para baixo mediante Lei Estadual ou Municipal.

Tabela 2 - Limites do Endividamento Público

| Itens | Estados | Municípios |
|---|-----------------|-------------------|
| Dívida Consolidada Líquida | 2,0 vezes a RCL | 1,2 vezes a RCL |
| Operação de Crédito em cada exercício | 16% da RCL | 16% da RCL |
| Montante das garantias prestadas | 22% da RCL | 22% da RCL |
| Comprometimento anual com Amortização, Encargos e Juros | 11,5% da RCL | 11,5% da RCL |
| Saldo devedor c/ Operações de ARO | 7% da RCL | 7% da RCL |

Fonte: SANTA CATARINA (2001) - Adaptado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata em capítulo específico o tema “Da dívida e do Endividamento”. Traz algumas definições importantes no art. 29. Essas definições já foram abordadas em tópico específico nesta Revisão Teórica. O art. 30 é dirigido às autoridades que teriam que, no prazo de 90 dias, regulamentar os limites da dívida pública e das Operações de Crédito.

O art. 31 da LRF estabelece as condições e os prazos para que os Estados e Municípios reconduzam a dívida aos respectivos limites. Caso ultrapassem os limites definidos pelas Resoluções do Senado Federal, ficam sujeitos à:

- a) proibição de realizar operações de crédito, excetuado o refinanciamento da dívida mobiliária;
- b) obrigação de obter superávit primário para redução do excesso, inclusive através de limitação de empenho e revisão do cronograma de desembolsos;
- c) vencido o prazo para o retorno ao limite de endividamento, o ente fica proibido de receber transferências voluntárias (exceto as relativas à educação, saúde e assistência social), enquanto perdurar o excesso; e
- d) se o excedente ocorrer no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, o ente estará imediatamente proibido de realizar operação de crédito e deverá adotar as medidas para obtenção de superávit primário.

O art. 32 da LRF estabelece as condições para contratação de operações de crédito. O ente da Federação, para pleitear operação de crédito, além de submeter-se aos limites de endividamento existentes, deverá formular pedido fundamentado com parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo benefício e o interesse econômico e social da operação, obedecendo também o seguinte:

- a) prévia e expressa autorização na Lei Orçamentária Anual, em créditos adicionais ou em lei específica;

- b) inclusão dos recursos da operação na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais (exceto no caso de ARO);
- c) no caso de operações de crédito externas, deve-se obter autorização específica do Senado Federal;
- d) limitar ao montante das despesas de capital, conforme estabelecido no inc. III, do art. 167, da Constituição Federal de 1988 (regra de ouro), computando-se, em cada exercício, o total das operações de crédito e das despesas de capital executadas.

O art. 33 obriga a instituição financeira, que contratar operação de crédito com ente da Federação, a exigir comprovação de que a operação atende as condições e aos limites de endividamento (exceção à dívida mobiliária ou externa).

Os artigos de 34 a 37 tratam das Vedações. E entre elas destacam-se a proibição de operações de crédito entre instituição financeira estatal e o ente Federado que a controle.

No artigo 37, encontram-se as situações equiparadas às operações de crédito, que estão expressamente vedadas, a saber:

- a) antecipação de receita ou tributo, antes da ocorrência do seu fato gerador;
- b) antecipação de valores por empresa estatal, com exceção de lucros e dividendos;
- c) assunção de obrigação sem autorização orçamentária com fornecedores de bens e serviços para pagamento posterior; e
- d) assunção de compromisso com fornecedor de bens ou serviços, mediante a emissão de aceite ou aval de títulos de crédito.

O art. 38 trata sobre as operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). ARO's são operações cuja vigência não ultrapassa 12 meses e, normalmente, destinam-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa dentro do exercício financeiro. As regras contidas no art. 38 da LRF limitam a realização das mesmas durante o exercício, a partir de 10/janeiro, sendo obrigatória a liquidação até 10/dezembro. Os custos devem decorrer de juros pré-fixados, somado ao indexador permitido que é a TR (taxa referencial). É proibida cobrança de outros encargos.

Operações de ARO são vedadas enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e quando for o último ano de mandato.

O art. 39 traz vedações, além daquelas contidas no art. 35, impostas ao Banco Central do Brasil, que está impedido, como regra geral, de comprar títulos da dívida,

conceder garantia, permutar títulos da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, entre outras operações.

O art. 40 trata das garantias e contragarantias. Segundo LRF, os entes federados podem conceder garantia, apenas se atenderem as normas do art. 32, os limites para endividamento do Senado Federal e também o que consta no art. 40. Como regra mais significativa tem-se o seguinte:

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente as suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas (...)

3.3 Análise da Dívida Pública por meio dos Balanços Públicos

Primeiramente, há que se fazer uma anotação em relação à dificuldade em se encontrar bibliografias específicas sobre o tema análise de balanços públicos. No campo da contabilidade privada (ou comercial), são muitas as obras que dispõem sobre o assunto. Dos autores da área contábil, encontram-se Assaf Neto (1981) com sua obra intitulada “Estrutura e Análise de Balanços”, Matarazzo (1985) com a obra “Análise Financeira de Balanços”, entre outros. Além dessas obras específicas, o tema análise de balanços pode ser encontrado em capítulos específicos de quase todos os livros de administração financeira. Entretanto, na área pública brasileira, uma das poucas obras que trata sobre o assunto é “Balanços Públicos”, de Kohama (1999). O livro será o referencial teórico adotado nesta pesquisa para fins de viabilizar a análise da dívida pública, através dos balanços públicos.

No campo privado, a Análise de Balanços, está normalmente dividida em quatro facetas: liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade. Na contabilidade pública, esse tipo de classificação não é usada, embora possa ser adaptada às particularidades do setor público.

O processo de compreensão das informações contábeis do setor público deve ser iniciado pelo reconhecimento do singular regime de contabilização adotado, onde as receitas obedecem o regime de caixa, e as despesas o regime de competência (art. 35, da Lei n. 4.320/64). A adoção do regime misto de contabilização acaba por influenciar a interpretação de todos os demonstrativos contábeis do setor público. Outro aspecto diferencial decorre do fato da contabilidade pública ser estruturada e organizada em sistemas específicos (orçamentário, financeiro, patrimonial e o de contas de compensação),

com a finalidade de atender aspectos legais, regulamentares e técnicos (KOHAMA, 1999, p. 15).

Essas particularidades da contabilidade pública acabam por explicar a estrutura dos balanços públicos. Kohama (1999) apresenta quatro “peças” ou demonstrações que sintetizam os resultados dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas. São eles o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. O autor também ressalta a existência de outras demonstrações que registram com detalhes as discriminações e especificações necessárias ao entendimento e esclarecimento do conteúdo das quatro principais demonstrações, conhecidas como os Anexos da Lei n. 4.320/64 (BRASIL, 1964).

É evidente que o processo de análise dos balanços públicos, com foco no endividamento, requer o conhecimento das quatro principais demonstrações produzidas pela contabilidade pública, as quais são a seguir apresentadas em resumo, utilizando-se como fonte bibliográfica as obras de Kohama (1999), Cruz (1999), Machado Jr. e Costa Reis (2001) e a própria Lei n. 4.320/64.

O Balanço Orçamentário (Anexo 12, da Lei n. 4.320/64) demonstra em colunas distintas, as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, num determinado período de exercício financeiro. O Balanço Orçamentário é uma demonstração de fluxo, que mostra as receitas e despesas ocorridas num determinado período. Lembrando que receitas são aquelas recebidas, enquanto que as despesas são aquelas empenhadas. O resultado orçamentário (déficit ou superávit) é registrado ao final da demonstração, sendo o superávit registrado na coluna das despesas (lado direito) e o déficit na coluna das receitas (lado esquerdo).

O Balanço Orçamentário é complementado pelos anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da Lei n. 4.320/64, onde a despesa e a receita orçamentária são organizadas e sumarizadas de diversas formas, como por funções de governo, por categoria econômica, por programa de trabalho, por unidade orçamentária, enfim, detalha o demonstrativo maior, que é o Balanço Orçamentário (Anexo 12).

O Balanço Financeiro (Anexo 13, da Lei n. 4.320/64), é essencialmente uma demonstração do fluxo das disponibilidades. Demonstra todas as entradas e saídas de dinheiro, durante um período de tempo, além do saldo inicial e final das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras). A partir das receitas e despesas orçamentárias, fazem-se ajustes através da movimentação extra-orçamentária, que são os recebimentos e pagamentos não considerados pela receita ou despesa orçamentária. Ressalta-se a

importância dos restos a pagar, pois devem repercutir como entrada extra-orçamentária, no exercício em que são empenhados (visando ajustar o não pagamento no exercício) e saída extra-orçamentária quando são pagas (logicamente em exercício posterior ao empenhamento).

As informações contidas no Balanço Financeiro ganhariam importância gerencial, se o referido Balanço resumisse o total das entradas, das saídas e o resultado do fluxo de caixa do ente público durante o exercício financeiro. Respectiva informação é bastante valorizada pelos administradores.

O Balanço Patrimonial (Anexo 14, da Lei n. 4.320/64) é talvez a demonstração pública mais assemelhada a área privada. É dividido em duas grandes colunas: na esquerda o Ativo, registrando bens e direitos, e na direita o Passivo, evidenciando as obrigações da Entidade Pública com terceiros. O saldo patrimonial, equivalente ao patrimônio líquido no balanço do setor privado, é evidenciado no lado mais fraco. Se existem mais bens e direitos que obrigações, então a entidade possui um ativo real líquido, evidenciado do lado direito do Balanço Patrimonial. Se, do contrário, existir mais obrigações, que bens e direitos, então será evidenciado um passivo real a descoberto. O Balanço Patrimonial é uma demonstração estática, ou seja, demonstra o patrimônio da entidade num determinado momento do tempo.

O Ativo é composto pelo ativo financeiro e pelo ativo permanente. O primeiro contém créditos e valores realizáveis independente de autorização orçamentária, como caixa, bancos, aplicações financeiras, e valores realizáveis de curto prazo. O ativo permanente compreende bens, créditos e valores cuja alienação ou mobilização dependa de autorização legislativa. Como exemplos temos os imóveis, os bens móveis, os créditos de dívida ativa e, para inquietação dos contabilistas privados, os materiais armazenados no almoxarifado (estoques). No caso específico do material estocado, reside uma importante e sutil distinção do setor privado, pois no setor privado, estoque é ativo circulante.

O Passivo também se divide em passivo financeiro e permanente. A regra para classificação é a mesma do Ativo. Passivo financeiro compreende compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, enquanto que o passivo permanente depende de autorização legislativa para mobilização. Ressalta-se que, conforme instrui o § 4º, do art. 105, da Lei n. 4.320/64, o passivo permanente compreende as dívidas fundadas internas ou externas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15, da Lei n. 4.320/64) é uma demonstração bastante particular do setor público. Evidencia as alterações no

patrimônio da entidade pública, sejam elas resultantes ou independentes da execução orçamentária. Ressalta-se que podem existir variações patrimoniais causadas por fatos imprevisíveis ou de difícil previsibilidade, como roubo, incêndio, valorização de bens públicos, cancelamento de dívida ativa por determinação judicial, entre outros. Portanto, esta demonstração congrega tanto as variações financeiras (que transitam pelo fluxo de disponibilidades), quanto as variações no patrimônio permanente da entidade.

A diferença entre as variações ativas e passivas é chamada de resultado econômico do exercício e reflete a variação da situação líquida patrimonial da entidade. Ratificando o entendimento de que as variações patrimoniais registradas no demonstrativo em questão incluem o patrimônio financeiro, conclui-se que o resultado financeiro da entidade, refletido no Balanço Financeiro, está contido no resultado econômico ora comentado.

Interessante a observação de Machado Jr. e Costa Reis (2001) no sentido de que a Demonstração das Variações Patrimoniais não constitui anexo de balanço, é integrante dele, colaborando para sua compreensão. Da mesma forma que no setor privado, a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) integra o conteúdo do próprio Balanço Patrimonial, colabora para o reconhecimento dos motivos da sua evolução ao longo do tempo.

Todas as outras demonstrações que compõem o Balanço Anual de uma entidade pública, demonstrações conforme os Anexos da Lei n. 4.320/64, são também importantes para subsidiar o processo de análise da dívida pública. No anexo que detalha a receita (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10), encontram-se as receitas provenientes de Operações de Crédito. No Demonstrativo Resumo Geral da Despesa (Anexo 2) encontram-se as despesas correntes com juros e encargos da dívida e as despesas de capital com a amortização do principal da dívida. São, portanto, importantes para fins de análise. Mas, se o objetivo é analisar dívida pública (dívida flutuante e dívida permanente), então nada mais pertinente do que apresentar demonstrações que especificam o comportamento de cada um desses componentes da dívida, de um exercício para outro.

A Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16, da Lei n. 4.320/64) apresenta os principais componentes da dívida de longo prazo. Possui coluna com o saldo anterior, colunas com inscrições (aumentos da dívida) e baixas (reduções da dívida) e coluna com saldo para o exercício seguinte. Normalmente traz cada um dos componentes da dívida de longo prazo do ente, por exemplo, operações de crédito, encampações e renegociações de dívidas, lançamentos de letras financeiras, entre outros.

Por sua vez, a Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17, da Lei n. 4.320/64), apresenta os principais componentes da dívida de curto prazo, classificadas no passivo financeiro do ente. Também possui uma coluna com o saldo anterior, colunas com inscrições e baixas, assim como uma coluna para o saldo final do exercício, que deve coincidir com o saldo do Balanço Patrimonial. Deve indicar cada um dos componentes da dívida de curto prazo, como por exemplo, os restos a pagar, cada um dos componentes dos depósitos de diversas origens e o serviço da dívida a pagar.

Conhecendo os principais demonstrativos da contabilidade pública, que reproduzem as informações pertinentes ao endividamento, pode-se realizar uma boa análise do perfil da dívida pública.

O conhecimento em profundidade desses principais demonstrativos produzidos pela contabilidade pública, suas correlações entre si e com os demais anexos, especificamente no tocante ao endividamento, são suficientes para viabilizar uma satisfatória análise do perfil da dívida pública, alcançando os objetivos maiores da presente pesquisa.

O uso de índices ou quocientes para analisar a evolução do perfil da dívida pública é bastante interessante e viável. Matarazzo (1985, p. 108) diz que “um índice é como uma vela acesa num quarto escuro”. Ou seja, não permite a visualização detalhada do ambiente, mas uma importante visão genérica do mesmo.

Por índice entende-se: “a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.” (Matarazzo, 1985, p. 108).

Há na bibliografia referenciada, índices ou quocientes que se destinam a traduzir a situação de endividamento do ente público. Esses quocientes são apresentados por Kohama (1999, p. 176 -183), em termos similares aos que se seguem:

Quociente do Limite de Endividamento I

$$\frac{Dívida.Fundada}{Receita.Líquida.Real}$$

Quociente do Limite de Endividamento II

$$\frac{Soma.Operações.Crédito}{Receita.Líquida.Real}$$

Quociente do Dispêndio da Dívida - II

$$\frac{Amortizações + Encargos}{Receita.Líquida.Real}$$

Como foi possível observar, a proposta de Kohama (1999) já estava alinhada aos limites impostos pela legislação. Não foram apresentados quocientes que produzissem informações adicionais, além daquelas que são de cumprimento obrigatório pelos administradores públicos. Atualmente o conceito de Receita Líquida Real perdeu validade, pois foi substituído pela Receita Corrente Líquida. No tópico em que se tratou dos parâmetros de controle do endividamento quocientes similares foram conhecidos e deverão ser aplicados na pesquisa.

A análise da dívida pública, por meio da análise dos balanços públicos, pode ser incrementada com o uso de indicadores sugeridos ao setor privado. Assim, buscou-se em Matarazzo (1985) e Assaf Neto (1981) subsídios para aprofundar a compreensão da evolução do perfil da dívida pública dos Municípios catarinenses.

Matarazzo (1985, p. 34) disserta a respeito da utilidade prática da Análise de Balanços, desde sua origem. Diz:

A Análise de Balanços surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se desde logo instrumento de grande utilidade. Alguns dos índices que surgiram inicialmente permanecem em uso até hoje. Com o passar do tempo, porém, seguindo a tendência natural da sociedade moderna, as técnicas de análise foram aprimoradas, refinadas e tornaram-se objeto de estudo das universidades; fazem parte delas, hoje, avançados conhecimentos de estatística e matemática.

O autor ressalva, entretanto, que a utilização de índices de balanço permite apenas a avaliação genérica de diferentes aspectos da empresa. Contudo, uma análise profunda desejável pode ser conseguida com a investigação específica e detalhada de cada registro contido nas demonstrações contábeis.

Assaf Neto (1981) apresenta um conjunto de índices para análise e controle do passivo da empresa. Dentre os apresentados encontram-se os índices de dependência e independência financeira. De acordo com o autor, o índice de dependência financeira indica a participação do capital de terceiros nos investimentos efetuados no ativo.

Inversamente ao índice de independência financeira, a dependência absoluta, pela ausência de recursos próprios, se dará quando este índice for igual a 1. O contrário (ativo total / exigível total) indicará quanto a empresa possui no seu ativo para cada Cr\$ de dívida contraída. Quanto maior for o coeficiente, maior será a garantia oferecida aos credores da empresa. É chamado também de índice de garantia.” (ASSAF NETO, 1981, p. 171)

A fórmula para o cálculo do índice é:
$$\frac{\text{Exigível.Total}}{\text{Ativo.Total}}$$

Em diversas outras bibliografias pesquisadas esse índice é conhecido com o índice de endividamento geral. Em obras de administração financeira como a de Gitman (2001), Hoji (1999), Gropelli (1999) ele é apresentado para medir o comprometimento dos

investimentos face ao financiamento total da empresa. Em nossa opinião, entretanto, reconhecer que esse indicador mostra a dependência financeira da organização para com seus credores é uma visão mais adequada do propósito do índice.

A adaptação para a análise da situação do setor público municipal é bastante simples, especialmente porque o balanço patrimonial público, nos moldes do Anexo 14, da Lei n. 4.320/64, é bastante similar ao balanço patrimonial privado. Como exigível total, entende-se o passivo real ou propriamente a dívida pública, formada pela soma das dívidas fundada e flutuante. Como ativo total, entende-se o ativo real.

Outra técnica utilizada no setor privado e que pode ser perfeitamente aplicável à análise dos Balanços Públicos Anuais é a técnica de Análise Vertical e Horizontal de Balanços. Essas técnicas são bastante difundidas entre os autores da área.

Matarazzo (1985), pela abordagem completa que dá ao assunto, foi escolhido para subsidiar esta Fundamentação. Ele diz que: “A Análise Vertical e Horizontal presta-se fundamentalmente ao estudo de tendências”, mas em razão da inflação persistente (até meados da década de 90) às alterações de procedimentos contábeis e à própria dinâmica da economia brasileira, respectiva técnica deixou de ser utilizada com frequência pelos pesquisadores.

Hoje, a inflação reduziu a patamares aceitáveis, mas a dinâmica da economia brasileira e as modificações nos procedimentos contábeis, que também atingiram o setor público, especialmente posteriormente à vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantém significativas limitações no uso dessa técnica de análise. As classificações econômicas de receita e despesa orçamentária, por exemplo, modificaram em 2001, com a Portaria Ministerial 163.

Matarazzo (1985) recomenda que a Análise de Balanços deva partir do geral para o particular. Então deve-se iniciar pela análise de indicadores, para em seguida aplicar a técnica de análise vertical e horizontal.

Nesse sentido, o autor faz uma referência prática à situação de endividamento, que é bastante pertinente à presente pesquisa. Vejamos: “Os índices podem informar, por exemplo, que uma empresa está com alto endividamento. A análise vertical/horizontal aponta qual o principal credor e como se alterou a participação de cada credor nos últimos dois exercícios” (Matarazzo, 1985, p. 277).

Na análise vertical verifica-se o percentual de cada conta, ou grupo de conta, em relação a um valor base, normalmente o total do Ativo ou o total das Receitas em

determinado período. A análise vertical não é afetada pela inflação, pois os cálculos consideram valores do mesmo período.

Distintamente, na análise horizontal há interferência da inflação, pois o objetivo é verificar a evolução temporal de determinada conta, ou grupo de contas. Se existe inflação, os números deverão ser deflacionados, ou seja, isentados de inflação. Para tanto, o autor sugere que todos os valores da série histórica sejam convertidos para a moeda do último ano da série, trazendo os números mais próximos da data da análise. Sugere o uso do Índice Geral de Preços - IGP, da Fundação Getúlio Vargas.

Ressalta-se que o processo de deflacionar valores publicados no último dia do exercício financeiro (ano) apenas minimiza o efeito da inflação, pois ignora as variações de preços que ocorrem dentro de um mesmo exercício financeiro.

3.4 Análise de Séries Temporais

As sessões que se seguem tratam das técnicas para deflacionamento de valores históricos, minimizando os efeitos da inflação sobre os números da dívida (saldos ao final dos exercícios, despesas com amortizações, juros e demais encargos incorridos e receitas de operação de crédito recebidas), durante o período de 2000 a 2003.

3.4.1 Minimização do efeito inflacionário

Apesar do Brasil, a partir de 1994, ter conquistado uma situação econômica mais estável, com taxas de inflação anuais inferiores a dois dígitos, ainda persiste certo grau de elevação generalizado nos preços de produtos e serviços disponíveis no mercado. Assim, torna-se necessário definir inflação, compreendendo seu efeito prejudicial na análise de uma série temporal que incorpora o efeito inflacionário.

De acordo com Mathias e Gomes (1996, p. 371) o processo inflacionário é caracterizado quando:

grande parte dos preços dos fatores de produção e de mercadorias esteja sofrendo elevação num dado período de tempo. Isto quer dizer uma elevação continuada e persistente. Caso ocorra uma elevação sazonal, como é o caso das oscilações de preços agrícolas na safra (queda) e na entressafra (alta), isto não caracteriza uma inflação.

Nesse sentido, Assaf Neto (2000, p. 18) corrobora, afirmando que:

em ambientes inflacionários é indispensável, para o correto uso das técnicas da Matemática Financeira, ressaltar, nas várias taxas de juros nominais praticadas na economia, o componente devido à inflação e aquele declarado como real. A parte real é aquela obtida livre das influências da taxa de depreciação monetária verificada, isto é, adicionalmente à inflação.

Então, existindo inflação incorporada aos números relativos à dívida dos municípios, há a necessidade de ajustá-los de modo a minimizar a distorção causada pelo processo inflacionário.

Para minimizar o efeito da inflação, seja ela pequena ou elevada, de modo que a análise de uma série temporal produza resultados efetivos e desejados, é indispensável a utilização de índices de preços.

3.4.2 O recurso dos índices de preços

De acordo com Mathias e Gomes (1996), um índice de preços procura medir a mudança que ocorre nos níveis de preço de um período para o outro. São calculados considerando as variações que ocorreram num dado conjunto de bens, ponderando-se estas variações pelas quantidades consumidas no período. Pela evolução dos índices de preços, pode-se constatar como os preços gerais da economia variaram no período.

Assaf Neto (2000, p. 118) define índices de preços da seguinte forma: “O índice de preços representa uma média global das variações de preços que se verificaram num conjunto de determinados bens, ponderada pelas quantidades respectivas”.

Existe no Brasil um conjunto de índices de preços elaborados por diferentes instituições de pesquisa que apresentam números distintos em função dos critérios estatísticos adotados e da amostragem realizada para escolha dos bens e serviços que são medidos. Como exemplo, citam-se as seguintes instituições de pesquisa e respectivos índices mais relevantes:

- a) Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o conhecido Índice Geral de Preços ou, mais precisamente Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- b) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);
- c) Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE), com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC);
- d) Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com o Índice de Custo de Vida no Município de São Paulo (ICV).

Importante observar que, em termos práticos, índices de preços diferentes medem inflações diferentes, e o emprego de um dado índice requer uma análise prévia para se determinar se o índice proposto é adequado ao objetivo pretendido. O IBGE, por exemplo, apura diversos índices distintos, que servem para objetivos diferentes. O INPC mede a

inflação sob a ótica das famílias de menor renda (de 1 a 8 salários mínimos). Já o IPCA mede a inflação sentida por famílias de várias classes sociais (de 1 a 40 salários mínimos). Além desses, existem outros índices para aplicações mais específicas, como por exemplo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Para fins práticos, adota-se o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas pois, de acordo com Mathias e Gomes (1996, p. 376):

Quando temos de deflacionar ou inflacionar uma série de valores monetários, cujas causas foram devidas a muitos fatores, o mais indicado é usar o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (mais conhecido como IGP-DI). Isto porque o IGP é o índice mais geral disponível, isto é, ele mede a inflação do país.

Corroborando com os autores referenciados acima, ressalta-se que as operações de renegociação da dívida pública dos estados e municípios brasileiros, junto ao Tesouro Nacional, utilizou o IGP-DI como indexador nos contratos.

Considerando a orientação teórica e a realidade prática, resta então trazer a definição, o método de cálculo e os critérios adotados na apuração do IGP-DI.

Do periódico *Suma Econômica* (setembro/1994, p. 24), extrai-se o seguinte:

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este indicador é composto por três índices: IPA, cujo peso na composição do IGP é de 60%, o IPC, que contribui com 30% e o INCC, componente com 10% de peso para o IGP-DI.

A coleta de dados é realizada durante o mês corrente (de 1 a 30 de cada mês), sendo divulgada no final da primeira quinzena do mês seguinte.

O primeiro componente do IGP, o IPA (Índice de Preços por Atacado) tem como finalidade medir a evolução dos preços praticados no mercado atacadista e nas transações inter-empresariais. Assim como o IGP, ele existe desde 1947 e é um índice de abrangência nacional.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), segundo componente do IGP, mede o movimento de preços de determinado conjunto de bens e serviços no mercado varejista, ou seja, os preços pagos pelos consumidores finais. O seu cálculo é feito a partir da coleta de preços de bens e serviços que são estimados como uma “cesta básica de consumo” para a parcela da população com rendimento entre 1 e 33 salários mínimos. A partir de 1990, este índice, que possui periodicidade mensal, passou a registrar as variações de preços observadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O Índice Nacional de Construção Civil (INCC) é um aperfeiçoamento do ICC (Índice da Construção Civil) que, até 1985, cobria a evolução dos custos de construções habitacionais somente no Rio de Janeiro. Atualmente, o INCC tem abrangência nacional e processa a cada mês cerca de 15 mil informações. A coleta dos dados é realizada entre os dias 1 e 30 de cada mês, como os demais índices da FGV.

É importante observar que a Fundação Getúlio Vargas realizou alteração na base dos quatro índices que calcula. Anteriormente, eles tinham como base março de 1986, que era igualada a 100. A partir de janeiro de 1990, esta base foi transportada para dezembro de 1989 (=100).

3.4.3 Modelo matemático para atualização de valores

Assaf Neto (2000) apresenta a seguinte expressão para medir a taxa de inflação de determinado período, a partir de algum índice de preços:

$$I = \frac{P_n}{P_{n-1}} - 1$$

Onde:

I taxa de inflação obtida a partir de determinado índice de preços;

P índice de preços utilizado para o cálculo da taxa de inflação;

n, n-p respectivamente, data de determinação da taxa de inflação e o período anterior considerado.

Seguindo o raciocínio proposto pelos autores que fundamentam o presente texto – Mathias e Gomes (1996), Assaf Neto (2000) e Stevenson (1981) – e, para fins práticos, utilizando a expressão matemática sugerida pela Corregedoria Geral de Justiça de Santa Catarina (<http://www.tj.sc.gov.br/corregedoria/dinamica/atu.htm>) para atualização de valores monetários antigos, tem-se:

$$VA = \frac{VOT}{IDE} \times IDA$$

Onde,

VA Valor atualizado, já expresso em Real (R\$).

VOT Valor original do título ou da ação, na moeda da época.

IDE Índice do dia/mês/ano, do vencimento ou data do título.

IDA Índice do último dia do mês para o qual se está atualizando.

Esta é, então, a expressão matemática que será utilizada para eliminar o efeito da inflação sobre os valores dos saldos da dívida, das despesas com amortizações, juros e demais encargos financeiros e receitas auferidas, ao longo do período de 2000 a 2003.

4 ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

A pesquisa foi iniciada a partir dos registros disponíveis no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), disponibilizado no endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br).

Os dados gerais capturados do Passivo Real dos dez municípios de maior volume de dívida pública, no Estado de Santa Catarina, estão demonstrados na tabela que segue:

Tabela 3 - Dívida Pública dos Municípios (Passivo Real)

| | (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|---------------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Florianópolis | 151.683.852,60 | 101.049.976,60 | 122.967.552,95 | 219.613.111,01 |
| Joinville | 74.954.839,00 | 84.408.501,42 | 112.017.362,42 | 128.178.856,01 |
| Blumenau | 50.027.536,04 | 80.374.698,50 | 94.151.811,60 | 107.654.433,16 |
| Jaraguá do Sul | 18.917.024,20 | 29.293.665,27 | 64.972.228,69 | 65.606.238,57 |
| Criciúma | 42.094.253,75 | 45.535.668,68 | 50.705.030,80 | 49.215.239,22 |
| Chapecó | 24.639.800,00 | 25.726.908,11 | 30.797.685,10 | 35.864.051,38 |
| Balneário Camboriú | 13.449.637,54 | 22.101,37 | ... | 31.572.000,00 |
| Itajaí | 19.430.196,00 | 21.999.065,72 | 30.032.969,03 | 31.157.061,86 |
| São José | 24.254.803,99 | 27.525.375,68 | 28.780.987,31 | ... |
| Brusque | 9.795.237,10 | 12.083.551,82 | 13.401.010,58 | 21.638.536,36 |
| TOTAL | 429.247.180,22 | 428.019.513,17 | 547.826.638,48 | 690.499.527,57 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Observa-se que estavam inconsistentes os registros relativos ao Passivo Real do município de Balneário Camboriú, nos anos de 2001 e 2002 e São José, no exercício de 2003. Então para viabilizar a pesquisa de modo a retratar com mais fidelidade a realidade em relação ao endividamento municipal, ajustes tiveram de ser realizados.

Desde já explica-se que a inclusão de São José na amostra intencional decorreu da verificação de seu volume de dívida nos anos de 2000 a 2002. Em 2003 não havia registros no FINBRA, entretanto, julgou-se adequado sua inclusão na amostra, em lugar do município de Araranguá, que efetivamente possui uma dívida inferior.

Para tanto, buscou-se subsídios no Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Esse sistema contém os registros contábeis publicados nos Balanços Anuais das Prefeituras. É utilizado para subsidiar a confecção do Relatório de

Contas Anuais, que subsidia o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas para auxiliar o Poder Legislativo no julgamento político das contas municipais. Portanto, são dados já analisados pelos Auditores Fiscais e Técnicos de Controle Externo.

Observa-se que até o exercício de 2002 os registros contidos no Sistema de Contas Anuais não estavam consolidados, refletindo apenas dados relativos à Prefeitura Municipal. Daí o motivo da escolha do FINBRA (Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios), como base de dados principal desta pesquisa, sendo sua informação pertinente aos órgãos da administração direta e indireta.

O uso dos dados contidos no Sistema de Contas Anuais, fonte secundária desta pesquisa, justifica-se tanto pela perspectiva de fornecimento de informações adicionais e mais específicas sobre a dívida pública dos municípios, quanto pela possibilidade de verificação da consistência dos registros do FINBRA.

4.1 Ajuste da Base de Dados e Análise de Consistência

A análise de consistência se dá pela comparação dos números do total da dívida pública dos dez municípios selecionados, disponíveis no banco de dados do FINBRA e no Sistema de Contas Anuais.

O Sistema de Contas Anuais registra dados em conformidade aos Balanços Anuais remetidos ao Tribunal de Contas para fins de emissão do parecer prévio. São dados analisados pelo corpo técnico do Tribunal, portanto considerados de alta confiabilidade nesta pesquisa. Contudo, possui a grande limitação de não fornecer dados consolidados do municípios nos anos anteriores a 2003. No FINBRA os registros se referem à dívida pública Consolidada do município, envolvendo tanto os órgãos da administração direta, quanto da indireta. Estes refletem dados fornecidos pela Origem (os próprios municípios).

As tabelas que se seguem demonstram a relação de igualdade ou divergência nos números totais da dívida pública dos dez municípios selecionados, entre os banco de dados utilizados.

Antes porém, faz-se necessário proceder dois importantes ajustes na base de dados do FINBRA:

- a) Registros de Balneário Camboriú em 2001: os registros do FINBRA estão, obviamente, informados em milhares, então multiplicou-se por 1000 para manter a consistência.

- b) Registros de São José 2003 - os registros estavam ausentes no FINBRA, então buscou-se na base de dados secundária (Sistema de Contas Anuais) os valores inexistentes.

Observa-se que os registros de Balneário Camboriú de 2002 também estavam ausentes, mas neste caso optou-se por não os alterar, pois o Sistema de Contas Anuais em 2002 não retratava a dívida consolidada do município, dizia respeito apenas à dívida da unidade prefeitura.

Tabela 4 - Dívida Pública Consolidada dos Municípios da Amostra

| (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Florianópolis | 151.683.852,60 | 101.049.976,60 | 122.967.552,95 | 219.613.111,01 |
| Joinville | 74.954.839,00 | 84.408.501,42 | 112.017.362,42 | 128.178.856,01 |
| Blumenau | 50.027.536,04 | 80.374.698,50 | 94.151.811,60 | 107.654.433,16 |
| Jaraguá do Sul | 18.917.024,20 | 29.293.665,27 | 64.972.228,69 | 65.606.238,57 |
| Criciúma | 42.094.253,75 | 45.535.668,68 | 50.705.030,80 | 49.215.239,22 |
| Chapecó | 24.639.800,00 | 25.726.908,11 | 30.797.685,10 | 35.864.051,38 |
| São José | 24.254.803,99 | 27.525.375,68 | 28.780.987,31 | 33.837.105,77 * |
| Balneário Camboriú | 13.449.637,54 | 22.101.370,00 | | 31.572.000,00 |
| Itajaí | 19.430.196,00 | 21.999.065,72 | 30.032.969,03 | 31.157.061,86 |
| Brusque | 9.795.237,10 | 12.083.551,82 | 13.401.010,58 | 21.638.536,36 |
| TOTAL | 429.247.180,22 | 450.098.781,80 | 547.826.638,48 | 724.336.633,34 |

Fonte primária: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

*Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais-Tribunal de Contas de Santa Catarina

Tabela 5 - Dívida Pública das Prefeituras (2000 a 2002) e do Município (2003)

| (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Florianópolis | 84.366.049,42 | 96.234.373,82 | 114.886.058,21 | 230.278.586,63 |
| Joinville | 69.886.020,23 | 82.238.899,39 | 97.769.010,83 | 124.567.000,65 |
| Blumenau | 25.912.667,62 | 53.363.790,87 | 60.510.297,39 | 107.654.433,16 |
| Criciúma | 41.927.959,25 | 45.386.436,16 | 49.921.025,43 | 49.215.239,22 |
| Chapecó | 29.982.874,74 | 33.237.562,65 | 38.316.126,69 | 35.864.051,38 |
| São José | 23.998.895,51 | 26.799.996,23 | 28.261.888,84 | 32.129.496,36 |
| Balneário Camboriú | 13.097.882,96 | 21.049.745,56 | 25.721.180,67 | 31.571.016,88 |
| Itajaí | 19.188.294,34 | 17.886.645,09 | 18.743.601,34 | 31.157.061,86 |
| Jaraguá do Sul | 18.239.021,38 | 28.218.753,76 | 29.593.969,39 | 29.640.435,85 |
| Brusque | 9.795.237,10 | 10.954.640,67 | 12.974.443,50 | 24.116.052,75 |
| TOTAL | 336.396.902,55 | 415.372.845,20 | 476.699.604,29 | 696.193.374,74 |

Fonte: Sistema de Contas Anuais – Tribunal de Contas de Santa Catarina

Tabela 6 - Comparativo entre os registros do FINBRA e do Sistema de Contas Anuais

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Florianópolis | 56% | 95% | 93% | 105% |
| Joinville | 93% | 97% | 87% | 97% |
| Blumenau | 52% | 66% | 64% | 100% |
| Jaraguá do Sul | 96% | 96% | 46% | 45% |
| Criciúma | 100% | 100% | 98% | 100% |
| Chapecó | 122% | 129% | 124% | 100% |
| Balneário Camboriú | 97% | 95% | ... | 100% |
| Itajaí | 99% | 81% | 62% | 100% |
| São José | 99% | 97% | 98% | 100% |
| Brusque | 100% | 91% | 97% | 111% |
| TOTAL | 78% | 92% | 83% | 96% |

Fonte: o autor

No exercício de 2003 deveria haver consistência completa entre os bancos de dados, pois ambas as fontes referem-se à dívida pública Consolidada do município, entretanto, em quatro deles verificou-se inconsistência nos registros. Em Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul e Brusque existem divergências que podem comprometer os resultados da pesquisa. Particularmente, o caso do município de Jaraguá do Sul é o que encontra uma inconsistência mais grave, que totaliza quase a metade do valor da dívida pública registrada nos dois bancos de dados. Essa divergência é mencionada adiante, quando da análise dos números da dívida de Jaraguá do Sul. Adianta-se que provavelmente decorreu de erro no fornecimento dos dados pela Origem ao FINBRA.

Nos demais anos (2000 a 2002) os registros do Sistema de Contas Anuais representam apenas a situação da Unidade Prefeitura, enquanto que os registros do FINBRA dizem respeito à situação do município como um todo. Esta informação permite identificar a importância dos fatos contábeis apurados no Sistema de Contas Anuais e que produziram modificações na dívida pública municipal. Por exemplo, em municípios onde é baixa a participação da dívida da prefeitura em relação ao município, a importância desses fatos contábeis deve ser reduzida.

Observa-se que no caso do Município de Chapecó, nos exercícios de 2000 a 2002, o valor da dívida da Prefeitura foi superior à dívida pública consolidada do município. Esta situação sugere também uma inconsistência entre os registros dos dois bancos de dados utilizados na pesquisa. No ano de 2003, houve igualdade de valores.

Com os ajustes realizados, obteve-se a seguinte situação de volume de dívida pública dos municípios:

Tabela 7 - Dívida Pública dos Municípios da Amostra em 2003 – dados ajustados

| | MUNICIPIO | Passivo Real | % | % Acum. |
|-------------------|--------------------|---------------------|----------|----------------|
| 1 | FLORIANÓPOLIS | 219.613.111,01 | 19,61% | 19,61% |
| 2 | JOINVILLE | 128.178.856,01 | 11,45% | 31,06% |
| 3 | BLUMENAU | 107.654.433,16 | 9,61% | 40,67% |
| 4 | JARAGUÁ DO SUL | 65.606.238,57 | 5,86% | 46,53% |
| 5 | CRICIÚMA | 49.215.239,22 | 4,40% | 50,93% |
| 6 | CHAPECÓ | 35.864.051,38 | 3,20% | 54,13% |
| 7 | SÃO JOSÉ | 33.837.105,77* | 3,02% | 57,15% |
| 8 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 31.572.000,00 | 2,82% | 59,97% |
| 9 | ITAJAÍ | 31.157.061,86 | 2,78% | 62,75% |
| 10 | BRUSQUE | 21.638.536,36 | 1,93% | 64,69% |
| TOTAL DA SELEÇÃO | | 724.336.633,34 | 64,69% | 64,69% |
| OUTROS MUNICÍPIOS | | 395.452.159,94 | 35,31% | 100,00% |
| TOTAL GERAL | | 1.119.788.793,28 | 100,00% | |

Fonte primária: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

*Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais- Tribunal de Contas de Santa Catarina

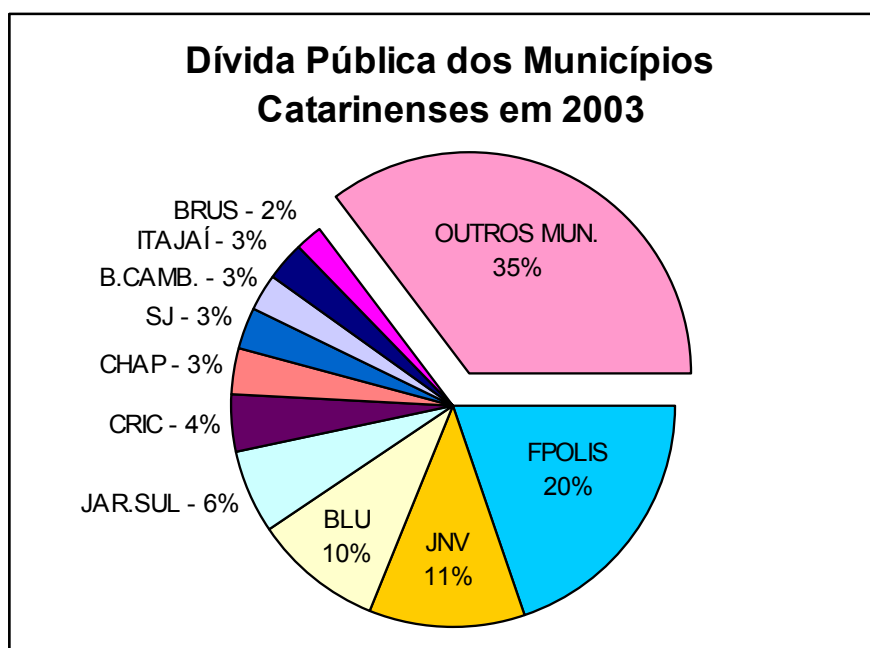


Gráfico 2 - Municípios com Maior Volume de Dívida Pública em 2003

Fonte primária: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

*Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais - Tribunal de Contas de Santa Catarina

4.2 Análise por meio de Índices Financeiros de Endividamento

Na fundamentação teórica apresentou-se três indicadores de endividamento, que resultam do quociente entre algum número relativo à dívida e à Receita Líquida Real. Atualmente o uso da Receita Líquida Real está sendo reduzido, passando para utilização da Receita Corrente Líquida, em função de que esta é a receita considerada na Lei de Responsabilidade Fiscal para definição de diversos limites, entre eles os de endividamento.

Não obstante reconhecer a importância dos índices propostos por Kohama (2001), mas até pela semelhança entre sua proposta e os indicadores utilizados como parâmetro de endividamento municipal, optou-se por utilizar os mesmos indicadores utilizados pelas Resoluções do Senado na definição dos limites impostos aos municípios:

Indicador do Endividamento Municipal, utilizado como parâmetro para o endividamento municipal, que não pode ultrapassar 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida (art. 3º, da Resolução n. 40/2001, do Senado). Ressalta-se que, nesta pesquisa, não foram apurados os valores da Dívida Consolidada Líquida¹ dos Municípios. O foco da pesquisa foi a dívida pública como um todo, nela contidas também a dívida fluante. A opção de colocar este indicador decorre da existência de um parâmetro formalizado através de norma.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Dívida.Consolidada.Líquida}}{\text{Receita.Corrente.Líquida}}$$

Indicador do Volume de Operações de Crédito. Também é utilizado como parâmetro para definição do limite de operações por exercício, não podendo ultrapassar 16% da RCL (art. 37, da Resolução n. 43/2001, do Senado).

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Soma.Operações.Crédito}}{\text{Receita.Corrente.Líquida}}$$

Indicador do Comprometimento com o Serviço da Dívida. Mede o comprometimento da Receita Corrente Líquida com gastos decorrentes da dívida (amortizações, juros e demais encargos financeiros). Não pode ultrapassar 11,5% da RCL.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Amortizações} + \text{Encargos.Financeiros}}{\text{Receita.Corrente.Líquida}}$$

¹ Dívida Consolidada Líquida resulta da dívida Consolidada do município deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Utilizando como base os indicadores pré-existentes e disponíveis na bibliografia da pesquisa, julgou-se interessante adicionar também outros indicadores, os quais passamos a apresentar:

Indicador de Dependência Financeira. Informa a relação entre a dívida pública e o Ativo Total do Município. Quanto maior for o resultado do quociente, maior será a garantia oferecida pelo Município aos seus credores. Quanto menor esse valor, mais comprometido estarão os Ativos do Ente Federado.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Dívida.Consolidada}}{\text{Ativo}}$$

Indicador do Custo do Endividamento. Este indicador é importantíssimo para análise da dívida pública. Permite identificar percentualmente quanto o município incorre de encargos financeiros (sobretudo juros), em função do volume da dívida. Serve para comparar ao custo vigente no mercado financeiro. Aqui não deve ser considerado o saldo da dívida fluante, uma vez que as dívidas ali registradas não possuem custos financeiros explícitos.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Encargos.Financeiros.do.Exercício}}{\text{Saldo.Inicial.Dívida.Consolidada}}$$

Indicador da Amortização da Dívida Consolidada. Este indicador é também importante, pois permite a identificação do esforço do município em liquidar sua dívida de longo prazo, ou dívida consolidada. Pode-se estimar, a partir de seu resultado, em quantos anos pode-se quitar a dívida. Também não se deve considerar o saldo da dívida fluante, pois a amortização das mesmas se dá apenas em registros de transferências financeiras, ou seja, não se encontram registradas nas despesas de capital com o nome de Amortizações.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Amortizações}}{\text{Dívida.Consolidada}}$$

Indicador de Dívida Pública Per Capita. Permite identificar quanto é a dívida pública por habitante. Comparar a dívida per capita entre os municípios é interessante, pois em última instância é o cidadão comum que pagará a dívida pública municipal.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Dívida.Pública}}{\text{População}}$$

Tabela 8 - Indicador do Endividamento Municipal (cfe. Res. Senado Federal)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Florianópolis | 6,94 | -0,06 | 9,96 | 35,01 |
| Criciúma | 53,32 | 49,75 | 41,15 | 33,32 |
| Blumenau | 61,95 | 29,80 | 26,66 | 21,25 |
| Joinville | 0,70 | -8,21 | 21,56 | 17,98 |
| São José | 23,84 | 16,45 | 18,68 | 17,05 |
| Chapecó | 29,34 | 21,91 | 15,72 | 13,75 |
| Itajaí | 16,91 | 7,22 | 7,28 | 6,01 |
| Brusque | -8,68 | -12,50 | -9,50 | 5,59 |
| Jaraguá do Sul | 11,79 | 14,08 | 8,08 | 2,69 |
| Balneário Camboriú | -1,81 | 0,17 | 7,98 | -0,61 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Considerando o indicador do Endividamento Municipal, adotado pela Resolução do Senado Federal, para limitar a dívida dos municípios, temos uma classificação diferente daquela originalmente considerada pela pesquisa. Joinville, por exemplo, é o segundo município com maior volume de dívida, mas face à significativa Receita Corrente Líquida seu grau de endividamento, pelo parâmetro do Senado Federal, é baixo.

Importante observar que nenhum município da amostra possui situação próxima ao limite imposto pelo Senado Federal (1,2 vezes a RCL). Também os demais municípios do Estado se encontram nessa situação (ver Apêndice B).

Os dados foram capturados no site da STN e não foram tratados ou ajustados pela pesquisa. Trata-se, portanto, de dados informados pelo próprio Município.

Tabela 9 - Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Amostra**(VALORES HISTÓRICOS EM MILHARES)**

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Florianópolis | 224.481,00 | 248.753,00 | 270.049,00 | 321.203,00 |
| Joinville | 263.797,24 | 236.959,00 | 329.826,00 | 416.077,00 |
| Blumenau | 52.743,50 | 203.243,10 | 226.962,00 | 275.083,00 |
| Jaraguá do Sul | 87.380,86 | 88.744,23 | 103.067,53 | 123.609,62 |
| Criciúma | 75.381,56 | 83.073,44 | 101.044,31 | 114.837,00 |
| Chapecó | 69.933,50 | 83.208,00 | 122.588,00 | 113.786,00 |
| São José | 63.260,00 | 75.084,00 | 90.233,00 | 105.569,00 |
| Balneário Camboriú | 42.862,00 | 62.277,18 | 68.315,00 | 93.717,00 |
| Itajaí | 83.713,00 | 123.677,00 | 136.001,00 | 179.490,00 |
| Brusque | 45.237,55 | 49.179,00 | 61.045,00 | 69.566,00 |
| Total das RCL da Amostra | 1.008.790,21 | 1.254.197,95 | 1.509.130,84 | 1.812.937,62 |

Fonte: Relatórios fiscais do município. Atualizado em 03/05/2002 Informações homologadas em 03/05/2002. disponibilizado no sistem www.stn.fazenda.gov.br

As Receitas Correntes Líquidas e as Receitas de Operações de Créditos realizadas pelos municípios da amostra foram coletadas e organizadas de modo a viabilizar o cálculo dos outros indicadores propostos.

Tabela 10 - Receitas de Operações de Crédito

| | (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Florianópolis | 864.838,33 | 10.629.567,00 | 4.122.341,54 | 1.373.902,36 |
| Joinville | 713.694,53 | 0,00 | 0,00 | 8.937.812,17 |
| Blumenau | 10.654.139,77 | 1.496.345,29 | 5.217.091,75 | 2.931.316,51 |
| Jaragua do Sul | 4.273.905,97 | 1.897.492,80 | 1.835.100,55 | 1.357.792,85 |
| Criciúma | 0,00 | 0,00 | 2.146.659,15 | 1.177.267,53 |
| Chapeco | 841.497,00 | 171.030,44 | 0,00 | 0,00 |
| Sao José | 112.432,80 | 0,00 | 358.645,30 | 4.898.027,32 |
| Balneário de Camboriu | 0,00 | 0,00 | ... | 0,00 |
| Itajaí | 1.927.042,00 | 0,00 | 882.494,05 | 1.241.198,20 |
| Brusque | 1.045.133,00 | 114.510,73 | 265.579,27 | 7.330.567,32 |
| Total das Receita de OPC | 20.432.683,40 | 14.308.946,26 | 14.827.911,61 | 29.247.884,26 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Verificou-se a consistência dos registros de Operações de Crédito informados ao FINBRA, face aos registros do Sistema de Contas Anuais, concluindo-se que os valores são correspondentes. Apenas no caso das receitas de Operações de Crédito de Itajaí de 2003, que o valor registrado no Sistema de Contas Anuais é pouco menor (R\$ 1.235.009,00). Esta pequena divergência não produz impacto relevante na análise.

Como pode-se observar na próxima tabela, o volume de operações de créditos realizadas pelos municípios da amostra foi bastante reduzido. Não há evidências de aumento dessas operações após a LRF. O contrário também não se pode afirmar. Apenas em 2000 verificou-se que o município de Blumenau realizou operações de crédito em volume superior ao limite estabelecido pelo Senado Federal. Em todos os outros exercícios o volume de receitas de operações de crédito estavam dentro do limite de 16% da RCL.

Tabela 11 - Indicador do Volume de Operações de Crédito

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Florianópolis | 0,4% | 4,3% | 1,5% | 0,4% |
| Joinville | 0,3% | 0,0% | 0,0% | 2,1% |
| Blumenau | 20,2% | 0,7% | 2,3% | 1,1% |
| Jaraguá do Sul | 4,9% | 2,1% | 1,8% | 1,1% |
| Criciúma | 0,0% | 0,0% | 2,1% | 1,0% |
| Chapecó | 1,2% | 0,2% | 0,0% | 0,0% |
| São José | 0,2% | 0,0% | 0,4% | 4,6% |
| Balneário Camboriú | 0,0% | 0,0% | ... | 0,0% |
| Itajaí | 2,3% | 0,0% | 0,6% | 0,7% |
| Brusque | 2,3% | 0,2% | 0,4% | 10,5% |
| Total dos Municípios | 2,0% | 1,1% | 1,0% | 1,6% |

Fonte: o autor

Em 2003, os municípios que realizaram as maiores operações de créditos foram Brusque, com o volume de 10,5% da RCL, e São José, com o volume de 4,6% da RCL.

Ratifica-se também que nos anos de 2000 a 2002 a viabilidade de verificação de consistência é mais restrita, pois as duas bases de dados contém registros diferentes.

Também necessário apurar o Indicador do Comprometimento com o Serviço da dívida, para tanto apurou-se as despesas com Amortizações e Encargos Financeiros da dívida dos Municípios, com base nos registros do FINBRA.

Tabela 12 - Despesas Incorridas com o Serviço da Dívida**(EM VALORES HISTÓRICOS)**

| MUNICIPIO | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | |
|----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Juros e Encargos | Amortizações | Juros e Encargos | Amortizações | Juros e Encargos | Amortizações | Juros e Encargos | Amortizações |
| Florianópolis | 1.472.847,20 | 3.535.767,91 | 2.202.757,90 | 5.497.092,98 | 2.288.351,89 | 7.195.066,62 | 2.203.761,43 | 7.377.190,22 |
| Joinville | 1.863.297,16 | 1.400.006,16 | 1.882.828,61 | 2.077.323,67 | 3.177.095,62 | 2.563.833,10 | 4.385.996,30 | 2.746.941,90 |
| Blumenau | 2.574.084,95 | 2.261.454,39 | 3.740.062,10 | 2.551.655,79 | 5.648.259,47 | 3.129.999,07 | 4.583.218,64 | 3.940.912,04 |
| Jaraguá do Sul | 732.662,69 | 579.188,01 | 1.005.302,12 | 829.962,66 | 1.070.759,15 | 1.359.059,40 | 1.293.310,09 | 2.385.374,12 |
| Criciúma | 1.568.058,04 | 2.071.133,64 | 1.425.832,71 | 999.436,73 | 1.930.659,71 | 1.199.239,80 | 2.869.409,88 | 1.617.615,54 |
| Chapecó | 1.170.013,00 | 2.595.113,00 | 1.242.333,30 | 1.670.460,40 | 749.044,24 | 2.217.221,25 | 1.102.302,40 | 5.157.862,09 |
| São José* | 592.803,28 | 797.433,23 | 923.543,29 | 1.866.799,22 | 1.034.781,52 | 2.298.704,03 | 1.219.067,44 | 2.255.460,22 |
| Bal. Camboriú | 277.377,06 | 581.011,25 | 430.470,00 | 794.210,00 | ... | ... | 716.927,94 | 2.580.264,31 |
| Itajaí | 1.061.813,00 | 1.697.536,00 | 1.208.363,42 | 2.339.669,97 | 894.257,09 | 2.278.955,97 | 935.612,63 | 2.799.037,07 |
| Brusque | 499.652,98 | 317.565,97 | 604.638,78 | 457.272,56 | 770.755,04 | 580.146,41 | 1.324.637,98 | 525.199,22 |
| Total | 11.812.609,36 | 15.836.209,56 | 14.666.132,23 | 19.083.883,98 | 17.563.963,73 | 22.822.225,65 | 20.634.244,73 | 31.385.856,73 |

Fonte: Banco de Dados Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

*Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais - Tribunal de Contas de Santa Catarina - São José 2003

Tabela 13 - Indicador do Comprometimento da RCL com o Serviço da Dívida

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Florianópolis | 2,2% | 3,1% | 3,5% | 3,0% |
| Joinville | 1,2% | 1,7% | 1,7% | 1,7% |
| Blumenau | 9,2% | 3,1% | 3,9% | 3,1% |
| Jaraguá do Sul | 1,5% | 2,1% | 2,4% | 3,0% |
| Criciúma | 4,8% | 2,9% | 3,1% | 3,9% |
| Chapecó | 5,4% | 3,5% | 2,4% | 5,5% |
| São José | 2,2% | 3,7% | 3,7% | 3,3% |
| Balneário Camboriú | 2,0% | 2,0% | ... | 3,5% |
| Itajaí | 3,3% | 2,9% | 2,3% | 2,1% |
| Brusque | 1,8% | 2,2% | 2,2% | 2,7% |
| Indicador Total da Amostra | 2,7% | 2,7% | 2,7% | 2,9% |

Fonte: o autor

O comprometimento da Receita Corrente Líquida com o serviço da dívida evidenciou também que todos os municípios da amostra, em todos os exercícios analisados, não ultrapassaram o limite do Senado Federal, ficando bem abaixo dos 11,5%. Esta evidência indica que não há comprometimento significativo da Receita Corrente Líquida dos municípios da amostra com o serviço da dívida pública.

Olhando a amostra como um todo, verifica-se comprometimento um pouco maior em 2003.

Tabela 14 - Indicador do Custo do Endividamento

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Florianópolis | ... | 1,5% | 2,3% | 1,8% |
| Joinville | ... | 2,5% | 3,8% | 3,9% |
| Blumenau | ... | 7,5% | 7,0% | 4,9% |
| Jaraguá do Sul | ... | 5,3% | 3,7% | 2,0% |
| Criciúma | ... | 3,4% | 4,2% | 5,7% |
| Chapecó | ... | 5,0% | 2,9% | 3,6% |
| São José | ... | 3,8% | 3,8% | 4,2% |
| Balneário Camboriú | ... | 3,2% | ... | ... |
| Itajaí | ... | 6,2% | 4,1% | 3,1% |
| Brusque | ... | 6,2% | 6,4% | 9,9% |
| Indicador Total da Amostra | ... | 3,4% | 4,2% | 3,2% |

Fonte: o autor

A leitura da evolução do indicador do Custo Efetivo do Endividamento mostra que os municípios, em geral e na média, incorrem em custos bastante baixos. Em 2003, por exemplo, Brusque foi o município que incorreu o maior custo efetivo da dívida, sendo 9,9% do saldo inicial da dívida fundada empenhado a título de despesas com encargos financeiros. Os demais municípios nem alcançaram a taxa efetiva da poupança (6,17% a.a.).

Ressalta-se que a impossibilidade de calcular o indicador relativo ao exercício de 2000 deve-se pela ausência do saldo da dívida em 1999, até porque não estava no escopo da pesquisa.

Tabela 15 - Indicador da Amortização em Relação ao Volume da Dívida Pública

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Florianópolis | 2,3% | 5,4% | 5,9% | 3,4% |
| Joinville | 1,9% | 2,5% | 2,3% | 2,1% |
| Blumenau | 4,5% | 3,2% | 3,3% | 3,7% |
| Jaraguá do Sul | 3,1% | 2,8% | 2,1% | 3,6% |
| Criciúma | 4,9% | 2,2% | 2,4% | 3,3% |
| Chapecó | 10,5% | 6,5% | 7,2% | 14,4% |
| São José | 3,3% | 6,8% | 8,0% | 6,7% |
| Balneário Camboriú | 4,3% | 3,6% | ... | 8,2% |
| Itajaí | 8,7% | 10,6% | 7,6% | 9,0% |
| Brusque | 3,2% | 3,8% | 4,3% | 2,4% |
| Indicador Total da Amostra | 3,7% | 3,3% | 3,5% | 2,4% |

Fonte: o autor

Em 2003, o município que mais se esforçou para amortizar sua dívida de longo prazo foi Chapecó, amortizando 14,4%. Continuando nesse ritmo levará cerca de sete anos para quitá-la. Itajaí, Balneário Camboriú e São José também se esforçaram nesse sentido, e o volume de amortizações face ao volume da dívida pública, em 2003, indica que demorarão cerca de 11, 12,5 e 14,9 anos, respectivamente para quitá-las.

Nos demais municípios o volume de amortizações foi muito baixo. Possivelmente o motivo está na existência de significativos empréstimos ainda em período de carência, ou existência de grande volume de dívida que, simplesmente, não está sendo amortizada.

Considerando apenas a amortização de 2003, verifica-se que os municípios com a menor relação entre Amortizações, face ao volume da dívida, foram Joinville e Florianópolis. Aquele demorando cerca de 50 anos para quitar sua dívida, ao passo que Florianópolis 29,4 anos, evidentemente se continuar no mesmo ritmo de amortização.

Por outro lado, o baixo volume de amortização, face ao volume da dívida, indica pouco impacto no fluxo financeiro do ente municipal, durante o período analisado, conforme já podemos observar na análise do indicador de comprometimento da Receita Corrente Líquida. Entretanto, também indica uma perspectiva de crescimento significativo nessas despesas.

Na seqüência, apresenta-se um resumo do tempo médio estimado que os municípios da amostra ainda leva para quitar a dívida já existente, considerando que a média de amortizações permanece semelhante a do período de 2000 a 2003 e que nenhum outro fator inesperado aumente a dívida existente.

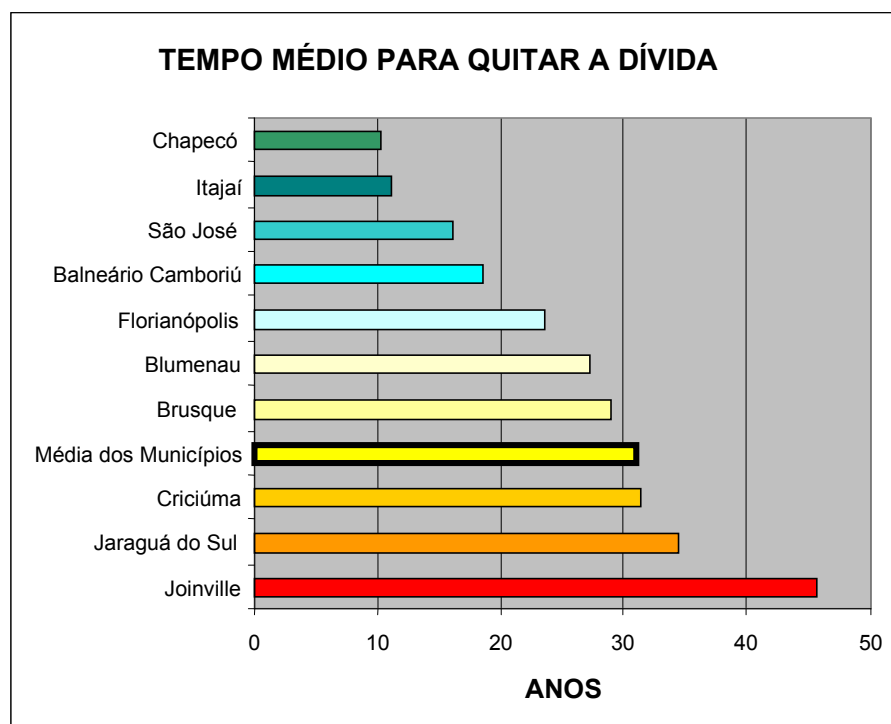


Gráfico 3 - Tempo Médio Estimado que os Municípios da Amostra Levarão para Quitar as Dívidas

Fonte: o autor

O próximo gráfico mostra o percentual de despesas com juros e amortização face ao volume da dívida dos municípios da amostra. Observa-se que o percentual em relação ao estoque da dívida é bastante reduzido.

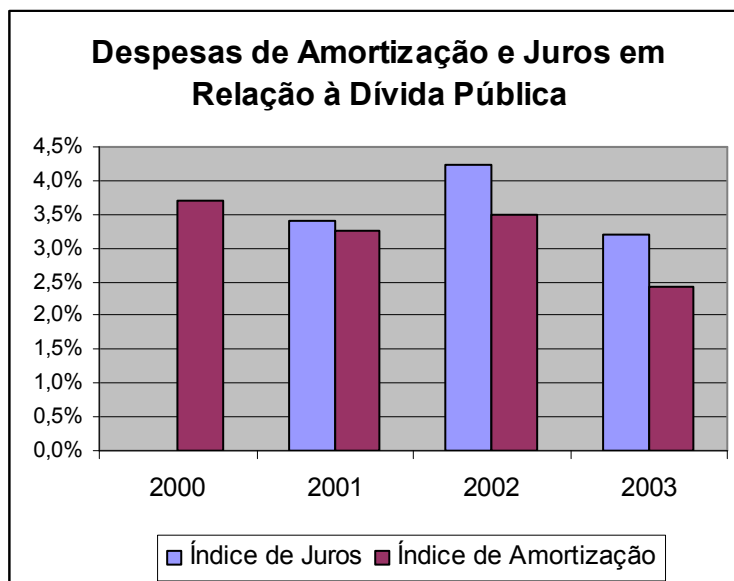


Gráfico 4 - Despesas com Amortizações e Juros em Relação ao Saldo da Dívida Pública

Obs. A inexistência do Índice de Juros decorre de que ele é calculado com base no saldo da dívida do exercício anterior (1999).

Fonte: o autor

Outro importante indicador diz respeito à dependência financeira do Município com seus credores. Pelo quociente entre o volume da dívida pública e o volume do Ativo, pode-se verificar o comprometimento do patrimônio positivo (bens e direitos) com suas obrigações (parte negativa do patrimônio). Para tanto, resgatou-se os valores dos Ativos municipais durante o período analisado.

Tabela 16 - Ativo Municipal da Amostra

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Florianópolis | 372.916.603,10 | 391.876.032,80 | 406.333.235,81 | 475.812.723,62 |
| Joinville | 242.829.454,50 | 286.260.740,20 | 350.558.161,14 | 450.360.038,21 |
| Blumenau | 107.640.331,60 | 127.806.519,80 | 194.341.526,67 | 230.258.932,23 |
| Jaraguá do Sul | 96.355.462,46 | 87.453.379,36 | 133.999.849,66 | 152.494.674,65 |
| Criciúma | 52.918.732,49 | 60.779.276,34 | 65.792.208,62 | 74.305.005,20 |
| Chapecó | 43.245.411,00 | 51.828.678,28 | 63.522.383,69 | 80.188.848,27 |
| São José | 70.969.517,62 | 78.130.226,60 | 101.300.169,21 | 123.363.798,49* |
| Balneário Camboriú | 52.967.729,27 | 68.498.750,00 | ... | 110.855.000,00 |
| Itajaí | 94.380.592,00 | 136.653.092,70 | 157.053.047,48 | 184.072.709,78 |
| Brusque | 23.150.912,29 | 46.996.119,45 | 48.500.979,00 | 53.355.633,39 |
| Total da Amostra | 1.157.374.746,33 | 1.336.282.815,53 | 1.521.401.561,28 | 1.935.067.363,84 |

Fonte: Banco de Dados Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

**Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais –Tribunal de Contas de Santa Catarina*

Tabela 17 - Dependência Financeira dos Municípios da Amostra

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Criciúma | 79,5% | 74,9% | 77,1% | 66,2% |
| Blumenau | 46,5% | 62,9% | 48,4% | 46,8% |
| Florianópolis | 40,7% | 25,8% | 30,3% | 46,2% |
| Chapecó | 57,0% | 49,6% | 48,5% | 44,7% |
| Jaraguá do Sul | 19,6% | 33,5% | 48,5% | 43,0% |
| Brusque | 42,3% | 25,7% | 27,6% | 40,6% |
| Joinville | 30,9% | 29,5% | 32,0% | 28,5% |
| Balneário Camboriú | 25,4% | 32,3% | ... | 28,5% |
| São José | 34,2% | 35,2% | 28,4% | 27,4% |
| Itajaí | 20,6% | 16,1% | 19,1% | 16,9% |
| Dependência Geral | 37,1% | 33,7% | 36,0% | 37,4% |

Fonte: o autor

Reordenando a hierarquia dos municípios catarinenses face sua dependência financeira, verifica-se que Criciúma se destaca em relação aos demais, pois possui 66,2% de seu Ativo comprometido com dívidas de curto e longo prazos, em 2003. O lado positivo é que esse comprometimento vem reduzindo ao longo dos anos.

Observou-se que a dependência financeira dos municípios da amostra, apesar de ter reduzido em 2001 e 2002, acabou terminando o período quase no mesmo patamar de 2000. De modo geral, não se pode dizer que 37,4% de dívida em relação ao Ativo seja um valor expressivo que cause dependência financeira significativa.

Ressalta-se que, ao passo que Criciúma, Chapecó e São José reduziram mais significativamente sua dependência financeira, Jaraguá do Sul e Florianópolis foram os municípios que caminharam no sentido inverso.

O próximo gráfico evidencia a dependência financeira de cada município, face a dependência da amostra como um todo. O indicador se refere apenas ao último ano da série (2003).

Considerando a média de dependência financeira dos municípios (37,4%), destaca-se negativamente o Município de Criciúma, com o maior comprometimento do Ativo, em relação às dívidas (66,2%) e positivamente o Município de Itajaí, onde essa relação é bastante inferior a média dos municípios, correspondendo apenas 16,9% do Ativo.

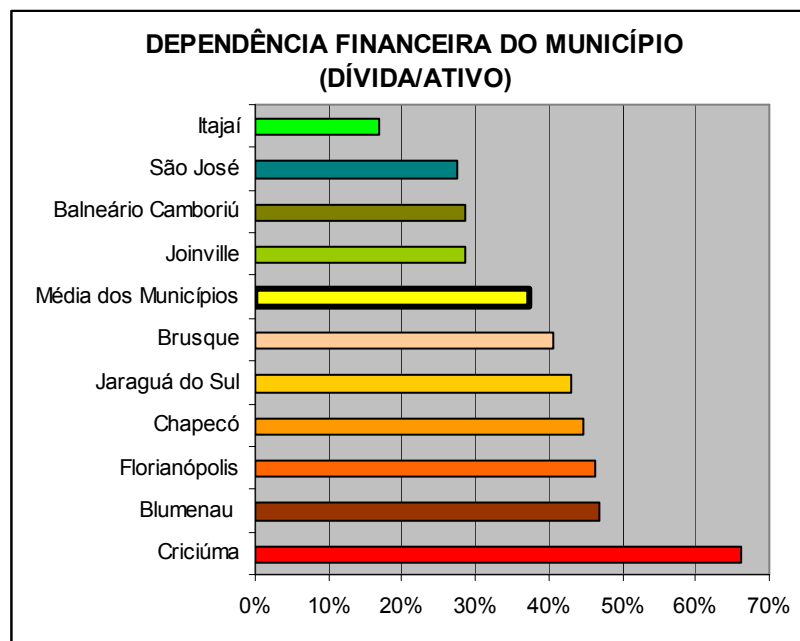


Gráfico 5 - Dependência Financeira dos Municípios da Amostra

Fonte: o autor

O último indicador utilizado nesta análise é aquele que retrata o endividamento per capita do município. Neste caso, os valores devem estar corrigidos para que sejam minimizadas as distorções da inflação sobre a série histórica.

Cola-se primeiramente o valor da dívida pública por Município atualizada pelo IGP-DI.

Tabela 18 - Dívida Pública dos Municípios

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Florianópolis | 227.918.304,70 | 137.538.004,62 | 132.403.464,23 | 219.613.111,01 |
| Joinville | 112.626.225,80 | 114.887.476,96 | 120.613.011,17 | 128.178.856,01 |
| Blumenau | 75.170.764,76 | 109.397.112,45 | 101.376.547,88 | 107.654.433,16 |
| Jaraguá do Sul | 28.424.489,57 | 39.871.283,54 | 69.957.870,60 | 65.606.238,57 |
| Criciúma | 63.250.311,67 | 61.978.094,60 | 54.595.879,73 | 49.215.239,22 |
| Chapecó | 37.023.462,60 | 35.016.609,86 | 33.160.944,49 | 35.864.051,38 |
| São José | 36.444.972,30 | 37.464.484,16 | 30.989.495,46 | 33.837.105,77 |
| Balneário Camboriú | 20.209.261,13 | 30.081.930,07 | 0,00 | 31.572.000,00 |
| Itajaí | 29.195.575,25 | 29.942.684,84 | 32.337.547,96 | 31.157.061,86 |
| Brusque | 14.718.203,66 | 16.446.788,63 | 14.429.336,70 | 21.638.536,36 |
| Total da dívida | 644.981.571,43 | 612.624.469,73 | 589.864.098,21 | 724.336.633,34 |

Fonte: Banco de Dados Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

*Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais- São José

O tamanho da população também está disponível na base de dados do FINBRA e apresenta-se na próxima tabela:

Tabela 19 - Evolução da População dos Municípios da Amostra

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Florianópolis | 331.784 | 331.784 | 360.601 | 360.601 |
| Joinville | 428.974 | 428.974 | 453.766 | 453.766 |
| Blumenau | 261.868 | 261.868 | 272.283 | 272.283 |
| Jaraguá do Sul | 108.377 | 108.377 | 115.121 | 115.121 |
| Criciúma | 170.274 | 170.274 | 175.491 | 175.491 |
| Chapecó | 146.534 | 146.534 | 154.453 | 154.453 |
| São José | 169.252 | 169.252 | 181.400 | 181.400 |
| Balneário Camboriú | 73.266 | 73.266 | ... | 80.429 |
| Itajaí | 147.463 | 147.463 | 153.357 | 153.357 |
| Brusque | 75.798 | 75.798 | 79.815 | 79.815 |
| Total da dívida | 1.913.590 | 1.913.590 | 1.946.287 | 2.026.716 |

Fonte: o autor

Tabela 20 - Dívida Pública Per Capita dos Municípios da Amostra

| | 2.000 | 2.001 | 2.002 | 2.003 | Variação |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|
| Florianópolis | 686,95 | 414,54 | 367,17 | 609,02 | -11,3% |
| Jaraguá do Sul | 262,27 | 367,89 | 607,69 | 569,89 | 117,3% |
| Blumenau | 287,06 | 417,76 | 372,32 | 395,38 | 37,7% |
| Balneário Camboriú | 275,83 | 410,59 | ... | 392,54 | 42,3% |
| Joinville | 262,55 | 267,82 | 265,80 | 282,48 | 7,6% |
| Criciúma | 371,46 | 363,99 | 311,10 | 280,44 | -24,5% |
| Brusque | 194,18 | 216,98 | 180,78 | 271,11 | 39,6% |
| Chapecó | 252,66 | 238,97 | 214,70 | 232,20 | -8,1% |
| Itajaí | 197,99 | 203,05 | 210,86 | 203,17 | 2,6% |
| São José | 215,33 | 221,35 | 170,84 | 186,53 | -13,4% |
| Média da Dívida Per Capita | 337,05 | 320,14 | 303,07 | 357,39 | 6,0% |

Fonte: o autor

Em 2003, o município com a maior dívida pública per capita é Florianópolis, seguido de Jaraguá do Sul, Blumenau e Balneário Camboriú. São José e Itajaí, em contrapartida, são os municípios da amostra com menor dívida pública per capita em 2003.

Relevante observar o crescimento da dívida pública per capita durante o período analisado. Contribuíram para esse crescimento os municípios de Jaraguá do Sul, Balneário Camboriú, Brusque e Blumenau. Destaca-se a redução da dívida Per capita promovida pelo município de Criciúma.

O próximo gráfico mostra a evolução dos municípios onde houve aumento na dívida per capita. E na seqüência, os municípios onde se verificou redução.

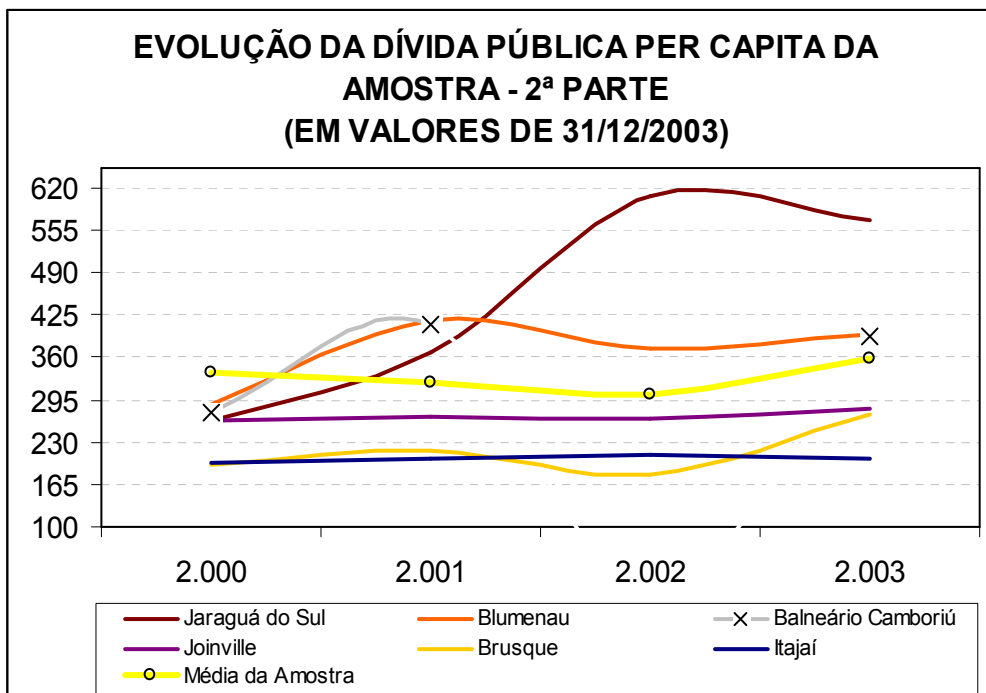


Gráfico 6 - Evolução da Dívida Pública Per Capita em Valores Constantes (1ª Parte)

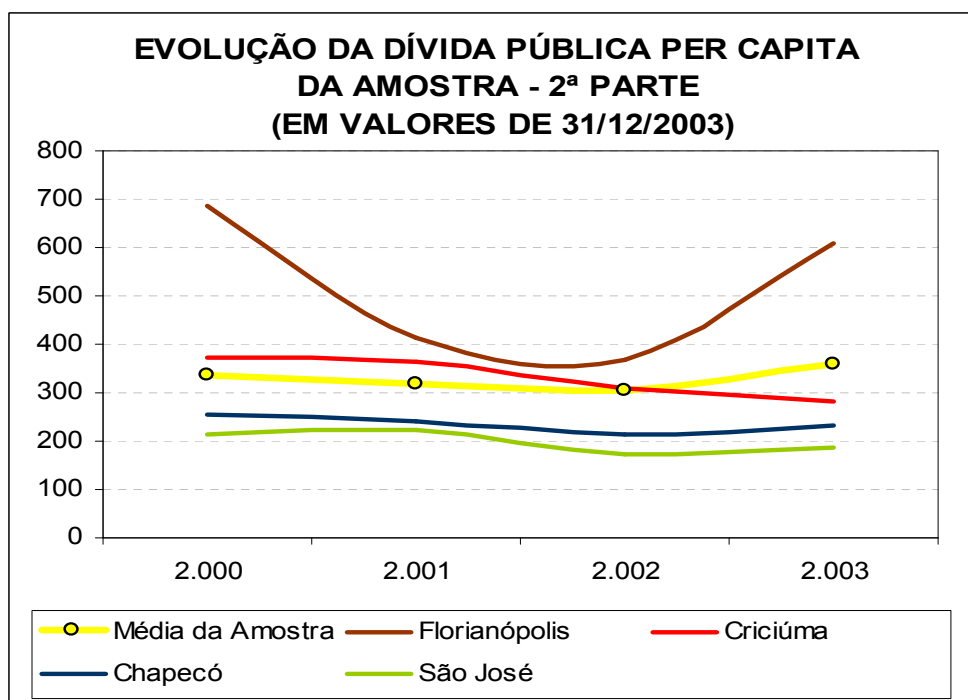


Gráfico 7 - Evolução da Dívida Pública Per Capita em Valores Constantes (2ª Parte)

4.3 Análise Vertical da Dívida Pública dos Municípios da Amostra

O processo de Análise Vertical consiste em identificar a importância relativa de determinadas contas em relação a um valor total. Neste caso, o parâmetro de comparação será o total do Passivo Real ou o Total da dívida pública dos municípios da amostra.

A tabela que segue demonstra a relação existente entre as principais contas disponíveis do banco de dados do FINBRA, em relação ao total da dívida pública.

Tabela 21 - Análise Vertical da Dívida Pública dos Municípios da Amostra

(EM VALORES HISTÓRICOS)

| | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | |
|-----------------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Passivo Financeiro | 84.965.255,79 | 19,8% | 111.311.835,73 | 24,7% | 165.581.827,38 | 30,2% | 216.861.653,70 | 29,9% |
| Depositos | 18.299.588,47 | 4,3% | 18.710.565,24 | 4,2% | 35.127.180,67 | 6,4% | 63.964.569,15 | 8,8% |
| Obrigações em Circulacao | 66.665.667,32 | 15,5% | 92.601.270,49 | 20,6% | 130.454.646,71 | 23,8% | 152.893.908,17 | 21,1% |
| Restos a Pagar Processados | 39.621.253,91 | 9,2% | 43.592.978,34 | 9,7% | 67.824.325,39 | 12,4% | 62.597.031,62 | 8,6% |
| Restos a Pagar Não Process. | 25.994.117,79 | 6,1% | 49.001.208,95 | 10,9% | 28.178.146,98 | 5,1% | 52.867.377,17 | 7,3% |
| Credores Diversos | 1.050.295,62 | 0,2% | 7.083,20 | 0,0% | 34.452.174,34 | 6,3% | 37.429.499,38 | 5,2% |
| Passivo Permanente | 344.281.924,47 | 80,2% | 338.786.946,03 | 75,3% | 382.244.811,10 | 69,8% | 507.474.979,64 | 70,1% |
| Operações de Crédito | 222.125.229,42 | 51,7% | 275.805.271,59 | 61,3% | 312.927.738,86 | 57,1% | 372.945.677,47 | 51,5% |
| Obrig. Legais e Tributárias | 68.532.472,63 | 16,0% | 40.220.794,14 | 8,9% | 47.318.604,38 | 8,6% | 114.484.838,52 | 15,8% |
| Obrigações a Pagar | 44.948.825,44 | 10,5% | 22.583.857,08 | 5,0% | 18.720.370,93 | 3,4% | 20.042.861,54 | 2,8% |
| Outras Exigibilidades | 8.675.396,93 | 2,0% | 177.023,22 | 0,0% | 3.278.096,93 | 0,6% | 1.602,11 | 0,0% |
| Passivo Real | 429.247.180,26 | 100,0% | 450.098.781,76 | 100,0% | 547.826.638,48 | 100,0% | 724.336.633,34 | 100,0% |

Fonte: o autor

Algumas definições são necessárias, pois o banco de dados do FINBRA traz em seu Plano de Contas termos diferentes daqueles usuais da contabilidade pública.

No passivo financeiro não há grandes novidades, apenas ressalta-se que o grupo de depósitos se trata essencialmente da soma dos depósitos de diversas origens e das consignações.

No passivo permanente, não se tem dúvidas quanto ao significado das operações de crédito. Mas diferenciar as obrigações legais e tributárias das obrigações a pagar é importante até para subsidiar conclusões desta pesquisa:

Obrigações legais e tributárias, de acordo com o novo Plano de Contas da União tem a função de registrar os valores exigíveis a longo prazo, decorrentes de obrigações junto ao governo, relativas a impostos, taxas e contribuições. Exemplos: provisões, passivo fiscal diferido, provisão para indenizações cíveis e trabalhistas, obrigações tributárias renegociadas, entre outras.

A conta de obrigações a pagar compreendem obrigações exigíveis a longo prazo que não se caracterizam como operações de crédito e como obrigações legais e tributárias.

Nessa conta devem ser inscritos as obrigações com fornecedores de exercícios anteriores, pessoal a pagar de exercícios anteriores, os débitos parcelados com INSS, entidades de previdência complementar, convênios de exercícios anteriores, precatórios de exercícios anteriores, entre outros.

Os registros disponíveis no FINBRA indicam uma evolução na importância do passivo financeiro face ao passivo permanente dos municípios. Responde a modificação de relação o crescimento da participação de obrigações em circulação (restos a pagar), face ao decréscimo das obrigações de longo prazo a pagar.

Esta leitura é negativa em nosso ponto de vista. Sugere uma gestão inadequada do endividamento público, pois dívidas de longo prazo devem ser preferidas às de curto prazo, pois normalmente potencializam as perspectivas de crescimento social e econômico. Por outro lado, dívidas de curto prazo (como restos a pagar) sugerem apenas uma insuficiência de recursos no exercício para pagamento de despesas do próprio exercício, normalmente despesas correntes.

4.4 Análise Horizontal da Dívida Pública dos Municípios da Amostra

A análise horizontal permite a identificação da evolução temporal de determinada conta. Em relação aos números da dívida pública, utilizou-se como base os registros de 2000, sendo todos os demais registros uma relação de proporcionalidade aos valores de 2000.

Tabela 22 - Análise Horizontal da Dívida Pública dos Municípios da Amostra

| | (EM VALORES DE 31/12/2003) | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------------|--------|----------------|--------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Passivo Financeiro | 127.667.755,83 | 100,0% | 151.505.307,49 | 118,7% | 178.287.743,65 | 139,6% | 216.861.653,70 | 169,9% |
| Depositos | 27.496.738,18 | 100,0% | 25.466.743,24 | 92,6% | 37.822.663,76 | 137,6% | 63.964.569,15 | 232,6% |
| Obrigações em Circulacao | 100.171.017,66 | 100,0% | 126.038.564,25 | 125,8% | 140.465.079,89 | 140,2% | 152.893.908,17 | 152,6% |
| Restos a Pagar Processados | 59.534.412,31 | 100,0% | 59.333.920,28 | 99,7% | 73.028.822,85 | 122,7% | 62.597.031,62 | 105,1% |
| Restos a Pagar Não Process. | 39.058.443,98 | 100,0% | 66.695.003,10 | 170,8% | 30.340.396,19 | 77,7% | 52.867.377,17 | 135,4% |
| Credores Diversos | 1.578.161,37 | 100,0% | 9.640,87 | 0,6% | 37.095.860,85 | 2350,6% | 37.429.499,38 | 2371,7% |
| Passivo Permanente | 517.313.815,66 | 100,0% | 461.119.162,18 | 89,1% | 411.576.354,56 | 79,6% | 507.474.979,64 | 98,1% |
| Operações de Crédito | 333.762.657,34 | 100,0% | 375.395.502,25 | 112,5% | 336.940.238,98 | 101,0% | 372.945.677,47 | 111,7% |
| Obrig. Legais e Tributárias | 102.976.056,52 | 100,0% | 54.744.077,70 | 53,2% | 50.949.595,99 | 49,5% | 114.484.838,52 | 111,2% |
| Obrigações a Pagar | 67.539.556,23 | 100,0% | 30.738.637,89 | 45,5% | 20.156.878,00 | 29,8% | 20.042.861,54 | 29,7% |
| Outras Exigibilidades | 13.035.545,49 | 100,0% | 240.944,35 | 1,8% | 3.529.641,59 | 27,1% | 1.602,11 | 0,0% |
| Passivo Real | 644.981.571,49 | 100,0% | 612.624.469,67 | 95,0% | 589.864.098,21 | 91,5% | 724.336.633,34 | 112,3% |

Fonte: o autor

No caso da análise horizontal, entende-se mais correto que a série histórica já esteja deflacionada, ou seja, isenta dos efeitos inflacionários.

De acordo com os registros do FINBRA, a dívida pública como um todo cresceu 12,3%. O Gráfico que segue mostra essa evolução e a modificação ocorrida entre dívida fluante e dívida fundada no período, sendo relevante observar o aumento da importância relativa da dívida de curto prazo nos municípios da amostra.

Interessante observar o crescimento do passivo financeiro em 69,9% face a quase estabilidade do Passivo Permanente (-1,9%) durante o período analisado. A conta de Depósitos foi a que apresentou maior crescimento (132,6%), mas sua importância relativa é bem inferior às obrigações em circulação, que também cresceram bastante (52,6%). As Obrigações Legais e Tributárias e as Operações de Crédito cresceram respectivamente 11,2% e 11,7% no período.

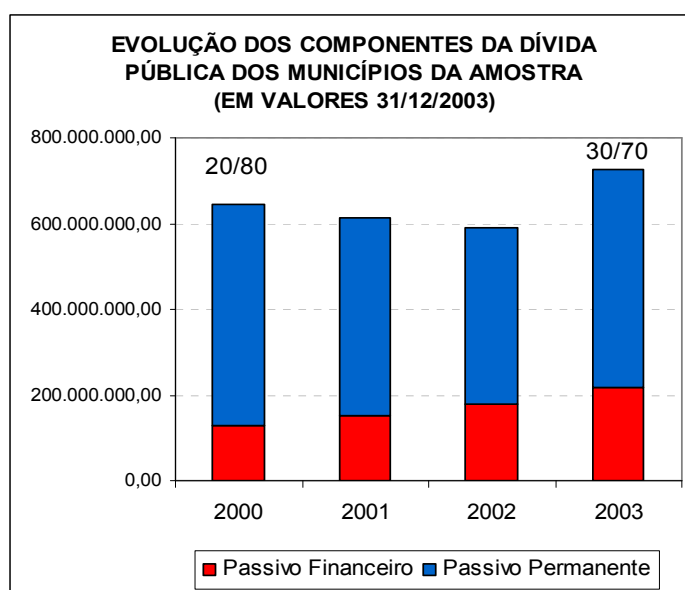


Gráfico 8 - Evolução da Dívida Pública dos Municípios da Amostra em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

Fonte: o autor

Ressalta-se que o significativo crescimento da conta de credores diversos decorre essencialmente de dívidas de Jaraguá do Sul, com baixa confiabilidade, pois estão divergentes dos registros do Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Não foi possível determinar as causas dessa inconsistência.

Observa-se no próximo gráfico que as operações de crédito representam a principal justificativa da dívida fundada e também da dívida pública como um todo, de acordo com os dados do FINBRA.

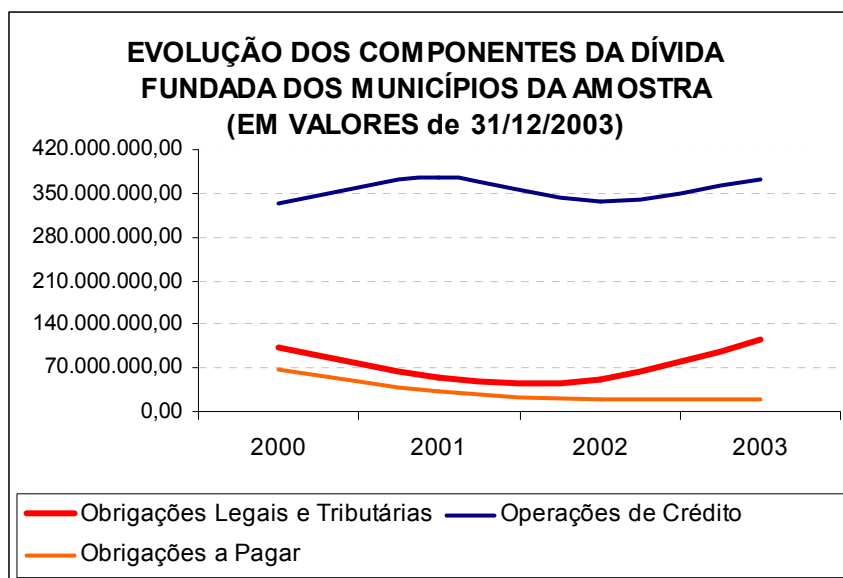


Gráfico 9 - Evolução dos componentes da Dívida Fundada dos Municípios da Amostra em Valores Constantes

Fonte: o autor

No tocante à dívida fluante, verificou-se grande variação dos restos a pagar não processados. Esses restos a pagar referem-se as despesas onde não foram finalizadas a fase de liquidação, normalmente pela falta de entrega do produto ou serviço até o final do exercício.

Verificou-se também grande crescimento da conta de depósitos, que aglutina os depósitos de diversas origens e as consignações.

Ressalta-se que o houve também crescimento significativo da conta de credores diversos. Entretanto, esse crescimento decorreu da inscrição de dívidas de curto do município de Jaraguá do Sul, não validadas na análise específica do município, cuja fonte utilizada foi o Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

O gráfico que segue mostra a evolução dos componentes da dívida fluante.

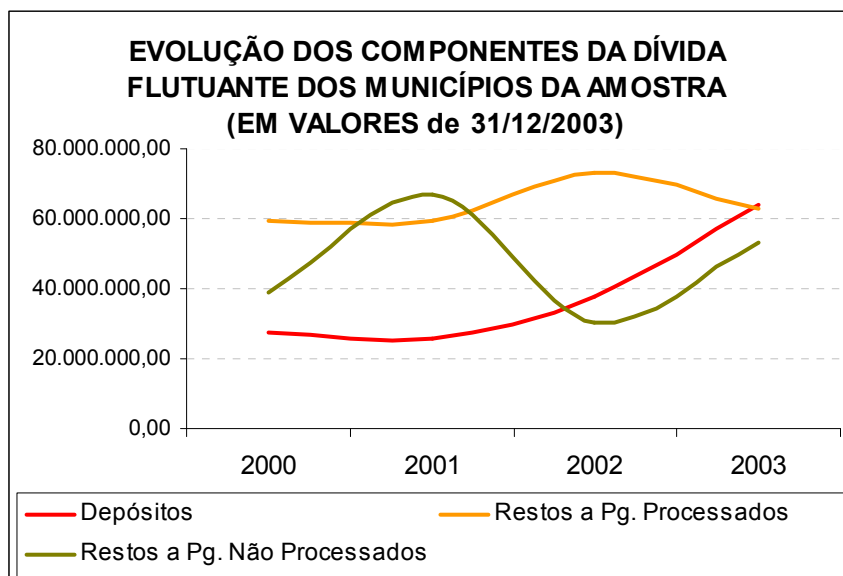


Gráfico 10 - Evolução dos componentes da Dívida Flutuante dos Municípios da Amostra em Valores Constantes

Fonte: o autor

Finalizando o processo de análise, considerou-se pertinente a busca dos fatos contábeis que produziram reflexos importantes no perfil da dívida pública dos municípios da amostra, durante o período analisado, até porque este se constitui num dos objetivos específicos da pesquisa. Realizou-se então, a análise particular de cada município da amostra, com base nos registros do Sistema de Contas Anuais, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, cujo teor reflete as demonstrações contábeis dos municípios remetidos para o Tribunal para fins de emissão de parecer prévio. Nessa análise particular de cada município foram identificadas as principais razões de aumento e redução das dívidas fundada e flutuante.

O resultado da análise específica de cada município consta no Apêndice C desta monografia.

4.5 Resumo dos Principais Resultados Apurados

Considerando também a análise específica da dívida pública de cada município da amostra (Apêndice C) pode-se resumir as seguintes constatações:

Aumentou a dívida pública dos municípios da amostra. Em valores constantes, a dívida total aumentou 12,3% e a dívida per capita aumentou 6,0% no período de 2000 a 2003. A tabela que segue, mostra os municípios que mais contribuíram para a redução e

aumento da dívida pública. Destaque positivo para Criciúma e negativo para Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul.

Tabela 23 - Variação da Dívida Pública Total e Per Capita durante o período de 2000 a 2003 (Em valores de 31/12/2003)

| Municípios da Amostra | Variação da Dívida Total | Variação da Dívida Per Capita |
|------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| Criciúma | -22% | -25% |
| São José | -7% | -13% |
| Florianópolis | -4% | -11% |
| Chapecó | -3% | -8% |
| Itajaí | 7% | 3% |
| Joinville | 14% | 8% |
| Blumenau | 43% | 38% |
| Brusque | 47% | 40% |
| Balneário Camboriú | 56% | 42% |
| Jaraguá do Sul | 131% | 117% |

Fonte: o autor

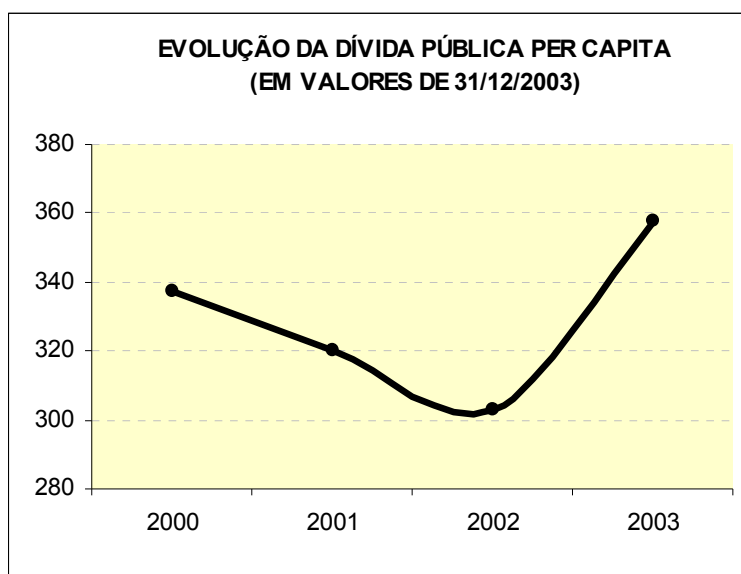


Gráfico 11 - Evolução da Dívida Per Capita dos Municípios da Amostra em Valores Constantes

Fonte: o autor

Piorou a qualidade da dívida pública. Verificou-se um aumento da participação da dívida de curto prazo (dívida fluante) no total da dívida. Em 2000 ela representava 20%, em 2003 passou a representar 30%. Dívidas de longo prazo são preferíveis, pois normalmente produzem potencialidades ao município. Dívida de curto prazo decorrem normalmente de despesas correntes não pagas no exercício. Observa-se que no total das

dívidas de longo prazo 40% referem-se a dívidas previdenciárias (28% em 70%). Essas também não produzem potencialidades ao município.

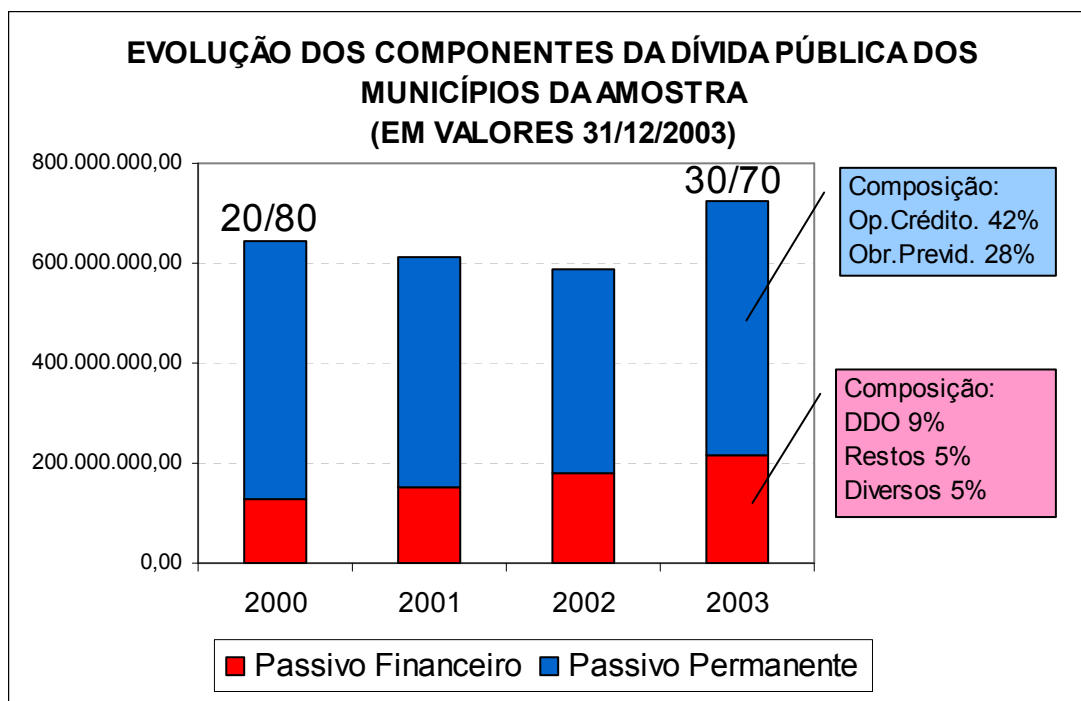


Gráfico 12 - Evolução dos Componentes da Dívida Pública dos Municípios da Amostra - Resumo. Em valores de 31/12/2003.

Fonte: o autor

Adequação aos limites legais e regulamentares representa o resultado positivo da pesquisa. Todos os municípios da amostra possuem índices de endividamento bem inferiores aos limites estabelecidos pela legislação. As receitas de operações de crédito não passaram de 2% da RCL, enquanto que o limite é 16%. O comprometimento da RCL com o serviço da dívida ficou sempre abaixo de 3%, sendo o limite de 11,5%. E o limite geral de endividamento demonstrou que a Dívida Consolidada Líquida está bem abaixo do limite de 1,2 vezes a RCL. A tabela 24 e o gráfico 13 mostram em resumo os resultados nesse sentido.

Tabela 24 - Evolução das Receitas e Despesas da Dívida Pública face a RCL

| Receitas / Despesas da Dívida | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---|-------|-------|-------|-------|
| Receitas de Operações de Crédito | 2,0% | 1,1 % | 1,0 % | 1,6 % |
| Comprometimento com o Serviço da Dívida | 2,7 % | 2,7 % | 2,7 % | 2,9 % |

Fonte: o autor

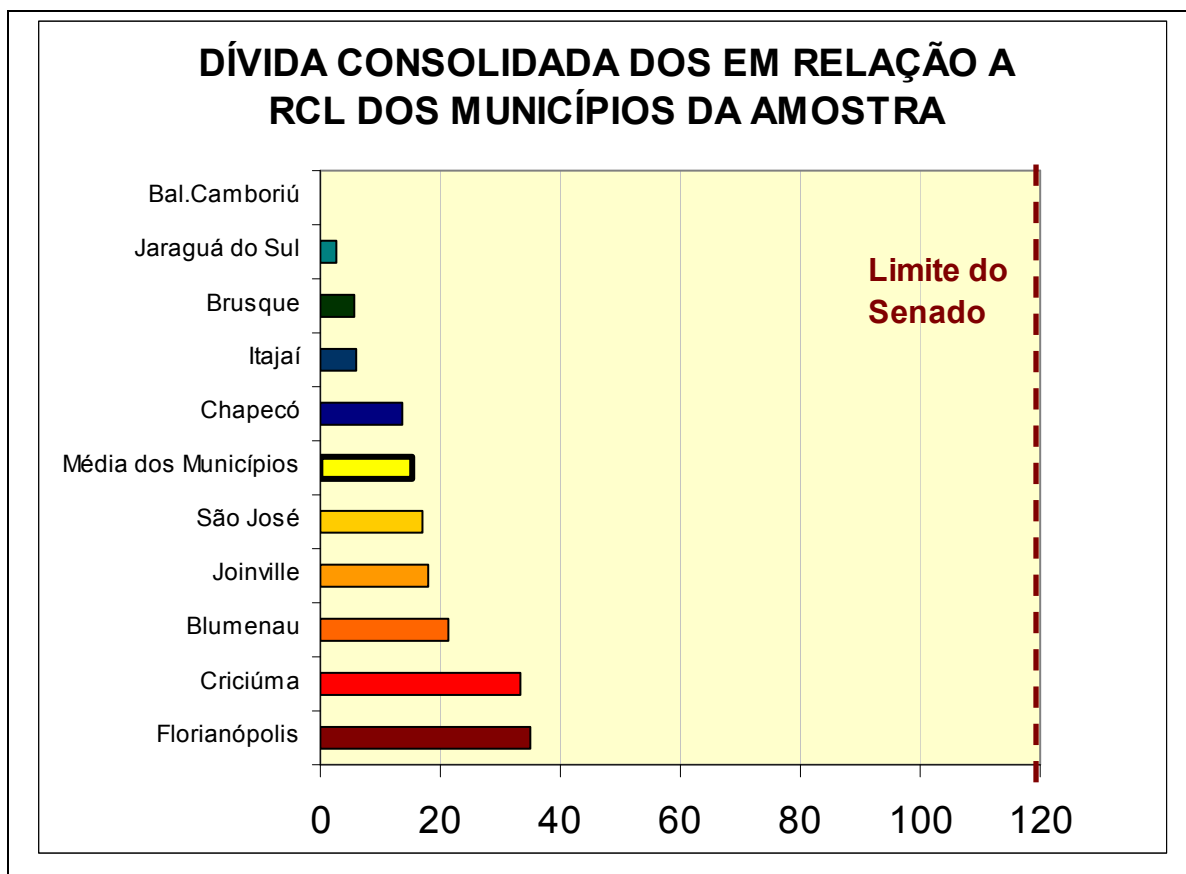


Gráfico 13 - Situação dos Municípios da Amostra face ao Limite do Senado de Endividamento Geral (DCL / RCL)

Fonte: o autor

Tabela 25 - Resumo dos Resultados da Pesquisa

| Principais Constatações | Observações |
|---|---|
| Aumentou a dívida pública | 12,3% no total e 6% na dívida per capita |
| Piorou a qualidade da dívida pública | Aumentou o volume de dívidas de curto prazo (dívida flutuante) no total. Em 2000 representava 20% do total. Em 2003 passou a representar 30%. |
| Os limites legais de endividamento sempre estiveram bem inferiores aos definidos pela legislação. | O limite da DCL de todos os municípios está abaixo de 0,4 vezes a RCL, em 2003 (o limite é 1,2). As receitas com operações de crédito foram no máximo de 2%, enquanto que o limite é de 16% da RCL. As despesas com o serviço da dívida ficaram sempre abaixo de 3%, enquanto que o limite é de 11,5% da RCL. |

Fonte: o autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a evolução do perfil da dívida pública dos municípios catarinenses, por meio de técnicas de análise financeira de balanços, aplicadas às demonstrações contábeis públicas, relativas aos exercícios de 2000 a 2003 (pós vigência da LRF).

Na impossibilidade de analisar a situação dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina, utilizou-se uma amostra intencional dos 10 municípios com maior volume de dívida pública (Passivo Real). A dívida desses municípios representava em 2003 praticamente 65% da dívida de todos os municípios do Estado. Ressalta-se que o problema da dívida pública transcende os limites municipais, daí porque a preocupação com dívidas de maiores dimensões, que podem eventualmente comprometer o Estado de Santa Catarina ou até mesmo o país.

Utilizou-se duas bases de dados distintas na pesquisa. Como base primária os registros do Volume Finanças do Brasil – FINBRA, disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional. E como base secundária os registros do Sistema de Contas Anuais, utilizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina como sistema auxiliador na análise das Contas Municipais Anuais, para fins de parecer prévio. A escolha do FINBRA ocorreu em razão de sua base de dados retratar a dívida pública do município como um todo, desde o início da série histórica definida pela pesquisa (ano 2000). O uso de base de dados secundária foi necessária para validar, ou não, as informações contidas no FINBRA.

A análise de consistência entre as duas bases de dados mostrou coincidência na maioria dos municípios da amostra. Houve pequenas divergências nos municípios de Florianópolis, Joinville e Brusque e uma grande divergência no caso de Jaraguá do Sul.

A análise por meio de índices mostrou que todos os municípios da amostra estão em acordo com os limites definidos pelas Resoluções do Senado Federal, em complemento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Florianópolis e Criciúma são os municípios que, em 2003, apresentaram os maiores índices de endividamento (0,35 e 0,33 vezes a Receita Corrente Líquida), enquanto que o limite regulamentar existente diz que a dívida

consolidada líquida não pode ultrapassar a 1,2 vezes a RCL. Os volumes de operações de créditos também foram bastante reduzidos. Durante o período pós LRF, não ultrapassaram 2% da RCL, quando o limite regulamentar é de 16%. E, finalmente, as despesas com o serviço da dívida (amortizações + encargos financeiros) também foram bastante reduzidas, se considerado o parâmetro definido pelo Senado Federal. Nos municípios da amostra verificou-se que o índice das despesas com o serviço da dívida sempre ficou abaixo de 3% da RCL, sendo o limite de 11,5%.

Indicadores adicionais foram calculados para enriquecer a pesquisa. Dentre eles, ressalta-se o resultado do indicador da dívida per capita, que revelou um aumento real de 6% durante o período analisado. Florianópolis foi o município com a maior dívida pública per capita (R\$ 609,02 em 2003) e São José é o Município com o menor endividamento por habitante (R\$ 186,53 no mesmo ano 2003). Também relevante citar que Criciúma foi o município que mais reduziu a sua dívida per capita (-25%) e que os municípios de Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul foram aqueles onde houve significativos aumentos na dívida per capita durante o período, respectivamente 38%, 40%, 42% e 117%.

A análise vertical e horizontal mostrou que a dívida pública dos municípios da amostra aumentou 12,3% em termos reais durante o período analisado. O Passivo Financeiro aumentou em termos reais e também em proporção ao total da dívida pública. Em 2000, 20% da dívida era composta por obrigações de curto prazo. Em 2003, o percentual subiu para 30%. A dívida fundada, em termos reais, praticamente ficou estável.

Esta leitura é negativa em nosso ponto de vista. Sugere uma gestão inadequada do endividamento público, pois dívidas de longo prazo devem ser preferidas às de curto prazo, pois normalmente potencializam as perspectivas de crescimento social e econômico. Por outro lado, dívidas de curto prazo (como restos a pagar) sugerem apenas uma insuficiência de recursos no exercício para pagamento de despesas do próprio exercício.

As Operações de Crédito, em termos constantes, praticamente ficaram estáveis. São o grupo de contas mais representativas da dívida pública como um todo. Em 2003, representavam 51,5% do total. Entretanto, analisando a situação particular de cada um dos municípios da amostra, verificou-se que muitos municípios estão considerando dívidas previdenciárias e sociais como dívidas decorrentes de operações de créditos. Nessa situação encontram-se os municípios de: Joinville, Jaraguá do Sul, Criciúma, Balneário Camboriú, Itajaí e Brusque. Esta constatação é lamentável, pois distorce completamente as perspectivas de análise. Considerando apenas os registros disponíveis no FINBRA, as

Obrigações Legais e Tributárias, somadas às Obrigações de Longo Prazo a Pagar representaram em 2003 18,6% (R\$ 134.527.700,06) da dívida pública dos municípios da amostra. Mas, incluindo nessas dívidas os valores apurados na análise de cada município, o percentual de importância crescerá para 28,1%, pela adição de R\$ 68,8 milhões ao valor registrado na base de dados do FINBRA.

As limitações principais para o alcance dos objetivos da pesquisa podem ser organizadas em duas facetas: teórica e prática. A limitação teórica diz respeito à relativa escassez de obras sobre endividamento público, com ênfase nos municípios catarinenses. Esta escassez acaba contribuindo para a relevância e importância desta pesquisa. A opção por amostra intencional, apesar de obedecer critério metodológico apropriado, calcado na “Lei de Pareto”, acaba inviabilizando a possibilidade de se ampliar as conclusões desta pesquisa para toda população alvo (todos os 293 municípios do Estado). Do ponto de vista prático, o uso do FINBRA como base de dados principal, foi talvez a principal limitação da pesquisa.

Por fim, considerando todo o trabalho realizado, recomenda-se que o monitoramento do endividamento dos municípios catarinenses seja aguçado. Normalmente quando se impõem limites, aqueles que estão abaixo dele tendem a subir até próximo dele. Não verificamos problema nesse sentido, mesmo no município com o maior volume de dívida pública, mas agir proativamente parece ser a recomendação mais adequada para o momento, até pela existência de uma perspectiva de reconhecimento de passivos atuariais por aqueles municípios que optarem pelo Regime Próprio de Previdência. No mais, recomendações para novos estudos e pesquisas são sempre pertinentes e bem-vindas.

6 REFERÊNCIAS

1. AMBONI, Nério e AMBONI, Narcisa de Fátima. **Metodologia da Pesquisa Acadêmica e Empresarial**. Florianópolis: UDESC / Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência-FESAG, 1996.
2. AMBONI, Nério. **O projeto de pesquisa: aspectos teóricos e práticos**. Florianópolis: UDESC / Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência - FESAG, 1998.
3. ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.
4. ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos e ARRUDA, Daniel Gomes. **Introdução à Contabilidade Governamental: da teoria à prática**. Salvador: Zênite, 1999.
5. ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 1981.
6. ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
7. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 32/2001.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm
8. BRASIL. **Decreto nº 93.872, de 1986**. Dispõe sobre a unificação dos recursos do caixa do Tesouro Nacional, atualizando e consolidando a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
9. BRASIL. **Emenda Constitucional nº 3, de 1993**. Emenda ao texto constitucional vigente. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
10. BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.

11. BRASIL. **Lei nº 4.320/64**. 24ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.
12. BRASIL. **Portaria Interministerial nº 163**. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
13. BRASIL. **Resolução nº 40, de 2001**. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
14. BRASIL. **Resolução nº 43, de 2001**. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
15. BRASIL. **Resolução nº 5, de 2002**. Altera o parágrafo 3º e revoga o parágrafo 4º do art. 2º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
16. BRASIL. **Resolução nº 69, de 1995**. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
17. BRASIL. **Resolução nº 78, de 1998**. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 14/04/2004.
18. CPI da dívida aprovada sem apresentar números. **Jornal A Notícia**. Florianópolis, 25 de mai. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
19. Cresce dívida de metade das capitais do País. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 de jul. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.

20. CRUZ, Flávio da et. al.. **Comentários à Lei n. 4.320**: Normas gerais de Direito Financeiro Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e comentários ao substitutivo do Projeto de Lei n. 135/96. São Paulo: Atlas, 1999.
21. CSILLAG, João Mario. **Análise do valor**: metodologia do valor: engenharia do valor, gerenciamento do valor, redução de custos, racionalização administrativa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
22. Divergências por CPI da dívida estadual. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, 19 de nov. 2003. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
23. Dívida das capitais sobe 20,4% em 2 anos: montante vai de R\$ 29,4 bi em 2001 para 35,4 bi em 2003; São Paulo responde por 80% do aumento, registrado em mais 16 cidades. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 de jul. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
24. Dívida de Floripa. **Jornal A Notícia**. Florianópolis, 27 de dez. 2003. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
25. Dívida pública é a grande preocupação. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, 22 de abr. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
26. Dívida. **Jornal A Notícia**. Florianópolis, 03 de jun. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
27. Dívidas municipais encolhem; a de SP explode. **O Estado de São Paulo**. Florianópolis, 11 de jun. 2004. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.
28. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico**: século XXI. Nova Fronteira, 1999. CD-ROM.
29. GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira: essencial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
30. GROPELLI, A.A. **Administração Financeira (S. Essencial)**. São Paulo: Saraiva, 1999.
31. HOJI, MASAKAZU. **Administração Financeira (uma abordagem prática)**. São Paulo: Atlas, 1999.

32. KOHAMA, Hélio. **Balancos Públicos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1999.
33. KUME, Hitoshi. **Métodos estatísticos para melhoria da qualidade**. São Paulo: Editora Gente, 1993.
34. LOPES DE SÁ, Antônio e LOPES DE SÁ, Ana M. **Dicionário de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1994.
35. MAC-DONALD, Ricardo Caruso (Coordenador) et. al.. **Amortização e encargos da dívida Fundada Interna de Santa Catarina**. Relatório de Resultado de Curso de Capacitação em Auditoria de Gestão. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2002.
36. MATARAZZO, Dante C.. **Análise Financeira de Balancos**: abordagem básica. São Paulo: Atlas, 1985.
37. MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática Financeira**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
38. SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de Orçamento, Planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.
39. SANTA CATARINA. **Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2001.
40. SOLIANI, André; SOFIA, Julianna. Dívida dos Estados com a União aumenta R\$ 67,8 bi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2002. Política, p. A4.
41. STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.
42. STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil**: dados contábeis dos municípios, ano 2000. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>.
43. STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil**: dados contábeis dos municípios, ano 2001. Brasília, 2002. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>.
44. STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil**: dados contábeis dos municípios, ano 2002. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>.
45. STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil**: dados contábeis dos municípios, ano 2003. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>.
46. **SUMA ECONÔMICA**. São Paulo: Setembro/1994.
47. TCE diz que dívida de SC é de R\$ 10,3 bi. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 11 de nov. 2003. Clipagem do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Disponível em: <http://intranet>.

48. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos Científicos**. Elaboração: Elisabeth Junchem Machado Leal e Simone Ghisi Feuerschütte. Apostila para orientação de monografias. Disponibilizada no site: www.univali.br, 2003.

7 APÊNDICE A - SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

| Ordem | MUNICIPIO | Passivo Real | % | % Acum. |
|--------------|----------------------|---------------------|----------|----------------|
| 1 | FLORIANÓPOLIS | 219.613.111,01 | 19,61% | 19,61% |
| 2 | JOINVILLE | 128.178.856,01 | 11,45% | 31,06% |
| 3 | BLUMENAU | 107.654.433,16 | 9,61% | 40,67% |
| 4 | JARAGUA DO SUL | 65.606.238,57 | 5,86% | 46,53% |
| 5 | CRICIUMA | 49.215.239,22 | 4,40% | 50,93% |
| 6 | CHAPECÓ | 35.864.051,38 | 3,20% | 54,13% |
| 7 | SÃO JOSÉ | 33.837.105,77 | 3,02% | 57,15% |
| 8 | BALNEARIO CAMBORIÚ | 31.572.000,00 | 2,82% | 59,97% |
| 9 | ITAJAI | 31.157.061,86 | 2,78% | 62,75% |
| 10 | BRUSQUE | 21.638.536,36 | 1,93% | 64,69% |
| 11 | ARARANGUA | 16.694.350,00 | 1,50% | 65,10% |
| 12 | CONCORDIA | 13.430.356,56 | 1,20% | 66,40% |
| 13 | JOACABA | 13.094.865,79 | 1,20% | 67,60% |
| 13 | RIO NEGRINHO | 12.390.694,26 | 1,10% | 68,70% |
| 14 | TUBARAO | 9.888.331,82 | 0,90% | 69,60% |
| 15 | ITAPEMA | 9.203.910,30 | 0,80% | 70,50% |
| 16 | PALHOCA | 9.009.767,64 | 0,80% | 71,30% |
| 17 | LAGES | 8.989.709,23 | 0,80% | 72,10% |
| 18 | MAFRA | 8.029.679,16 | 0,70% | 72,90% |
| 19 | SAO BENTO DO SUL | 7.752.984,84 | 0,70% | 73,60% |
| 20 | CAMPOS NOVOS | 7.730.795,59 | 0,70% | 74,30% |
| 21 | RIO DO SUL | 7.473.783,19 | 0,70% | 75,00% |
| 22 | XANXERÊ | 7.137.642,05 | 0,70% | 75,60% |
| 23 | BARRA VELHA | 6.833.479,15 | 0,60% | 76,30% |
| 24 | CACADOR | 6.793.714,41 | 0,60% | 76,90% |
| 25 | GARUVA | 5.846.537,88 | 0,50% | 77,40% |
| 26 | VIDEIRA | 5.619.542,18 | 0,50% | 77,90% |
| 27 | IÇARA | 5.322.782,74 | 0,50% | 78,40% |
| 28 | CORONEL FREITAS | 5.271.213,93 | 0,50% | 78,90% |
| 29 | SÃO FRANCISCO DO SUL | 5.267.165,45 | 0,50% | 79,40% |
| 30 | GASPAR | 5.072.891,85 | 0,50% | 79,90% |
| 31 | FRAIBURGO | 5.014.476,89 | 0,50% | 80,30% |
| 32 | TIJUCAS | 5.013.354,07 | 0,50% | 80,80% |
| 33 | LAGUNA | 4.943.359,65 | 0,50% | 81,20% |
| 34 | POMERODE | 4.854.606,02 | 0,40% | 81,70% |
| 35 | SAO MIGUEL D'OESTE | 4.788.510,05 | 0,40% | 82,10% |

| | | | | |
|----|---------------------------|------------------|---------|---------|
| 36 | TRES BARRAS | 4.361.628,58 | 0,40% | 82,50% |
| 37 | INDAIAL | 4.283.846,22 | 0,40% | 82,90% |
| 38 | SOMBRIO | 4.173.854,29 | 0,40% | 83,30% |
| 39 | CAMBORIÚ | 4.139.200,01 | 0,40% | 83,70% |
| 40 | IMBITUBA | 4.076.701,29 | 0,40% | 84,10% |
| 41 | OTACILIO COSTA | 3.709.014,63 | 0,30% | 84,40% |
| 42 | CAPIVARI DE BAIXO | 3.478.746,46 | 0,30% | 84,70% |
| 43 | GUARAMIRIM | 3.277.558,59 | 0,30% | 85,00% |
| 44 | BIGUACU | 3.253.536,80 | 0,30% | 85,30% |
| 45 | IMARUI | 3.109.731,00 | 0,30% | 85,60% |
| 46 | MONTE CARLO | 3.084.270,71 | 0,30% | 85,90% |
| 47 | DIONÍSIO CERQUEIRA | 2.664.142,51 | 0,20% | 86,20% |
| 48 | BOMBINHAS | 2.615.803,19 | 0,20% | 86,40% |
| 49 | PICARRAS | 2.578.797,71 | 0,20% | 86,60% |
| 50 | LAURO MULLER | 2.536.747,55 | 0,20% | 86,90% |
| 51 | CANOINHAS | 2.497.981,08 | 0,20% | 87,10% |
| 52 | TIMBÓ | 2.476.354,99 | 0,20% | 87,30% |
| 53 | PENHA | 2.451.094,04 | 0,20% | 87,50% |
| 54 | TAIÓ | 2.266.791,77 | 0,20% | 87,80% |
| 55 | STO. AMARO DA IMPERATRIZ | 2.215.288,69 | 0,20% | 88,00% |
| 56 | XAXIM | 2.099.329,64 | 0,20% | 88,20% |
| 57 | MARAVILHA | 2.094.967,30 | 0,20% | 88,30% |
| 58 | PORTO UNIÃO | 2.070.437,00 | 0,20% | 88,50% |
| 59 | HERVAL D'OESTE | 2.061.854,94 | 0,20% | 88,70% |
| 60 | ORLEANS | 2.048.214,01 | 0,20% | 88,90% |
| 61 | IBIRAMA | 1.989.520,71 | 0,20% | 89,10% |
| 62 | CURITIBANOS | 1.934.962,99 | 0,20% | 89,30% |
| 63 | TIMBÓ GRANDE | 1.894.622,38 | 0,20% | 89,50% |
| 64 | CORREIA PINTO | 1.854.519,30 | 0,20% | 89,60% |
| 65 | CAPINZAL | 1.780.750,50 | 0,20% | 89,80% |
| 66 | PORTO BELO | 1.750.602,74 | 0,20% | 89,90% |
| 67 | MATOS COSTA | 1.704.429,17 | 0,20% | 90,10% |
| 68 | GRAVATAL | 1.668.582,39 | 0,20% | 90,30% |
| 69 | MONTE CASTELO | 1.662.924,00 | 0,20% | 90,40% |
| 70 | BALNEARIO ARROIO DO SILVA | 1.501.156,72 | 0,10% | 90,60% |
| | OUTROS MUNICÍPIOS | 102.615.691,34 | 7,00% | 100,00% |
| | TOTAL GERAL | 1.119.788.793,28 | 100,00% | 100,00% |

Fonte principal: Banco de Dados da FINBRA - site www.stn.fazenda.gov.br)

Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina

8 APÊNDICE B - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 2003

| Ordem | MUNICÍPIO | Ativo Financeiro | dívida Consolidada | RCL | Índice Senado |
|-------|---------------------|------------------|--------------------|----------------|---------------|
| 1 | ARARANGUÁ | 3.223.892,00 | 14.276.118,00 | 29.121.830,49 | 0,38 |
| 2 | CRICIÚMA | 9.176.723,84 | 45.947.819,26 | 112.939.207,47 | 0,33 |
| 3 | FLORIANÓPOLIS | 42.064.965,35 | 141.310.323,98 | 317.978.994,11 | 0,31 |
| 4 | SOMBRIO | 734.547,09 | 3.568.935,92 | 11.583.577,56 | 0,24 |
| 5 | PONTE ALTA DO NORTE | 112.135,00 | 803.223,00 | 3.298.691,52 | 0,21 |
| 6 | PRAIA GRANDE | 121.746,97 | 941.662,96 | 3.943.916,68 | 0,21 |
| 7 | CANELINHA | 248.657,60 | 1.104.506,07 | 4.407.808,30 | 0,19 |
| 8 | CAMPOS NOVOS | 1.675.589,58 | 5.952.017,33 | 22.304.012,17 | 0,19 |
| 9 | XANXERÊ | 292.548,70 | 4.632.674,23 | 23.005.217,88 | 0,19 |
| 10 | TIMBÓ GRANDE | 574.236,21 | 1.336.596,35 | 4.357.828,41 | 0,17 |
| 11 | SÃO MIGUEL DO OESTE | 1.011.931,37 | 3.895.790,10 | 16.516.125,78 | 0,17 |
| 12 | SÃO JOSÉ DO CERRITO | 316.371,00 | 1.068.330,00 | 4.472.706,09 | 0,17 |
| 13 | NOVA ERECHIM | 173.685,57 | 904.908,42 | 4.359.528,67 | 0,17 |
| 14 | TUNÁPOLIS | 169.763,48 | 809.553,30 | 4.027.827,57 | 0,16 |
| 15 | LAURO MÜLLER | 352.384,22 | 1.742.443,26 | 8.948.418,64 | 0,16 |
| 16 | BLUMENAU | 41.085.688,97 | 83.689.334,71 | 287.012.832,35 | 0,15 |
| 17 | SÃO JOAQUIM | 1.030.699,80 | 2.903.019,21 | 12.851.905,35 | 0,15 |
| 18 | IMBITUBA | 1.116.945,80 | 3.679.101,86 | 18.088.700,04 | 0,14 |
| 19 | BARRA VELHA | 1.235.894,52 | 2.749.645,69 | 10.693.753,87 | 0,14 |
| 20 | PONTE ALTA | 43.608,28 | 583.399,96 | 3.821.987,33 | 0,14 |
| 21 | OTACÍLIO COSTA | 75.015,86 | 2.043.998,30 | 14.410.011,27 | 0,14 |
| 22 | CORONEL FREITAS | 863.669,88 | 1.885.466,38 | 7.604.692,18 | 0,13 |
| 23 | RIO DO CAMPO | 110.716,45 | 638.799,26 | 4.025.849,76 | 0,13 |
| 24 | GUARAMIRIM | 440.171,50 | 2.726.429,20 | 17.458.312,24 | 0,13 |
| 25 | PLANALTO ALEGRE | 49.304,00 | 468.935,00 | 3.210.579,86 | 0,13 |
| 26 | CERRO NEGRO | 278.638,54 | 666.023,68 | 2.975.072,58 | 0,13 |
| 27 | PORTO BELO | 109.567,60 | 1.162.948,71 | 8.104.044,20 | 0,13 |
| 28 | URUSSANGA | 605.200,00 | 2.432.663,00 | 14.080.411,02 | 0,13 |
| 29 | CAXAMBU DO SUL | 132.162,49 | 704.460,47 | 4.522.207,92 | 0,13 |
| 30 | FREI ROGÉRIO | 209.254,41 | 596.030,98 | 3.065.233,59 | 0,13 |
| 31 | JOAÇABA | 7.703.634,76 | 11.142.036,50 | 27.313.262,07 | 0,13 |
| 32 | LINDÓIA DO SUL | 191.249,40 | 752.116,94 | 4.718.417,64 | 0,12 |
| 33 | BOM JESUS | 93.306,36 | 481.410,10 | 3.310.492,48 | 0,12 |
| 34 | MAFRA | 1.787.333,99 | 4.577.850,13 | 26.067.444,35 | 0,11 |
| 35 | SÃO JOSÉ | 12.735.166,77 | 24.020.881,52 | 105.881.677,85 | 0,11 |
| 36 | DIONÍSIO CERQUEIRA | 745.522,43 | 1.548.403,07 | 7.588.579,47 | 0,11 |

| | | | | | |
|-----|-------------------------|----------------|----------------|----------------|--------|
| 37 | GALVÃO | 130.964,83 | 511.201,30 | 3.626.488,31 | 0,10 |
| 38 | IRANI | 171.749,56 | 733.845,48 | 5.570.978,26 | 0,10 |
| 39 | STA.TEREZ. DO PROGRESSO | 33.778,55 | 328.759,30 | 2.977.732,71 | 0,10 |
| 40 | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 9.803.000,00 | 18.648.000,00 | 91.719.794,83 | 0,10 |
| 41 | GUARACIABA | 271.178,52 | 829.476,22 | 5.959.949,88 | 0,09 |
| 42 | CALMON | 231.627,81 | 552.620,99 | 3.503.472,92 | 0,09 |
| 43 | ITUPORANGA | 98.519,78 | 991.554,36 | 10.088.792,08 | 0,09 |
| 44 | ÁGUAS DE CHAPECÓ | 70.599,00 | 389.729,00 | 3.825.599,47 | 0,08 |
| 45 | SEARA | 687.226,80 | 1.779.435,62 | 13.244.965,85 | 0,08 |
| 46 | SÃO DOMINGOS | 315.748,81 | 872.280,57 | 6.799.117,00 | 0,08 |
| 47 | CHAPECÓ | 18.326.941,36 | 26.930.243,29 | 113.232.752,81 | 0,08 |
| 48 | URUPEMA | 399.752,88 | 606.456,61 | 2.918.915,55 | 0,07 |
| 49 | PRESIDENTE NEREU | 36.837,81 | 244.882,15 | 2.953.085,39 | 0,07 |
| 50 | TUBARÃO | 1.244.597,66 | 4.098.184,51 | 42.566.955,15 | 0,07 |
| 51 | XAXIM | 681.922,45 | 1.801.260,57 | 16.776.629,95 | 0,07 |
| 52 | VITOR MEIRELES | 236.855,83 | 461.200,72 | 3.501.857,64 | 0,06 |
| 53 | APIÚNA | 167.141,81 | 539.101,16 | 5.897.282,34 | 0,06 |
| 54 | QUILOMBO | 212.799,83 | 726.289,90 | 8.354.097,71 | 0,06 |
| 55 | WITMARSUM | 119.064,29 | 329.427,73 | 3.513.085,96 | 0,06 |
| 56 | VIDAL RAMOS | 26.237,90 | 253.116,53 | 3.814.724,77 | 0,06 |
| 57 | SANTA HELENA | 146.106,00 | 326.244,00 | 3.094.477,32 | 0,06 |
| 58 | FRAIBURGO | 1.138.570,34 | 2.455.038,34 | 22.820.664,28 | 0,06 |
| 59 | SÃO LUDGERO | 137.571,38 | 539.887,78 | 7.217.076,01 | 0,06 |
| 60 | CUNHA PORÃ | 154.223,63 | 477.787,78 | 5.840.153,78 | 0,06 |
| 61 | SCHROEDER | 268.688,22 | 594.795,20 | 6.142.937,21 | 0,05 |
| 62 | PORTO UNIÃO | 821.594,00 | 1.587.214,00 | 14.985.597,25 | 0,05 |
| 63 | MONTE CARLO | 377.710,10 | 666.441,14 | 5.659.484,82 | 0,05 |
| 64 | GRÃO PARÁ | 184.695,00 | 408.028,23 | 4.464.857,38 | 0,05 |
| 65 | BRUSQUE | 17.261.259,80 | 20.639.392,02 | 69.458.488,75 | 0,05 |
| 66 | GOV.CELSO RAMOS | 508.198,80 | 849.845,38 | 7.098.709,98 | 0,05 |
| 67 | URUBICI | 234.899,59 | 481.270,83 | 5.142.234,38 | 0,05 |
| 68 | CAPINZAL | 796.691,47 | 1.543.550,10 | 19.314.273,85 | 0,04 |
| 69 | NAVEGANTES | 62.452,00 | 927.976,00 | 22.452.555,35 | 0,04 |
| 70 | CUNHATAÍ | 136.428,00 | 249.249,00 | 2.997.681,25 | 0,04 |
| ... | | | | | |
| 90 | ITAJAÍ | 13.733.898,09 | 17.336.111,58 | 180.429.059,61 | 0,02 |
| 273 | JOINVILLE | 179.453.365,53 | 101.580.101,63 | 412.092.926,53 | (0,19) |
| 284 | JARAGUÁ DO SUL | 59.074.893,46 | 24.453.771,65 | 123.935.235,55 | (0,28) |

Fonte principal: Banco de Dados da FINBRA - site www.stn.fazenda.gov.br

Fonte secundária: Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina

9 APÊNDICE C – ANÁLISE ESPECÍFICA DE CADA MUNICÍPIO DA AMOSTRA

C.1 - Análise Específica do Município de Florianópolis

Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina. Não é o município mais populoso, mas é o município que detinha o maior volume de dívida pública, entre todos os municípios catarinenses. É responsável por 19,6%. Sua população foi a que apresentou maior taxa de crescimento (8,7%), passando de 331.784, em 2000 para 360.601, em 2003.

Os quadros que seguem, apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Florianópolis, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 26 - Dívida Pública do Município de Florianópolis

| | (VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|----------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 331.784 | 331.784 | 360.601 | 360.601 |
| Passivo Financeiro | 43.214.751,94 | 46.183.855,33 | 52.701.073,44 | 78.302.787,03 |
| Depósitos Diversos | 11.639.131,33 | 12.500.209,01 | 17.487.999,82 | 46.725.753,23 |
| Obrig. em Circulação | 31.575.620,61 | 33.683.646,32 | 35.213.073,62 | 31.577.033,80 |
| Restos a pagar Processados | 8.009.114,65 | 5.301.880,93 | 35.213.073,62 | 8.219.038,43 |
| Restos a Pagar NP | 22.516.210,34 | 28.380.914,32 | 0,00 | 23.357.995,37 |
| Passivo Permanente | 108.469.100,70 | 54.866.121,23 | 70.266.479,51 | 141.310.323,98 |
| LP OPC Internas | 48.451.178,10 | 54.864.519,12 | 70.264.877,40 | 71.635.733,44 |
| Obrig Legais e Trib | 56.743.844,40 | 0,00 | 0,00 | 69.672.988,43 |
| LP Obrig a Pagar | 3.274.078,15 | 1.602,11 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Exigibilidades | 0,00 | 0,00 | 1.602,11 | 1.602,11 |
| Passivo Real | 151.683.852,60 | 101.049.976,60 | 122.967.552,95 | 219.613.111,01 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 27 - Dívida Pública do Município de Florianópolis

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Passivo Financeiro | 64.933.958,57 | 62.860.334,28 | 56.745.088,64 | 78.302.787,03 |
| Depósitos Diversos | 17.488.816,61 | 17.013.896,12 | 18.829.940,93 | 46.725.753,23 |
| Obrig. em Circulação | 47.445.141,96 | 45.846.438,16 | 37.915.147,71 | 31.577.033,80 |
| Restos a pagar Processados | 12.034.397,87 | 7.216.331,45 | 37.915.147,71 | 8.219.038,43 |
| Restos a Pagar NP | 33.832.582,71 | 38.628.948,33 | 0,00 | 23.357.995,37 |
| Passivo Permanente | 162.984.346,19 | 74.677.670,29 | 75.658.375,59 | 141.310.323,98 |
| LP OPC Internas | 72.802.148,57 | 74.675.489,67 | 75.656.650,54 | 71.635.733,44 |
| Obrig Legais e Trib | 85.262.607,69 | 0,00 | 0,00 | 69.672.988,43 |
| LP Obrig a Pagar | 4.919.589,85 | 2.180,61 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Exigibilidades | 0,00 | 0,00 | 1.725,05 | 1.602,11 |
| Passivo Real | 227.918.304,70 | 137.538.004,62 | 132.403.464,23 | 219.613.111,01 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Florianópolis em 2000 era cerca de R\$ 152 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 43,2 milhões (28%) se referem à dívida fluante e o restante R\$ 108,5 milhões à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação ficou em 36% contra 64%, evidenciando uma elevação significativa na importância da dívida de Curto Prazo, face ao endividamento global do Município.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma pequena redução no estoque da dívida entre 2000 e 2003 na ordem de 3,6%. Considerando que no período houve um aumento na população de 8,7%, verifica-se uma redução do endividamento per capita.

Importante ressaltar que, em valores constantes, o saldo da dívida pública foi significativamente menor no final dos exercícios de 2001 e 2002, conforme demonstra o gráfico que segue, que também evidencia a evolução na relação entre as dívidas de curto e longo prazos ao longo do período analisado. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

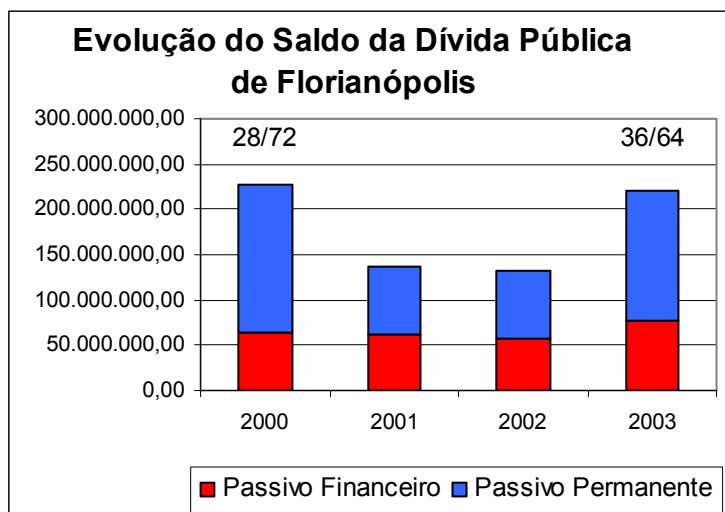


Gráfico 14 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Florianópolis em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise da consistência dos registros contidos no FINBRA/STN, em relação àqueles disponíveis no Sistema de Contas Anuais, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, indica que a dívida do Município de Florianópolis é formada essencialmente pela dívida da Prefeitura Municipal. Nos anos de 2001 e 2002, mais de 90% da dívida do município era formada pela dívida da Prefeitura. Daí porque entende-se satisfatória que a investigação dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida seja viabilizada através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura, observando que em 2003 os registros já são consolidados. Observa-se que no ano 2000 existe possivelmente uma inconsistência no valor da dívida informado ao FINBRA/STN.

Ratifica-se aqui a limitação da pesquisa em relação às informações disponíveis no Sistema de Conta Anual do Tribunal de Contas de Santa Catarina até o exercício de 2002, visto que até aquele exercício as informações ainda não estavam consolidadas por município.

A Demonstração da Dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida de curto prazo do município.

Tabela 28 - Fatos Contábeis da Dívida Flutuante de Florianópolis

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 26.882.544,00 | 22.025.432,00 | 24.598.743,00 | 26.472.313,00 | 30.383.317,00 | 36.889.997,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 18.660.615,00 | 18.088.928,00 | 50.837.559,00 | 45.714.133,00 | 63.406.581,00 | 56.087.609,00 |
| Serviços da dívida a PG. | 7.699.850,00 | 7.673.666,00 | 9.483.418,00 | 9.481.948,00 | 9.580.951,00 | 9.609.400,00 |
| TOTAL | 53.243.009,00 | 47.788.026,00 | 84.919.720,00 | 81.668.394,00 | 103.370.849,00 | 102.587.006,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida a pagar foram significativas no período, evidenciando a existência de dívidas e compromissos com o serviço da dívida. Contudo, o crescimento da dívida Flutuante no período não se deu em razão da conta “Serviço da dívida a Pagar”, visto que as inscrições e baixas no período foram em volume semelhantes, havendo mais baixas que inscrições no montante de R\$ 795,00.

A análise da movimentação dos Restos a Pagar evidencia que as baixas superaram as inscrições num total de R\$ 3.523.138,00, contribuindo para a redução da dívida Flutuante, sendo o exercício de 2003 aquele onde o município mais se esforçou para a redução dessa dívida.

A conta de Depósitos de Diversas Origens foi a responsável pelo aumento da importância relativa da dívida Flutuante face ao endividamento total do município. As inscrições superaram as baixas em R\$ 13.014.085,00, durante o período analisado. Em valores constantes, esses Depósitos aumentaram em 167,2%. As causas desse aumento não são fáceis de serem encontradas, especialmente porque a Demonstração da dívida Flutuante do Exercício de 2003 não detalha o grupo de Depósitos de Diversas Origens. Contudo, na Demonstração de 2002, pôde-se identificar as contas com maior saldo, quais sejam: Fundo de Previdência, (R\$ 13.184.749,05), INSS (R\$ 818.612,30), IPESC (R\$ 663.403,00) e Sulcatarinense (R\$ 361.844,60).

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 29 - Fatos Contábeis da dívida Fundada

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|---|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | 10.629.566,00 | 4.122.341,00 | 1.373.902,00 | 16.125.809,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | | 7.255.826,00 | 4.705.344,00 | 11.961.170,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | 1.255.925,00 | 11.215.436,00 | 7.841.632,00 | 20.312.993,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 3.571.370,00 | 7.166.617,00 | 7.377.190,00 | 18.115.177,00 |
| (-) Cancelamento de dívida Fundada | | 26.628,00 | 658.955,00 | 685.583,00 |
| (-) Amortização de Débitos Consolidados | 1.899.094,00 | | | 1.899.094,00 |
| TOTAL DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS | 6.415.027,00 | 15.400.358,00 | 5.884.733,00 | 27.700.118,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida Fundada do Município reduziu em 13,3%. Entretanto, em valores históricos houve aumento de R\$ 32,8 milhões, de acordo com os registros do FINBRA.

Na Tabela acima encontram-se as explicações para o aumento de R\$ 27,7 milhões. Sendo relevantes os valores de Correção de dívidas Fundadas (R\$ 20,3 milhões), as Amortizações (R\$ 18,1 milhões), os Empréstimos Tomados (R\$ 16,1 milhões) e as Encampações de dívida Fundada (R\$ 12 milhões). Interessante seria verificar a origem dessas encampações, contudo, as Demonstrações da dívida Fundada restringem-se a descrição do número e data da Lei Autorizativa.

C.2 – Análise Específica do Município de Joinville

O município de Joinville é responsável por 11,5% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 2º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 428.974 habitantes, passando para 453.766 em 2003, evidenciando, portanto, um crescimento populacional de 5,8%. Ressalta-se que Joinville era e continua sendo o município de maior população do Estado de Santa Catarina.

Os quadros que seguem, apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Joinville, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 30 - Dívida Pública do Município de Joinville

| | (VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|----------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 428.974 | 428.974 | 453.766 | 453.766 |
| Passivo Financeiro | 10.867.976,10 | 16.572.264,66 | 27.101.577,82 | 26.598.754,38 |
| Depósitos | 1.970.796,57 | 832.518,89 | 12.782.839,97 | 4.175.665,21 |
| Consignações | 0,00 | 0,00 | 11.760.964,41 | 0,00 |
| Depositos Diversos | 1.970.796,57 | 832.518,89 | 1.021.875,56 | 4.175.665,21 |
| Obrig. em Circulação | 8.897.179,53 | 15.739.745,77 | 14.318.737,85 | 22.423.089,17 |
| Restos a pagar Processados | 8.747.947,62 | 15.340.431,29 | 5.369.632,35 | 10.065.665,38 |
| Restos a Pagar NP | 149.231,91 | 399.314,48 | 8.949.105,50 | 12.357.423,79 |
| Passivo Permanente | 64.086.862,90 | 67.836.236,76 | 84.915.784,60 | 101.580.101,63 |
| LP OPC Internas | 64.086.862,90 | 67.659.213,54 | 84.915.784,60 | 101.580.101,63 |
| Result Futuros | 0,00 | 177.023,22 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real | 74.954.839,00 | 84.408.501,42 | 112.017.362,42 | 128.178.856,01 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 31 - Dívida Pública do Município de Joinville

| | (EM VALORES DE 31/12/2003) | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Passivo Financeiro | 16.330.088,18 | 22.556.325,99 | 29.181.216,53 | 26.598.754,38 |
| Depósitos | 2.961.294,86 | 1.133.132,25 | 13.763.730,79 | 4.175.665,21 |
| Consignações | 0,00 | 0,00 | 12.663.441,64 | 0,00 |
| Depositos Diversos | 2.961.294,86 | 1.133.132,25 | 1.100.289,15 | 4.175.665,21 |
| Obrig. em Circulação | 13.368.793,32 | 21.423.193,74 | 15.417.485,74 | 22.423.089,17 |
| Restos a pagar Processados | 13.144.559,27 | 20.879.691,22 | 5.781.670,92 | 10.065.665,38 |
| Restos a Pagar NP | 224.234,05 | 543.502,52 | 9.635.814,83 | 12.357.423,79 |
| Passivo Permanente | 96.296.137,62 | 92.331.150,97 | 91.431.794,64 | 101.580.101,63 |
| LP OPC Internas | 96.296.137,62 | 92.090.206,62 | 91.431.794,64 | 101.580.101,63 |
| Result Futuros | 0,00 | 240.944,35 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real | 112.626.225,80 | 114.887.476,96 | 120.613.011,17 | 128.178.856,01 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Joinville em 2000 era cerca de R\$ 75 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 10,9 milhões (15%) se referem à dívida Flutuante e o restante, R\$ 64 milhões, à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação ficou em 21% contra 79%, evidenciando uma elevação significativa na importância da dívida de Curto Prazo, face ao endividamento global do Município.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma elevação do saldo entre 2000 e 2003 na ordem de 13,8%, superior ao crescimento da população, que foi de 5,8% no período.

O gráfico abaixo mostra a evolução do endividamento, e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

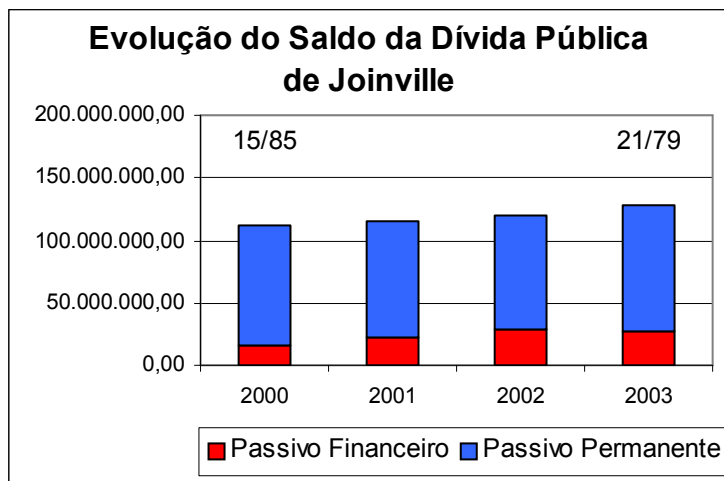


Gráfico 15 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Joinville em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

Considerando que do Saldo da Dívida Pública do Município de Joinville, durante os exercícios de 2000 a 2002, foram provenientes respectivamente 93%, 97% e 87% da Unidade Prefeitura, entende-se satisfatória que a investigação dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida seja viabilizada através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura. Em relação ao exercício de 2003, os registros contidos no Balanço Anual remetido estão consolidados.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro, fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 32 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Joinville

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 231.570.258,27 | 221.586.963,07 | 12.746.410,00 | 14.032.025,00 | 28.305.906,86 | 20.172.059,28 |
| Dep.Diversas Origens | 13.691.611,77 | 14.894.378,45 | 313.282.414,00 | 313.052.252,00 | 444.587.878,00 | 441.443.175,00 |
| Serviços da dívida a PG. | - | - | 6.105.032,37 | 6.084.624,08 | 7.745.424,06 | 7.765.832,35 |
| TOTAL | 245.261.870,04 | 236.481.341,52 | 332.133.856,70 | 333.168.902,32 | 480.655.514,10 | 469.397.373,13 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida a pagar resultaram em zero. Ou seja, o crescimento da dívida Flutuante não se deu em razão da conta Serviço da dívida a Pagar.

A conta Restos a Pagar foi a grande responsável pelo aumento da dívida Flutuante. Considerando os três anos pós vigência de LRF, houveram mais inscrições do que baixas no período, totalizando uma desconfortável diferença da ordem de R\$ 16.831.527,78, em termos nominais.

Apesar do volume de Restos a Pagar, no total da dívida Flutuante do Município de Joinville, a Demonstração da dívida Flutuante Consolidada, informa que o saldo final de Restos a Pagar é composto apenas por despesas realizadas em 2003, evidenciando um esforço do município para pagamento dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Os Depósitos de Diversas Origens também contribuíram para o aumento da dívida Flutuante, sendo a diferença entre as inscrições e baixas o valor de R\$ 2.172.098,32 em favor do aumento desse tipo de dívida.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 33 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Joinville

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | - | - | 10.324.222,00 | 10.324.222,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | 5.691.150,00 | - | - | 5.691.150,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | | 18.269.256,99 | 19.173.666,00 | 37.442.922,99 |
| (-) Amortização da dívida Fundada (dívida pública) | 1.039.332,79 | 342.930,60 | 11.346.285,73 | 12.728.549,12 |
| (-) Amortização da dívida Fundada (INSS) | 1.079.466,21 | 1.361.169,33 | 1.487.286,27 | 3.927.921,81 |
| TOTAL DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS | 3.572.351,00 | 16.565.157,06 | 16.664.316,00 | 36.801.824,06 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A dívida Fundada do Município não apresentou um crescimento substancial. Em valores constantes o crescimento foi da ordem de 5,5%.

Analisando os demonstrativos de 2001 a 2003, percebe-se que o município reduziu sua dívida proveniente de encargos sociais (“Débitos Previdenciários” e “INSS”). Em 2001, 50,2% da dívida Fundada era proveniente desse tipo de encargo. Em 2002, a Prefeitura registrou como Correção de dívida uma inscrição de R\$ 18 milhões, que aparentemente decorreram da incorporação da conta “Débito Previdenciário” à conta de Refinanciamento Banco do Brasil, que já existia em 2001. Difícil neste momento buscar a origem desses valores classificados como Refinanciamento. Em 2003, a conta de dívida Fundada intitulada “Refinanciamento junto ao Banco do Brasil” era responsável por 54,1% da dívida Fundada do município, restando apenas R\$ 24 milhões (23,7% da dívida Fundada) de dívidas de encargos sociais.

No FINBRA não figuram valores de dívidas decorrentes de obrigações previdenciárias. Pelo volume de recursos envolvidos (R\$ 24 milhões só em 2003), deve-se anotar pois que esse valor representa cerca de 24% da dívida Fundada do Município.

As correções de dívidas foram os grandes propulsores do crescimento da dívida Fundada. Em 2002 e 2003 registram cifras de cerca de R\$ 18 e 19 milhões, respectivamente. Há indicativos de que essas correções não se referem apenas a correções, mas a outros motivos como o da provável inclusão do “Débito Previdenciário” no refinanciamento com o Banco do Brasil. As encampações de dívidas registradas em 2001,

foram adicionadas ao Refinanciamento junto ao Banco do Brasil. Registre-se que não houveram correção de dívida Fundada no exercício de 2001, razão pela qual, infere-se a existência de inconsistências no registro das encampações ocorridas.

C.3 – Análise Específica do Município de Blumenau

O município de Blumenau é responsável por 9,6% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 3º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 261.868 habitantes, passando para 272.283 em 2003, evidenciando portanto, um crescimento populacional de 4%.

Os quadros que seguem, apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Blumenau, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 34 - Dívida Pública do Município de Blumenau

| | (VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|----------------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 261.868 | 261.868 | 272.283 | 272.283 |
| Passivo Financeiro | 5.628.900,49 | 6.027.991,96 | 11.927.254,28 | 23.965.098,45 |
| Depósitos Diversos | 694.619,40 | 741.813,45 | 1.907.588,63 | 6.018.292,81 |
| Obrig. em Circulação | 4.934.281,09 | 5.286.178,51 | 10.019.665,65 | 17.946.805,64 |
| Restos a pagar Processados | 4.793.386,72 | 2.731.013,95 | 6.957.699,20 | 14.853.856,64 |
| Restos a Pagar NP | 140.894,37 | 2.549.404,52 | 3.061.966,45 | 3.092.949,00 |
| Passivo Permanente | 44.398.635,55 | 74.346.706,54 | 82.224.557,32 | 83.689.334,71 |
| LP OPC Internas | 35.627.756,32 | 37.566.542,47 | 47.026.625,81 | 50.146.308,75 |
| Obrig. Legais e Trib | 8.770.879,23 | 36.780.164,07 | 35.197.931,51 | 33.543.025,96 |
| Passivo Real | 50.027.536,04 | 80.374.698,50 | 94.151.811,60 | 107.654.433,16 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 35 - Dívida Pública do Município de Blumenau

| | (EM VALORES DE 31/12/2003) | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Passivo Financeiro | 8.457.917,14 | 8.204.633,13 | 12.842.491,76 | 23.965.098,45 |
| Depósitos Diversos | 1.043.726,63 | 1.009.674,08 | 2.053.967,38 | 6.018.292,81 |
| Obrig. em Circulação | 7.414.190,51 | 7.194.959,06 | 10.788.524,38 | 17.946.805,64 |
| Restos a pagar Processados | 7.202.484,35 | 3.717.152,86 | 7.491.598,03 | 14.853.856,64 |
| Restos a Pagar NP | 211.706,16 | 3.469.966,27 | 3.296.926,35 | 3.092.949,00 |
| Passivo Permanente | 66.712.847,62 | 101.192.479,32 | 88.534.056,12 | 83.689.334,71 |
| LP OPC Internas | 53.533.831,59 | 51.131.405,13 | 50.635.212,45 | 50.146.308,75 |
| Obrig. Legais e Trib | 13.179.016,03 | 50.061.074,19 | 37.898.843,67 | 33.543.025,96 |
| Passivo Real | 75.170.764,76 | 109.397.112,45 | 101.376.547,88 | 107.654.433,16 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Blumenau em 2000 era cerca de R\$ 50 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 5,6 milhões (11%) se referiam à dívida Flutuante e o restante (R\$ 44,4 milhões) à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação ficou em 22% contra 78%, evidenciando uma elevação significativa na importância da dívida de curto prazo, face ao endividamento global do Município.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se que houve elevação no volume da dívida pública de Blumenau, durante os exercícios de 2000 a 2003, acumulando um aumento real na ordem de 43,2%. Considerando que no período analisado a população cresceu apenas 4%, restou um significativo aumento na dívida per capita do município de Blumenau.

O gráfico que segue mostra a evolução do endividamento do município e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação ao longo do período analisado. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

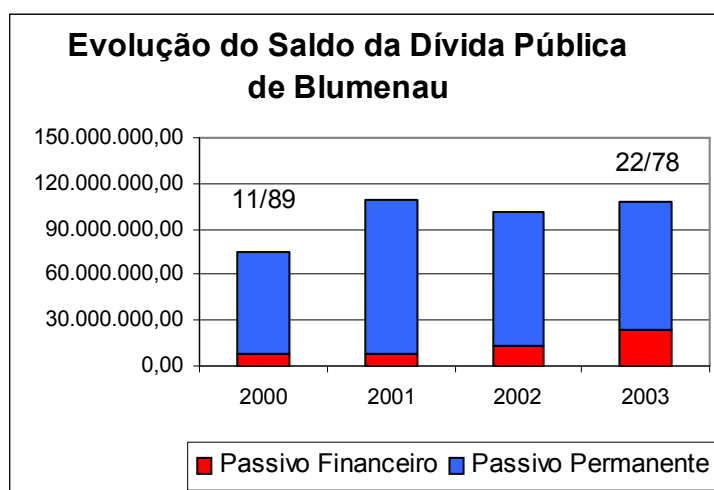


Gráfico 16 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Blumenau em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise da consistência dos registros contidos no FINBRA, em relação aqueles disponíveis no Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina, indica que a dívida do Município de Blumenau não é formada essencialmente pela dívida da Prefeitura Municipal. Nos anos de 2001 e 2002, cerca de 65% da dívida do Município era formada pelas dívidas da Prefeitura. No ano de 2000 esse percentual era de 52%.

Na análise da Demonstração da dívida Fundada do Município de Blumenau no exercício de 2003 (Demonstração Consolidada), verifica-se que parte relevante da dívida pública do município é proveniente de obrigações junto ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores de Blumenau (ISSBLU). Em 2003, o valor da dívida do ISSBLU alcançou o montante de R\$ 28.788.850,53.

Esta situação particular do Município (dívida relevante do ISSBLU, face ao endividamento total) reduz as possibilidades de análise da evolução do perfil da dívida pública, especialmente porque nos exercícios de 2001 e 2002 não se terá à disposição os fatos que modificaram a dívida do ISSBLU. Mesmo assim, fatos contábeis importantes podem ser extraídos a partir da análise dos registros contidos nos Balanços Públicos da Prefeitura, observando que até 2002 esses fatos tem relevância reduzida.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 36 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Blumenau

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 2.313.219,49 | 3.660.188,15 | 6.311.026,00 | 2.373.281,00 | 18.114.419,00 | 10.187.279,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 16.309.598,69 | 16.485.661,24 | 16.792.491,00 | 15.959.509,00 | 36.471.828,00 | 32.361.116,00 |
| Serviços da dívida a PG. | 5.760,04 | - | - | 5.760,00 | - | - |
| TOTAL | 18.628.578,22 | 20.145.849,39 | 23.103.517,00 | 18.338.550,00 | 54.586.247,00 | 42.548.395,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A insignificante movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida indica a ausência de contabilização, ou mesmo inconsistência nos registros evidenciados, visto que Blumenau é um município que possui um volume de dívida pública significativo (R\$ 107,6 milhões em 2003). Contudo, não há evidências de aumento de dívida Flutuante por conta de falta de pagamento dos Serviços da dívida.

A conta Restos a Pagar foi a grande responsável pelo aumento da dívida Flutuante do Município que, conforme já descrito, aumentou sua proporção em relação à dívida total. Considerando os três anos pós vigência de LRF, houveram mais inscrições do que baixa no período, totalizando uma desconfortável diferença da ordem de R\$

10.517.916,34, em valores históricos. Em valores constantes, a variação percentual do saldo da dívida Flutuante mais que dobrou, sendo um aumento de 142%. Praticamente a totalidade dos Restos a Pagar existentes no final do exercício de 2003 são relativos ao próprio exercício (2003).

A conta de Depósitos de Diversas Origens também contribuíram para o aumento da dívida Flutuante do Município. A diferença entre as inscrições e baixas totalizaram R\$ 4.767.631,45 em favor das inscrições. Não foi possível identificar quais as causas específicas desse aumento, em razão da Demonstração da dívida Flutuante de 2003 (ano em que houve significativo aumento) não detalhar a composição da conta mãe.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 37 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Blumenau

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | 1.496.345,00 | 5.217.091,00 | 2.931.316,00 | 9.644.752,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | 30.000.000,00 | - | 311.940,00 | 30.311.940,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | - | - | 2.416.814,00 | 2.416.814,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 2.527.950,00 | 3.014.939,00 | 3.940.912,00 | 9.483.801,00 |
| (-) Cancelamento (Diversos) | - | - | 254.382,00 | 254.382,00 |
| (+) Renegociações (Diversos) | - | 179.387,00 | - | 179.387,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 28.968.395,00 | 2.381.539,00 | 1.464.776,00 | 32.814.710,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida fundada do município apresentou um crescimento no período da ordem de 25,5%, portanto inferior ao aumento global da dívida, que atingiu 43,2%.

Analisando as variações patrimoniais no período, verifica-se que o principal fato que produziu aumento na dívida Fundada foi a Encampação de dívida Fundada, no valor de R\$ 30 milhões ocorrida no exercício de 2001. A Demonstração da dívida Fundada do exercício de 2001 e o próprio registro contido no banco de dados do FINBRA, indicam que a referida encampação decorreu do reconhecimento de Obrigações Legais e Tributárias

associadas ao Instituto de Seguridade Social de Blumenau (ISBLU), possivelmente pelo reconhecimento de passivo atuarial.

Ressalta-se que o reconhecimento do passivo atuarial é obrigação de todos os municípios brasileiros que optarem por um Regime Próprio de Previdência Social.

Outro fato que contribuiu para o aumento da dívida Fundada foi o volume de empréstimos tomados no período, que totalizaram R\$ 9.644.752,00.

C.4 – Análise Específica do Município de Jaraguá do Sul

O município de Jaraguá do Sul é responsável por 5,9% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 4º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 108.377 habitantes, passando para 115.121 em 2003, evidenciando portanto um crescimento populacional de 6,28%.

Os quadros que seguem, apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Jaraguá do Sul, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 38 - Dívida Pública do Município de Jaraguá do Sul

| | (VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 108.377 | 108.377 | 115.121 | 115.121 |
| Passivo Financeiro | 1.077.101,76 | 4.643.555,94 | 39.490.875,77 | 41.152.466,92 |
| Depósitos Diversos | 136.852,13 | 296.031,51 | 328.309,19 | 439.352,15 |
| Obrig. em Circulação | 940.249,63 | 4.347.524,43 | 39.162.566,58 | 40.713.114,77 |
| Restos a pagar Processados | 742.937,13 | 1.482.964,95 | 1.059.846,81 | 1.539.118,47 |
| Restos a Pagar NP | 197.312,50 | 2.864.559,48 | 3.650.545,43 | 3.208.193,58 |
| Credores diversos | 0,00 | 0,00 | 34.452.174,34 | 35.965.802,72 |
| Passivo Permanente | 17.839.922,44 | 24.650.109,33 | 25.481.352,92 | 24.453.771,65 |
| LP OPC Internas | 17.839.922,44 | 24.650.109,33 | 13.360.680,05 | 13.184.947,52 |
| Obrig Legais e Trib | 0,00 | 0,00 | 12.120.672,87 | 11.268.824,13 |
| Passivo Real | 18.917.024,20 | 29.293.665,27 | 64.972.228,69 | 65.606.238,57 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 39 - Dívida Pública do Município de Jaraguá do Sul

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivo Financeiro | 1.618.439,95 | 6.320.292,59 | 42.521.206,87 | 41.152.466,92 |
| Depósitos Diversos | 205.632,34 | 402.925,21 | 353.501,99 | 439.352,15 |
| Obrig. em Circulação | 1.412.807,61 | 5.917.367,38 | 42.167.704,88 | 40.713.114,77 |
| Restos a pagar Processados | 1.116.328,26 | 2.018.447,18 | 1.141.174,12 | 1.539.118,47 |
| Restos a Pagar NP | 296.479,35 | 3.898.920,20 | 3.930.669,92 | 3.208.193,58 |
| Credores diversos | 0,00 | 0,00 | 37.095.860,85 | 35.965.802,72 |
| Passivo Permanente | 26.806.049,61 | 33.550.990,95 | 27.436.663,73 | 24.453.771,65 |
| LP OPC Internas | 26.806.049,61 | 33.550.990,95 | 14.385.911,41 | 13.184.947,52 |
| Obrig Legais e Trib | 0,00 | 0,00 | 13.050.752,32 | 11.268.824,13 |
| Passivo Real | 28.424.489,57 | 39.871.283,54 | 69.957.870,60 | 65.606.238,57 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A análise da dívida pública do Município de Jaraguá do Sul evidenciou uma inconsistência bastante grave entre os registros do FINBRA e do Sistema de Contas Anuais. Nos exercícios de 2002 e 2003, a dívida Flutuante aumenta significativamente nos registros do FINBRA, sem correspondente na Demonstração da dívida Flutuante. Essa divergência alcança a cifra de R\$ 35,4 milhões no exercício de 2002, evidenciada na conta de “Obrigações em Circulação”. Essa divergência representa, em 2002, 54% da dívida pública do Município.

Em 2000 a dívida pública de Jaraguá do Sul alcançava R\$ 18,9 milhões, em valores históricos. Desses, R\$ 1,1 milhão (6%) se referia à dívida Flutuante, sendo o restante (R\$ 17,8 milhões) proveniente da dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação não será demonstrada pois estaria comprometida pela inconsistência existente nos bancos de dados.

O gráfico que segue mostra a evolução do endividamento, e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003, sendo adequados para análise apenas os números de 2000 e 2001, em razão da grande inconsistência nos registros de 2002 e 2003 dos bancos de dados utilizados pela pesquisa.

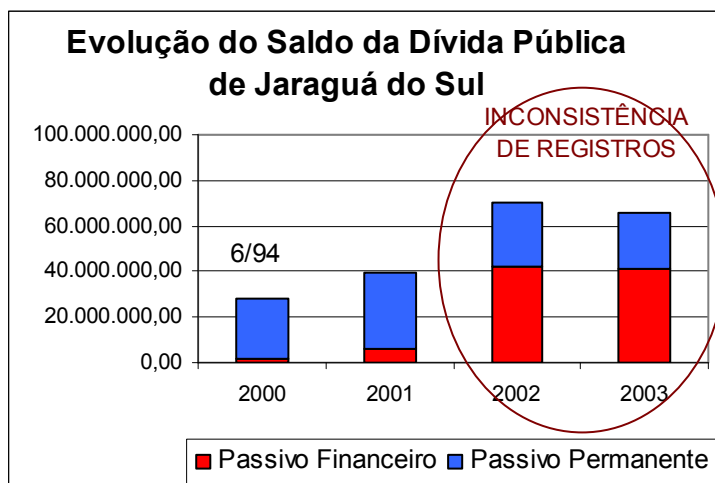


Gráfico 17 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Jaraguá do Sul em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise de consistência entre os registros do FINBRA/STN e do Sistema Contas Anuais, evidenciou que nos exercícios de 2000 e 2001 mais de 94% da dívida pública do Município era proveniente da Unidade Prefeitura. Nesses anos é interessante analisar os fatos contábeis que produziram efeitos sobre a dívida, através da análise dos Balanços Públicos. Nos exercícios de 2002 e 2003, apesar da inconsistência de valores entre banco de dados, anotou-se também essas causas, pois entende-se mais confiáveis os registros do Contas Anuais.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 40 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Jaraguá do Sul

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 3.297.151,00 | 274.704,00 | 5.907.515,00 | 5.418.559,00 | 4.240.085,00 | 4.197.601,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 6.383.466,00 | 6.236.368,00 | 8.281.718,00 | 8.233.191,00 | 14.494.699,00 | 14.383.656,00 |
| Serviços da dívida a PG. | - | - | 6.488,00 | - | - | 6.488,00 |
| TOTAL | 9.680.617,00 | 6.511.072,00 | 14.195.721,00 | 13.651.750,00 | 18.734.784,00 | 18.587.745,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

* Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.

Mais uma vez, a insignificante movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida indica a ausência de contabilização, ou mesmo inconsistência nos registros evidenciados. Mesmo assim, não há evidências de modificações na dívida Flutuante provocadas pela conta “Serviço da dívida a Pagar”.

Considerando os registros contidos nos Balanços Públicos de Jaraguá do Sul, remetidos ao Tribunal de Contas, verifica-se que a conta Restos a Pagar foi a principal responsável pelo aumento da dívida Flutuante do Município, existindo mais inscrições que baixas no período, totalizando R\$ 3.553.887,00. Em 2003, quase a totalidade dos restos a pagar referiam-se a despesas realizadas em 2003.

A conta de Depósitos de Diversas Origens também contribuíram para o aumento da dívida Flutuante do Município, mas em montante inferior. A diferença entre as inscrições e baixas totalizaram apenas R\$ 306.668,00. Ressalte-se que as inscrições em baixas no período foram bem superiores que as movimentações da conta “Restos a Pagar”.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município. Neste caso, todos os exercícios possuem dados consistentes, pois a inconsistência de registros entre banco de dados está restrita aos registros da dívida Flutuante.

Tabela 41 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Jaraguá do Sul

(VALORES HISTÓRICOS)

| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
|---|---------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | 1.897.492,00 | 1.835.100,00 | 1.357.792,00 | 5.090.384,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | - | - | - | 0,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | 1.637.662,00 | 502.120,00 | - | 2.139.782,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 829.962,00 | 1.359.059,00 | 2.385.374,00 | 4.574.395,00 |
| (-) Cancelamento de dívida Fundada | 593.534,00 | 146.918,00 | - | 740.452,00 |
| (+) Renegociação (Diversos) | 4.698.529,00 | - | - | 4.698.529,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 6.810.187,00 | 831.243,00 | (1.027.582,00) | 6.613.848,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida Fundada do Município reduziu em 8,78% durante o período analisado. Este é um dos resultados mais positivos entre os municípios com

maior volume de dívida pública de Estado de Santa Catarina. Em valores históricos, entretanto, verificou-se crescimento no estoque da dívida Fundada.

Analisando as variações patrimoniais no período, verifica-se que os principais fatos que produziram aumento na dívida Fundada foram a Tomada de Empréstimos, que somaram R\$ 5.090.384,00 e as renegociações no valor de R\$ 4.698.529,00. Em contrapartida as Amortizações totalizaram R\$ 4.574.395,00.

Em 2003, R\$ 11.268.824,13 (46% da dívida Fundada) eram obrigações junto ao INSS. No final de 2001 essa relação era pior, pois 51% da dívida Fundada tinha essa origem. Este fato indica uma melhoria na qualidade da dívida Fundada do Município. Ressalta-se que em 2000 e 2001 não há registros no FINBRA que indicassem dívidas com INSS.

C.5 – Análise Específica do Município de Criciúma

O município de Criciúma é responsável por 4,4% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 5º lugar em volume de endividamento. Em 2000, possuía 170.491 habitantes, passando para 175.491 em 2003, evidenciando portanto, um crescimento populacional de 3,1%.

Os quadros que seguem apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Criciúma, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 42 - Dívida Pública do Município de Criciúma

| | (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 170.274 | 170.274 | 175.491 | 175.491 |
| Passivo Financeiro | 934.319,43 | 1.246.663,96 | 4.695.692,90 | 3.267.419,96 |
| Depósitos Diversos | 519.613,92 | 647.505,92 | 435.877,16 | 687.132,37 |
| Obrig. em Circulação | 414.705,51 | 599.158,04 | 4.259.815,74 | 2.580.287,59 |
| Restos a pagar Processados | 414.705,51 | 483.570,01 | 3.537.348,64 | 1.503.380,60 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 115.546,37 | 722.467,10 | 1.076.906,99 |
| Passivo Permanente | 41.159.934,32 | 44.289.004,72 | 46.009.337,90 | 45.947.819,26 |
| Opc Internas | 13.862.726,12 | 44.289.004,72 | 46.009.337,90 | 45.947.819,26 |
| LP Obrig a Pagar | 27.297.208,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real | 42.094.253,75 | 45.535.668,68 | 50.705.030,80 | 49.215.239,22 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 43 - Dívida Pública do Município de Criciúma

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivo Financeiro | 1.403.896,97 | 1.696.820,52 | 5.056.016,75 | 3.267.419,96 |
| Depósitos Diversos | 780.765,53 | 881.313,14 | 469.324,18 | 687.132,37 |
| Obrig. em Circulação | 623.131,44 | 815.507,38 | 4.586.692,57 | 2.580.287,59 |
| Restos a pagar Processados | 623.131,44 | 658.181,79 | 3.808.786,98 | 1.503.380,60 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 157.268,89 | 777.905,59 | 1.076.906,99 |
| Passivo Permanente | 61.846.414,70 | 60.281.274,09 | 49.539.862,98 | 45.947.819,26 |
| Opc Internas | 20.829.962,99 | 60.281.274,09 | 49.539.862,98 | 45.947.819,26 |
| LP Obrig a Pagar | 41.016.451,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real | 63.250.311,67 | 61.978.094,60 | 54.595.879,73 | 49.215.239,22 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Criciúma em 2000 era cerca de R\$ 42,1 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 934 mil (2%) se referiam à dívida Flutuante e o restante (R\$ 41,2 milhões ou 98%) à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação modificou para 7% contra 93%, evidenciando uma elevação significativa na importância da dívida de Curto Prazo, face ao endividamento global do Município. Cabe observar, entretanto, que o volume da dívida Flutuante em Criciúma no último ano da série, apesar de ter crescido, ainda é bastante pequeno em relação aos municípios analisados.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma redução no estoque da dívida entre 2000 e 2003 na ordem de 22,2%. Considerando que, no período, houve um aumento na população de 3,06%, verifica-se uma redução do endividamento per capita, em termos reais.

O gráfico que segue mostra a evolução do endividamento, e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação ao longo do tempo. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

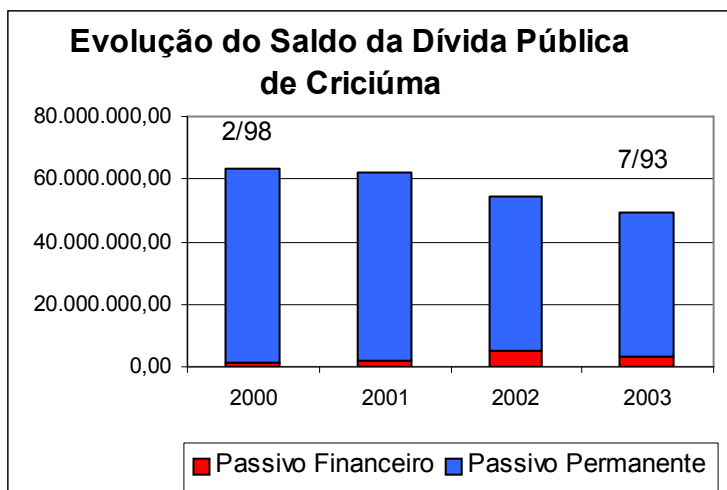


Gráfico 18 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Criciúma em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise da consistência dos registros contidos no FINBRA, em relação aqueles disponíveis no Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina indica que a dívida do Município de Criciúma é integralmente formada pela dívida da Prefeitura Municipal. Apenas no exercício de 2002 houve uma pequena diferença da ordem de 2%. No caso de Criciúma, a análise dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida é perfeitamente viável através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura. Observa-se que em 2003 os registros já são consolidados.

Então, a partir da análise da Demonstração da dívida Flutuante e do Balanço Financeiro pode-se extrair informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município.

Tabela 44 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Criciúma

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 516.119,00 | 394.849,00 | 3.732.385,00 | 535.655,00 | 2.557.632,00 | 4.237.161,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 1.943.796,00 | 1.778.354,00 | 3.143.644,00 | 3.526.077,00 | 6.189.812,00 | 5.938.557,00 |
| Serviços da dívida a PG. | 2.737.743,00 | 2.737.743,00 | 3.337.833,00 | 3.337.833,00 | 5.941.882,00 | 5.941.882,00 |
| Débitos de Tesouraria | 124,00 | 83,00 | 1.218,00 | 1.259,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 5.197.782,00 | 4.911.029,00 | 10.215.080,00 | 7.400.824,00 | 14.689.326,00 | 16.117.600,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Tanto em termos nominais como em valores constantes, a dívida Flutuante do município de Criciúma aumentou. Em valores históricos houve um incremento de cerca R\$ 2.333.100,53, de acordo com os dados do FINBRA. Também ficou evidente que a principal causa do aumento dessa dívida de curto prazo foi o aumento de Restos a Pagar.

A análise da movimentação dos Restos a Pagar evidencia que as baixas superaram as inscrições num total de R\$ 1.638.471,00. Ressalte-se que em todos os exercícios analisados as inscrições foram superiores às baixas, sendo que no exercício de 2002, todos os ingressos do ano não foram pagos até o final do exercício, restando como saldo em Restos a Pagar para o exercício de 2003.

Observa-se que não estava disponível no setor de microfilmagem o Processo de Prestação de Contas do Prefeito (PCP) relativo ao exercício de 2003, razão pela qual apenas os registros totalizados do Sistema de Contas Anuais foram analisados.

A movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida a pagar foram idênticas no período analisado, não causando impacto sobre o crescimento da dívida Flutuante do município.

As inscrições e baixas de Depósitos de Diversas Origens foram também bastante próximos, restando um saldo negativo de apenas R\$ 34.264,00.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 45 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Criciúma

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | | 2.146.659,00 | 1.177.267,00 | 3.323.926,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | | 770.913,00 | 68.304,00 | 839.217,00 |
| (+) Correção de dívidas Fundada | 4.171.721,00 | 2.000,00 | 310.524,00 | 4.484.245,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 999.436,00 | 1.199.239,00 | 1.617.615,00 | 3.816.290,00 |
| (-) Cancelamento de dívida Fundada | 471,00 | | | 471,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 3.171.814,00 | 1.720.333,00 | (61.520,00) | 4.830.627,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes houve redução na dívida Fundada de Criciúma, contudo, em valores históricos a dívida Fundada do Município cresceu R\$ 4.787.884,94.

Analisando as variações patrimoniais no período, verifica-se que os principais fatos que produziram aumento na dívida Fundada foram a Tomada de Empréstimos, no valor de R\$ 3.323.926,00 e as correções, no valor de R\$ 4.484.245,00. Como redutor da dívida Fundada houveram as Amortizações num total de R\$ 3.816.290,00. Registros da Demonstração da dívida Fundada indicam que as encampações, no valor de R\$ 839.217,00, possuem origem provável do reconhecimento de dívida junto à Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (CASAN).

Os registros do ano 2000 do FINBRA registravam Obrigações de Longo Prazo a Pagar na ordem de R\$ 27.297.208,20. Esse montante se referia à dívidas previdenciárias e sociais. Nos anos seguintes não há qualquer indicativo dessas dívidas no banco de dados do FINBRA. Contudo, a análise da Demonstração da dívida Fundada, de 2002, registra dívidas junto ao INSS, no valor de R\$ 23.894.132,60 e com o FGTS, no valor de R\$ 2.750.971,91. Portanto, expressivas dívidas registradas impropriamente como Operações de Crédito, no FINBRA. Ressalta-se que esse montante (R\$ 26.645.104,51) representava mais da metade da dívida Fundada do Município.

No ano de 2003 não há registro e também não estava disponível o Balanço Anual no setor de microfilmagem do Tribunal de Contas.

C.6 – Análise Específica do Município de Chapecó

O município de Chapecó é responsável por 3,2% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 6º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 146.534 habitantes, passando para 154.453 em 2003, evidenciando um crescimento populacional de 5,4%.

Os quadros que seguem apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Chapecó, desde o ano da implantação da LRF (2000) até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 46 - Dívida Pública do Município de Chapecó

(EM VALORES HISTÓRICOS)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| População | 146.534 | 146.534 | 154.453 | 154.453 |
| Passivo Financeiro | 6.136.259,00 | 6.791.509,80 | 7.243.864,18 | 8.933.808,09 |
| Depósitos Diversos | 198.892,00 | 285.957,29 | 155.858,18 | 890.738,22 |
| Obrig. em Circulação | 5.937.367,00 | 6.505.552,51 | 7.088.006,00 | 8.043.069,87 |
| <u>Restos a pagar Processados</u> | 4.736.096,00 | 5.670.021,53 | 5.833.723,46 | 6.966.628,08 |
| Fornecedores | 0,00 | 1.650.885,33 | 1.460.202,91 | 0,00 |
| Pessoal a pagar Ex | 2.201.827,00 | 3.361.770,20 | 3.011.405,14 | 0,00 |
| Encargos Sociais RC | 1.557.632,00 | 657.366,00 | 1.362.115,41 | 0,00 |
| Debitos Divers aPG | 976.637,00 | 0,00 | 0,00 | 6.966.628,08 |
| <u>Restos a Pagar NP</u> | 1.201.271,00 | 835.530,98 | 1.254.282,54 | 1.076.441,79 |
| Passivo Permanente | 18.503.541,00 | 18.935.398,31 | 23.553.820,92 | 26.930.243,29 |
| LP OPC Internas | 14.482.930,00 | 15.494.768,24 | 18.253.377,65 | 19.469.712,70 |
| Obrig Legais e Trib | 3.017.749,00 | 3.440.630,07 | 0,00 | 0,00 |
| LP Obrig a Pagar | 1.002.862,00 | 0,00 | 5.300.443,27 | 7.460.530,59 |
| Passivo Real | 24.639.800,00 | 25.726.908,11 | 30.797.685,10 | 35.864.051,38 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 47 - Dívida Pública do Município de Chapecó

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivo Financeiro | 9.220.267,84 | 9.243.848,81 | 7.799.721,87 | 8.933.808,09 |
| Depósitos Diversos | 298.852,69 | 389.213,30 | 167.817,95 | 890.738,22 |
| Obrig. em Circulação | 8.921.415,15 | 8.854.635,51 | 7.631.903,92 | 8.043.069,87 |
| <u>Restos a pagar Processados</u> | 7.116.400,02 | 7.717.403,54 | 6.281.374,04 | 6.966.628,08 |
| Fornecedores Ex | 0,00 | 2.247.001,75 | 1.572.251,53 | 0,00 |
| Pessoal a pagar Ex | 3.308.438,36 | 4.575.668,21 | 3.242.485,22 | 0,00 |
| Encargos Sociais RC | 2.340.478,82 | 894.733,59 | 1.466.637,29 | 0,00 |
| Debitos Divers aPG | 1.467.482,83 | 0,00 | 0,00 | 6.966.628,08 |
| <u>Restos a Pagar NP</u> | 1.805.015,14 | 1.137.231,97 | 1.350.529,87 | 1.076.441,79 |
| Passivo Permanente | 27.803.194,76 | 25.772.761,04 | 25.361.222,62 | 26.930.243,29 |
| LP OPC Internas | 21.761.873,77 | 21.089.757,54 | 19.654.050,01 | 19.469.712,70 |
| Obrig Legais e Trib | 4.534.432,80 | 4.683.003,50 | 0,00 | 0,00 |
| LP Obrig a Pagar | 1.506.888,20 | 0,00 | 5.707.172,62 | 7.460.530,59 |
| Passivo Real | 37.023.462,60 | 35.016.609,86 | 33.160.944,49 | 35.864.051,38 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Chapecó em 2000 era cerca de R\$ 24,6 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 6,1 milhões (25%) se referiam à dívida de Flutuante e o restante, R\$ 18,5 milhões, à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação foi mantida, evidenciando estabilidade no perfil da dívida pública do município.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma redução do saldo entre 2000 e 2003 na ordem de 3,1%. Registre-se que a população do

município aumentou em 5,4% no mesmo período, evidenciando uma redução na dívida pública por municípe.

O gráfico abaixo mostra a evolução do endividamento e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

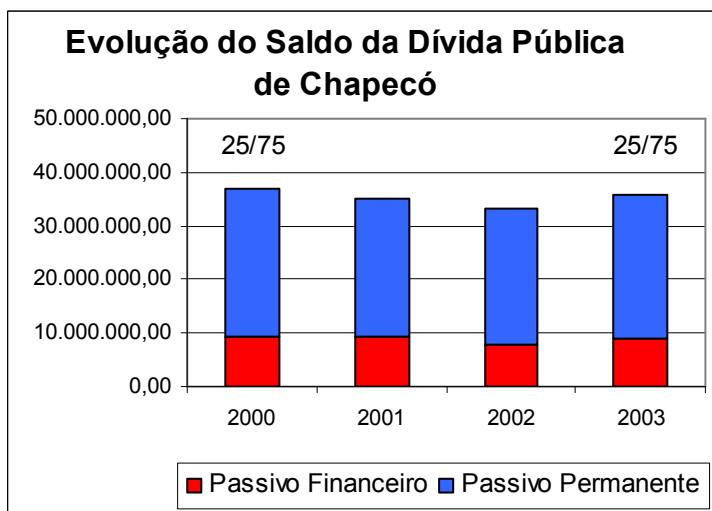


Gráfico 19 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Chapecó em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

Os registros da dívida pública de Chapecó, disponíveis no Banco de Dados do FINBRA estão inferiores aqueles disponíveis no Sistema Contas Anuais do TCE de Santa Catarina, cujos valores advém dos Balanços Anuais da Prefeitura. Este fato evidencia uma grave inconsistência de registros, visto que até o exercício de 2002 os registros do Contas Anuais eram referentes apenas à Unidade Prefeitura, enquanto que os registros contidos no FINBRA referem-se à dívida pública do Município, portanto seria óbvio que a dívida do Município fosse superior à da Prefeitura, jamais ao contrário.

Em relação ao exercício de 2003, os registros contidos no Balanço Anual remetido estão consolidados e demonstram igualdade com os registros do FINBRA.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 48 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Chapecó

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 6.322.773,67 | 5.589.015,90 | 6.482.409,00 | 6.150.511,00 | 9.049.070,00 | 8.021.890,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 4.094.072,35 | 3.973.244,98 | 5.794.403,00 | 5.912.695,00 | 9.231.198,00 | 8.496.318,00 |
| TOTAL | 10.416.846,02 | 9.562.260,88 | 12.276.812,00 | 12.063.206,00 | 18.280.268,00 | 16.518.208,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Não há registros da movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida a Pagar, indicando uma fragilidade na contabilidade do Município, visto que existem dívidas Fundadas e amortizações dessas dívidas no período analisado.

A conta Restos a Pagar apesar de crescer nominalmente, por conta de inscrições maiores que baixas, praticamente não cresceu em termos reais (valores constantes). Importante ressaltar a existência de expressiva dívida com Pessoal e Encargos, que alcançou o valor de R\$ 4.373.520,55 (soma de R\$ 3.011.405,14 e R\$ 1.362.115,41).

Em 2003 esses valores foram baixados da conta Restos a Pagar. Deduz-se que foram encampados como dívida Fundada em 2003, mas a análise da dívida Fundada não permitiu a confirmação desse fato.

Os registros de movimentações na conta de Depósitos de Diversas Origens não evidenciaram significativos fatos na modificação da dívida pública do Município.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 49 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Chapecó

(VALORES HISTÓRICOS)

| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
|--|--------------|--------------|--------------|---------------|
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | 6.400.979,00 | - | - | 6.400.979,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | - | 3.554.288,00 | 3.140.136,00 | 6.694.424,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 4.000.877,00 | 795.679,00 | 1.923.801,00 | 6.720.357,00 |
| (+) Encampação de Débitos Consolidados | - | 2.953.070,00 | 4.626.636,00 | 7.579.706,00 |
| (-) Amortização de Débitos Consolidados | - | 846.721,00 | 2.466.549,00 | 3.313.270,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 2.400.102,00 | 4.864.958,00 | 3.376.422,00 | 10.641.482,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A dívida Fundada do Município, apesar de ter crescido nominalmente (45,5%), decresceu 3,14%, em termos reais no período analisado. As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam a Tomada de Empréstimos, a Correção desses Empréstimos e a Encampação de Débitos Consolidados, como fatos que produziram aumento na dívida Permanente. Em contrapartida evidenciam também as Amortizações de Débitos Consolidados e de dívidas Fundadas que produziram redução na dívida Permanente ou Fundada.

Relevante na análise dos registros contidos na DVP é a existência de Encampação de Débitos Consolidados, no valor total de R\$ 7.579.706,00, a partir de 2002, possivelmente por reconhecimento de dívidas relativas a Pessoal e Encargos. Os registros contidos nas Demonstrações da dívida Fundada do Município não permitiu identificar com precisão a origem dessas encampações.

C.7 – Análise Específica do Município de São José

O município de São José é responsável por 3% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 7º lugar em volume de endividamento. Em 2000, possuía 169.252 habitantes, passando para 181.400 em 2002. Portanto, apresentou um crescimento populacional de 7%.

Os quadros que seguem apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de São José, desde o ano da implantação da LRF (2000) até o ano de 2003.

Tabela 50 - Dívida Pública do Município de São José

| | (VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|-------------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003* |
| População | 169.252 | 169.252 | 181.400 | * |
| Passivo Financeiro | 4.680.311,95 | 8.442.692,76 | 6.914.208,21 | 9.816.224,25 |
| Depósitos Diversos | 656.803,58 | 250.013,89 | 299.397,90 | 788.380,52 |
| Obrig. em Circulação | 4.023.508,37 | 8.192.678,87 | 6.614.810,31 | 9.024.667,35 |
| Restos a pagar Processados | 2.404.208,70 | 2.626.878,68 | 2.810.255,43 | 3.819.290,45 |
| Restos a Pagar não Process. | 1.619.299,67 | 5.565.800,19 | 3.804.554,88 | 3.741.680,24 |
| Passivo Permanente | 19.574.492,04 | 19.082.682,92 | 21.866.779,10 | 24.020.881,52 |
| Operações de Crédito Internas | 6.607.017,25 | 6.217.197,95 | 8.446.851,44 | 11.438.550,57 |
| Obrigações de LP a Pagar | 12.967.474,79 | 12.865.484,97 | 13.419.927,66 | 12.582.330,95 |
| Passivo Real Total | 24.254.803,99 | 27.525.375,68 | 28.780.987,31 | 33.837.105,77 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

* Valores não disponíveis no Banco de Dados da FINBRA, capturados do Balanço Consolidado da Unidade.

Tabela 51 - Dívida Pública do Município de São José

| | (VALORES ATUALIZADOS 31/12/2003) | | | |
|-------------------------------|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003* |
| Passivo Financeiro | 7.032.579,58 | 11.491.255,66 | 7.444.769,76 | 9.816.224,25 |
| Depósitos Diversos | 986.905,04 | 340.291,14 | 322.372,19 | 788.380,52 |
| Obrig. em Circulação | 6.045.674,55 | 11.150.964,52 | 7.122.397,57 | 9.024.667,35 |
| Restos a pagar Processados | 3.612.534,63 | 3.575.415,49 | 3.025.900,29 | 3.819.290,45 |
| Restos a Pagar não Process. | 2.433.139,91 | 7.575.549,03 | 4.096.497,28 | 3.741.680,24 |
| Passivo Permanente | 29.412.392,71 | 25.973.228,49 | 23.544.725,70 | 24.020.881,52 |
| Operações de Crédito Internas | 9.927.623,44 | 8.462.159,31 | 9.095.020,32 | 11.438.550,57 |
| Obrigações de LP a Pagar | 19.484.769,27 | 17.511.069,18 | 14.449.705,38 | 12.582.330,95 |
| Passivo Real Total | 36.444.972,30 | 37.464.484,16 | 30.989.495,46 | 33.837.105,77 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

* Valores não disponíveis no Banco de Dados da FINBRA, capturados do Balanço Consolidado da Unidade.

De acordo com informações do FINBRA a dívida pública do Município de São José em 2000 era cerca de R\$ 24 milhões em valores históricos. Desses, R\$ 4,7 milhões (19,2%) se referem à dívida Flutuante e o restante, R\$ 19,6 milhões, à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação ficou em 29% contra 71%, evidenciando uma elevação significativa na importância da dívida de Curto Prazo, face ao endividamento global do Município.

Deflacionando os valores históricos para 31/12/2003, verifica-se que a dívida Pública do Município apresentou pequena redução no seu montante, considerando os saldos do final dos exercícios de 2000 e 2003. A dívida pública reduziu 7,2%. Em 2002 o saldo da dívida apresentou seu menor valor, cerca de R\$ 31 milhões, em valores de 31/12/2003.

O gráfico abaixo mostra a evolução do endividamento, e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação.

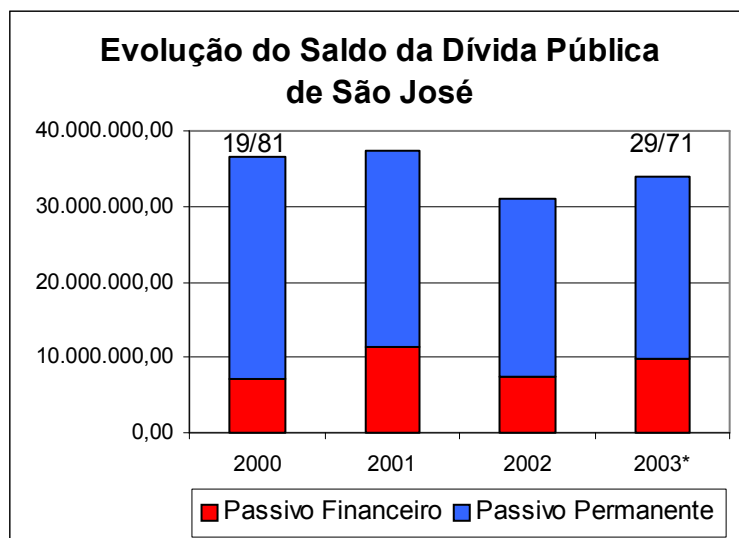


Gráfico 20 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de São José em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

Considerando que mais de 97% da dívida pública no município de São José está registrada no Balanço da Unidade Prefeitura, entende-se satisfatória a investigação dos principais fatos nos Balanços Anuais da Prefeitura. No exercício de 2003, a análise foi realizada no Balanço Consolidado do Município.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 52 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de São José

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 6.862.176,76 | 3.165.225,05 | 5.718.035,61 | 7.079.317,88 | 8.913.982,99 | 6.504.125,95 |
| Depósitos Diversas Origens | 2.820.559,78 | 3.204.601,65 | 3.826.132,40 | 3.787.053,70 | 7.106.749,83 | 6.617.767,21 |
| Serviços da dívida a PG. | 2.792.328,03 | 2.792.328,03 | 3.333.485,55 | 3.333.485,55 | 3.581.655,38 | 3.578.479,00 |
| TOTAL | 12.475.084,57 | 8.182.154,73 | 12.877.653,56 | 14.199.857,13 | 19.602.388,20 | 16.700.372,16 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A conta Restos a pagar foi a grande responsável pelo aumento relativo da dívida Flutuante, no total do endividamento municipal. Considerando os três anos pós vigência de LRF, houveram mais inscrições do que baixa, sendo de R\$ 4.745.526,48 essa diferença.

Os Depósitos de Diversas Origens apresentaram movimentações financeiras semelhantes entre inscrição e baixa, sendo desfavorável em R\$ 144.019,45, ou seja, inscrições maiores que as baixas no período.

Os registros da movimentação financeira da conta Serviços da dívida a Pagar são bastante informativos pois espelham os compromissos de longo prazo (dívida Fundada) que estão vencendo no exercício. O Serviço da dívida não interferiu na composição da dívida pública de São José, pois as baixas e inscrições foram praticamente idênticas.

A Demonstração da dívida Flutuante indica que o Município de São José possui dois grandes grupos de Credores: aqueles classificados como Débitos Consolidados, que abarcam dívidas com INSS, IPESC e PASEP; e aqueles classificados como dívida Fundada, compreendendo obrigações com o BADESC, a CAIXA e CELESC. Das baixas do ano de 2000, 55% foram referente aos Débitos Consolidados. Em 2003 essa relação baixou para 43%, evidenciando que os Serviços da dívida Fundada foram substancialmente acrescidos. Registre-se que às inscrições foram próximas as baixas, sendo desfavorável em apenas R\$ 3.176,38.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 53 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Chapecó

(VALORES HISTÓRICOS)

| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | 0,00 | 358.645,30 | 4.898.027,32 | 5.256.672,62 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | 720.392,79 | 2.601.512,79 | 186.268,96 | 3.508.174,54 |
| (+) Correção de dívida Fundada | 199.123,96 | 475.176,89 | 2.704.269,13 | 3.378.569,98 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 505.795,68 | 517.518,18 | 895.350,36 | 1.918.664,22 |
| (-) Cancelamento de dívida Fundada | 49.067,32 | 688.163,31 | 3.901.515,92 | 4.638.746,55 |
| (+) Encampação de Débitos Consolidados | 1.489.396,13 | 197.507,13 | 0,00 | 1.686.903,26 |
| (+) Correção de Débitos Consolidados | 828.057,66 | 2.916.679,70 | 626.802,12 | 4.371.539,48 |
| (-) Amortização de Débitos Consolidados | 1.361.003,54 | 1.781.185,85 | 1.360.109,86 | 4.502.299,25 |
| (-) Cancelamento de Débitos Consolidados | 1.812.913,12 | 778.558,29 | 104.288,97 | 2.695.760,38 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | (491.809,12) | 2.784.096,18 | 2.154.102,42 | 4.446.389,48 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em termos nominais a dívida Permanente aumentou 4,45 milhões, no período de 2000 a 2003. Significativo foi o valor registrado a título de Empréstimos Tomados, como dívida Fundada, em 2003, no montante de R\$ 4.898.027,32 e, em contrapartida, o cancelamento de R\$ 3.901.515,92, que, pelo valor, pode sugerir classificação imprópria de registros contábeis.

Chama atenção também o volume de Encapações de dívidas e de Correções Monetárias, ocorridas no período. Encapações somaram cerca de R\$ 5,2 milhões, enquanto as Correções foram da ordem de R\$ 7,8 milhões. Dessas correções, o maior volume decorreu dos Débitos Consolidados (4,4 milhões). A identificação dos fatos que produziram essas correções não foi possível através da Análise de Balanços, pois a Demonstração da dívida fundada expressava apenas o número e data das leis autorizativas.

C.8 – Análise Específica do Município de Balneário Camboriú

O município de Balneário Camboriú é responsável por 2,8% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Constitui no Município classificado como 8º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 73.266 habitantes, passando para 80.429 em 2003, evidenciando portanto, um crescimento populacional de 9,8%.

Ressalta-se que Balneário Camboriú é uma cidade tipicamente turística. Sua população residente é bastante baixa em relação à população presente no município em época de temporada.

Os quadros que seguem apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Balneário Camboriú, desde o ano da implantação da LRF (2000), até o final do exercício financeiro de 2003.

Os registros são consolidados do município, mas apresentaram uma inconsistência no ano de 2001 e ausência de informações no ano de 2002. No ano de 2001, verificou-se que a inconsistência decorria de que os valores informados estavam em milhares. Por outro lado, os registros de 2003 parecem terem sido arredondados para a casa dos milhares, não evidenciando precisamente os valores da dívida pública.

Tabela 54 - Dívida Pública do Município de Balneário Camboriú

(EM VALORES HISTÓRICOS)

| | 2000 | 2001* | 2002** | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|--------|---------------|
| População | 73.266 | 73.266 | - | 80.429 |
| Passivo Financeiro | 9.723.980,95 | 12.384.600,00 | - | 10.005.000,00 |
| Depósitos Diversos | 1.785.041,41 | 1.629.100,00 | - | 1.047.000,00 |
| Obrig. em Circulação | 7.938.939,54 | 10.755.500,00 | - | 8.958.000,00 |
| Restos a pagar Processados | 7.938.939,54 | 6.082.450,00 | - | 8.958.000,00 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 4.673.050,00 | - | 0,00 |
| Passivo Permanente | 3.725.656,59 | 9.716.770,00 | - | 21.567.000,00 |
| Opc Internas | 0,00 | 0,00 | - | 2.919.000,00 |
| LP OPC Internas | 3.318.454,29 | 0,00 | - | 18.648.000,00 |
| LP Obrig a Pagar | 407.202,30 | 9.716.770,00 | - | 0,00 |
| Passivo Real | 13.449.637,54 | 22.101.370,00 | - | 31.572.000,00 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

* Os registros de 2001 foram multiplicados por 1.000, pois a Unidade informou em milhares.

** Ausência de registros.

Tabela 55 - Dívida Pública do Município de Balneário Camboriú

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001* | 2002* | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|-------|---------------|
| Passivo Financeiro | 14.611.135,04 | 16.856.541,97 | 0,00 | 10.005.000,00 |
| Depositos Diversos | 2.682.181,43 | 2.217.349,98 | 0,00 | 1.047.000,00 |
| Obrigac em Circulacao | 11.928.953,61 | 14.639.192,00 | 0,00 | 8.958.000,00 |
| Restos a pagar Processados | 11.928.953,61 | 8.278.755,37 | 0,00 | 8.958.000,00 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 6.360.436,63 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Permanente | 5.598.126,10 | 13.225.388,09 | 0,00 | 21.567.000,00 |
| Opc Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.919.000,00 |
| LP OPC Internas | 4.986.268,89 | 0,00 | 0,00 | 18.648.000,00 |
| LP Obrig a Pagar | 611.857,20 | 13.225.388,09 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Real | 20.209.261,13 | 30.081.930,07 | 0,00 | 31.572.000,00 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

* Os registros de 2001 foram multiplicados por 1.000, pois a Unidade informou em milhares.

** Ausência de registros.

A dívida pública do Município de Balneário Camboriú em 2000 era cerca de R\$ 13,4 milhões, em valores históricos. Desses, R\$ 9,7 milhões (72%) se referiam à dívida Flutuante e o restante R\$ 3,7 milhões à dívida Fundada.

Interessante observar o volume de dívida de curto prazo em relação ao endividamento total. Esta relação indica uma gestão inadequada da dívida, visto que dívidas de longo prazos normalmente produzem perspectivas de benefícios futuros ao município, potencializando o retorno em termos de melhorias econômicas e sociais. A dívida de curto prazo, por outro lado, sugere um gasto corrente acima da capacidade de

pagamento do Município durante o exercício. dívidas de longo prazo são preferidas pois normalmente produzem alavancagem ao tomador (benefícios superiores aos custos).

No ano de 2003, a relação entre dívida Flutuante e dívida Fundada inverteu, ficando 32%, contra 68% de dívida Fundada. Apesar de ter havido uma notável melhoria na qualidade da dívida pública do município, ainda assim, o volume de dívidas de curto prazo é significativo.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, observa-se um aumento significativo no estoque da dívida pública entre 2000 e 2003 (56,2%). Considerando que no período houve um aumento na população de 9,8%, verifica-se um aumento do endividamento por habitante, ressalvando que esses habitantes referem-se apenas àqueles residentes no município.

O gráfico apresentado abaixo demonstra a evolução do saldo da dívida pública de Balneário Camboriú, evidenciando a participação da dívida Flutuante e da dívida Fundada em cada um dos períodos analisados, exceção à 2002, em razão da inexistência de registros no FINBRA.

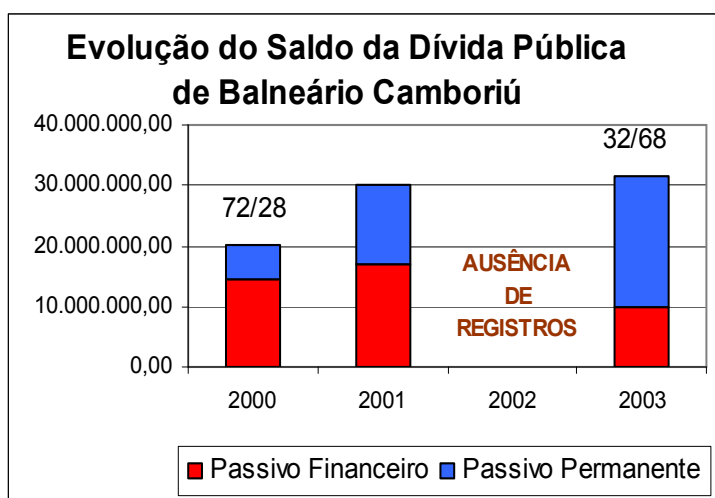


Gráfico 21 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Balneário Camboriú em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise da consistência dos registros contidos no FINBRA, em relação aqueles disponível no Sistema de Contas Anuais, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, indica que a dívida do Município de Balneário Camboriú é formada essencialmente pela dívida

da Prefeitura Municipal. Nos anos de 2000 e 2001, mais de 95% da dívida do município era formada pela dívida da Prefeitura.

Em vista do exposto, entende-se satisfatória que a investigação dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida seja viabilizada através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura, observando que em 2003 os registros já são consolidados.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 56 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Balneário Camboriú

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 5.363.034,00 | 3.246.209,00 | 5.975.002,00 | 9.775.489,00 | 8.643.636,00 | 6.649.695,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 4.431.463,00 | 4.587.541,00 | 5.405.613,00 | 6.528.382,00 | 7.979.199,00 | 7.455.665,00 |
| Serviços da dívida a PG. | - | - | 2.055.750,00 | 2.055.750,00 | 4.054.309,00 | 4.054.309,00 |
| TOTAL | 9.794.497,00 | 7.833.750,00 | 13.436.365,00 | 18.359.621,00 | 20.677.144,00 | 18.159.669,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A dívida Flutuante do município, como um todo, em valores históricos, cresceu apenas R\$ 281 mil de acordo com o FINBRA. A análise das Demonstrações da dívida Flutuante indica que houve decréscimo da mesma em R\$ 445 mil, fruto de baixas superiores às inscrições (755.313 – 310.279). A razão dessa divergência significativa está na conta de Restos a Pagar, pois de acordo com o FINBRA houve um acréscimo de R\$ 1,02 milhão de reais e segundo os registros do Sistema Contas Anuais esse aumento foi de apenas R\$ 310,3 mil.

Possivelmente, essa divergência decorre da inexistência das movimentações de Restos a Pagar das unidades descentralizadas da Prefeitura nos exercícios de 2001 e 2002, sendo essa uma limitação do trabalho, já mencionada, por motivo do Sistema Contas Anuais não conter registros consolidados dos municípios nos exercícios anteriores a 2003.

Em 2003, os principais valores registrados como saldo de Restos a Pagar foram decorrentes de despesas realizadas no próprio exercício. Apenas R\$ 277.304,51 são Restos a Pagar de 2002, sendo a maioria deles (R\$ 210.459,98) relativos à Restos a Pagar não

processados (dados somente da Prefeitura). O total de Restos a Pagar da Prefeitura foi de R\$ 6.598.865,63, enquanto que o consolidado do município foi de R\$ 8.957.716,76. Ressalta-se que a informação consolidada não permitiu identificar os tipos de Restos a Pagar que compreendem o saldo.

A conta de Depósitos de Diversas Origens reduziu significativamente no período analisado. De acordo com os registros do Sistema de Contas Anuais, as baixas superaram as inscrições totalizando um favorável montante de R\$ 755.313,00. Essa conta foi a principal responsável pela redução da importância da dívida Flutuante no endividamento total do município. O volume de baixas em 2002 foi bem superior às inscrições e acabou contribuindo para a redução do saldo dos Depósitos de Diversas Origens no período analisado. “Cauções”, “Descontos e Contribuições” e, principalmente, “Plano de Previdência” foram as contas responsáveis pela baixa significativa desses Depósitos. Em 2001 a Prefeitura devia R\$ 970.738,95 para o referido Plano de Previdência. Em 2002 o saldo passou a ser zero. Em 2003 o maior fluxo de inscrições e baixas foi na conta do Plano de Previdência. Entre os saldos mais significativos em 2003 estão as dívidas com o INSS e o Plano de Saúde do Município.

A movimentação de inscrições e baixas na conta de Serviços da dívida a pagar foram significativas nos exercícios de 2002 e 2003, evidenciando a existência de dívidas e compromissos com o serviço da dívida. Os totais de inscrições e baixas foram idênticos, de forma a concluir que o Serviço da dívida não contribuiu para o aumento da dívida flutuante do Município. Observa-se que a ausência completa de inscrições e baixas no exercício de 2000 evidencia tão somente a ausência de contabilização desses registros naquele ano ou a contabilização em conta indevida.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida fundada do município:

Tabela 57 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Balneário Camboriú

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | - | 744.000,00 | - | 744.000,00 |
| (+) Encampação de dívida Fundada | 6.785.330,00 | - | 4.094.832,00 | 10.880.162,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | - | 1.127.040,00 | - | 1.127.040,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 794.215,00 | 417.223,00 | 1.605.545,00 | 2.816.983,00 |
| (-) Cancelamento de dívida Fundada | - | - | 2.032,00 | 2.032,00 |
| (+) Encampação de Débitos Consolidados | - | 9.354.923,00 | - | 9.354.923,00 |
| (+) Correção de Débitos Consolidados | - | 93.574,00 | 742.451,00 | 836.025,00 |
| (-) Amortização de Débitos Consolidados | - | 1.307.624,00 | 974.718,00 | 2.282.342,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 5.991.115,00 | 9.594.690,00 | 2.254.988,00 | 17.840.793,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida fundada do município apresentou um crescimento significativo no período (285,3%). Em valores históricos, a dívida Fundada cresceu quase seis vezes.

A análise relativa do comportamento da evolução da dívida total sugere uma melhoria na sua qualidade, visto que a dívida Flutuante passou a ter importância relativa menor. Entretanto, o fato é que houve um aumento muito grande na dívida fundada. Ressalta-se que a dívida Flutuante também aumentou, mas em proporção reduzida.

Analisando as variações patrimoniais no período, verifica-se que os dois principais fatos que produziram aumentos significativos na dívida Fundada do Município foram as Encampações de dívida Fundada (R\$ 10,8 milhões no total do período) e de Débitos Consolidados (R\$ 9,4 milhões em 2002).

De acordo com os registros dos Balanços Anuais de 2000 a 2003, os motivos dessas encampações foram: em 2001, confissões de dívidas junto ao FGTS e ao INSS; em 2002, as encampações decorreram de parcelamento de débito com FUNSERVIR (Fundo dos Servidores) e com o INSS; em 2003 as encampações decorreram do parcelamento de débito com a CELESC, FUNSERVIR e com o INSS. Em resumo, praticamente todas os

encapações de dívidas ocorridas durante o período foram motivadas pelo reconhecimento de encargos sociais devidos.

No exercício de 2003, consta como saldo final de Débitos Consolidados o valor de R\$ 2.918.590,27. Este valor refere-se essencialmente às renegociações de dívidas previdenciárias, conforme observou-se através da análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais. A Demonstração da dívida Fundada não permite a identificação de cada um de seus saldos, razão pela qual nada mais pode-se afirmar.

Ressalta-se que, os registros do FINBRA de Balneário Camboriú em 2003 não apresentam as dívidas com a previdência pública e privada.

C.9 – Análise Específica do Município de Itajaí

O município de Itajaí também é responsável por 2,8% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina, mas sua dívida é inferior a de Balneário Camboriú. Constitui no Município classificado como 9º lugar em volume de endividamento. Em 2000 possuía 147.463 habitantes, passando para 153.357 em 2003, evidenciando portanto, um crescimento populacional de 4%.

Os quadros que seguem apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Itajaí, desde o ano da implantação da LRF (2000) até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 58 - Dívida Pública do Município de Itajaí

| | (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | |
|----------------------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 147.463 | 147.463 | 153.357 | 153.357 |
| Passivo Financeiro | 1.581.814,00 | 6.325.503,06 | 11.892.231,62 | 13.820.950,28 |
| Depósitos Diversos | 598.083,00 | 1.095.179,51 | 1.256.786,61 | 2.193.110,30 |
| Obrigac em Circulação | 983.731,00 | 5.230.323,55 | 10.635.445,01 | 11.627.839,98 |
| Restos a pagar Processados | 813.833,00 | 2.002.531,39 | 3.900.219,93 | 6.672.053,57 |
| Restos a Pagar NP | 169.898,00 | 3.227.361,73 | 6.735.225,08 | 4.955.786,41 |
| Passivo Permanente | 17.848.382,00 | 15.673.562,66 | 18.140.737,41 | 17.336.111,58 |
| Opc Internas | 0,00 | 15.673.562,66 | 0,00 | 0,00 |
| LP OPC Internas | 17.848.382,00 | 0,00 | 14.864.242,59 | 17.336.111,58 |
| Outras Exigibilidades | 0,00 | 0,00 | 3.276.494,82 | 0,00 |
| Passivo Real | 19.430.196,00 | 21.999.065,72 | 30.032.969,03 | 31.157.061,86 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 59 - Dívida Pública do Município de Itajaí

(EM VALORES DE 31/12/2003)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Passivo Financeiro | 2.376.814,40 | 8.609.572,20 | 12.804.781,64 | 13.820.950,28 |
| Depósitos Diversos | 898.672,21 | 1.490.636,71 | 1.353.226,09 | 2.193.110,30 |
| Obrigac em Circulação | 1.478.142,19 | 7.118.935,49 | 11.451.555,55 | 11.627.839,98 |
| Restos a pagar Processados | 1.222.855,53 | 2.725.623,31 | 4.199.503,18 | 6.672.053,57 |
| Restos a Pagar NP | 255.286,66 | 4.392.726,33 | 7.252.052,36 | 4.955.786,41 |
| Passivo Permanente | 26.818.760,85 | 21.333.112,64 | 19.532.766,32 | 17.336.111,58 |
| Opc Internas | 0,00 | 21.333.112,64 | 0,00 | 0,00 |
| LP OPC Internas | 26.818.760,85 | 0,00 | 16.004.849,77 | 17.336.111,58 |
| Outras Exigibilidades | 0,00 | 0,00 | 3.527.916,55 | 0,00 |
| Passivo Real | 29.195.575,25 | 29.942.684,84 | 32.337.547,96 | 31.157.061,86 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Itajaí, em 2000, importava R\$ 19,4 milhões, em valores históricos. Desses, R\$ 1,6 milhão (8%) se referiam à dívida Flutuante e o restante R\$ 17,8 milhões à dívida Fundada. No ano de 2003, a relação entre dívida Flutuante e dívida Fundada modificou significativamente, com aumento da importância da dívida de curto prazo no endividamento total do município. No último ano da série, 44% representava dívida Flutuante, contra 56% de dívida Fundada.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma certa estabilidade no volume da dívida pública do município entre os anos de 2000 a 2003. O crescimento verificado foi de 6,72%. Considerando que no período houve um aumento na população de 4%, verifica-se um pequeno aumento do endividamento por habitante.

O gráfico apresentado abaixo demonstra a evolução do saldo da dívida pública de Itajaí, evidenciando a participação da dívida Flutuante e dívida Fundada em cada um dos períodos analisados.

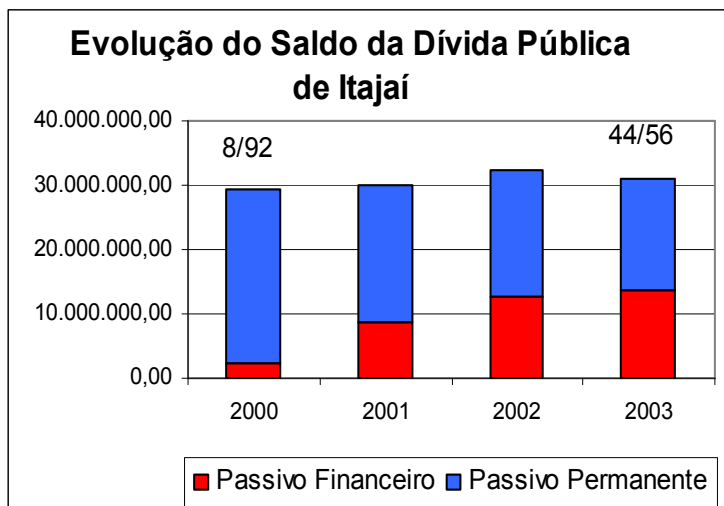


Gráfico 22 - Evolução do Saldo da Dívida Pública de Itajaí em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

A análise da consistência dos registros contidos no FINBRA, em relação aqueles disponíveis no Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina, indica uma modificação na importância da dívida da Prefeitura Municipal face à dívida total do município. Em 2000, 99% da dívida pública era formada pela dívida da Prefeitura. Em 2002, antes da consolidação das Demonstrações Contábeis, esse percentual caiu para apenas 62%. Esta situação fragiliza a análise dos fatos contábeis registrados na contabilidade da Prefeitura em 2002, pois retratam apenas 62% dos fatos globais ocorridos. Entretanto, para os demais anos, inclusive 2001, entende-se satisfatória que a investigação dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida seja viabilizada através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura. Observa-se novamente que em 2003 os registros já são consolidados.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 60 - Fatos Contábeis da dívida Flutuante de Itajaí**(VALORES HISTÓRICOS)**

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 1.447.114,00 | 741.885,00 | 3.036.324,00 | 1.421.338,00 | 11.289.900,00 | 10.126.788,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 11.134.310,00 | 10.966.369,00 | 11.209.581,00 | 11.158.291,00 | 24.820.558,00 | 23.884.234,00 |
| TOTAL | 12.581.424,00 | 11.708.254,00 | 14.245.905,00 | 12.579.629,00 | 36.110.458,00 | 34.011.022,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

A dívida Flutuante de Itajaí cresceu significativamente no período. Em valores históricos passou de R\$ 1,6 milhão para R\$ 13,8 milhões. Os fatos contábeis que explicam esse crescimento estão contidos na movimentação dos Restos a Pagar e dos Depósitos de Diversas Origens. Os registros da movimentação da Prefeitura de Itajaí explicam pouco menos da metade desse crescimento.

A conta de Restos a Pagar foi, de acordo com os registros dos Balanços Anuais da Prefeitura, o principal responsável pelo aumento da dívida Flutuante. As inscrições superaram as baixas em todos os exercícios, sendo que no total essa relação foi desfavorável em R\$ 3.483.327,00. As inscrições de Restos a Pagar de 2002 não foram pagas em 2002, ficaram em saldo para o exercício seguinte. Da mesma forma em 2003. Do saldo final, praticamente todo montante refere-se a Restos a Pagar de 2003 (processados e não processados), evidenciando que as despesas realizadas no exercício estão sendo pagas somente no exercício seguinte.

A conta de Depósitos de Diversas Origens também explica parte do crescimento da dívida Flutuante do Município no período. As inscrições superaram as baixas em R\$ 1.155.555,00, estando no exercício de 2003 a relação mais desfavorável. A causa desse aumento está no registro “Porto Trânsito Amigo c/c 3003-1”, com inscrições de R\$ 650.000,00 e baixas ausentes. Possivelmente refere-se à convênio onde os recursos foram empenhados e ainda não pagos.

Interessante a inexistência de registros contábeis relativos ao Serviço da dívida do Município de Itajaí. Em análise aos registros da Demonstração da dívida Flutuante, verificou-se a existência desses registros em todos os anos, sendo as inscrições de mesmo valor que as baixas ocorridas. Entretanto, tais movimentações não foram alimentadas no

Sistema de Contas Anuais do Tribunal de Contas de Santa Catarina, pois respectivos registros não estavam expressos no Balanço Financeiro (fonte utilizada para alimentar a movimentação da dívida Flutuante). Apesar de ausência de registros no Sistema de Contas Anuais, o fato é que o aumento da dívida Flutuante não decorreu de obrigações com o Serviço da dívida a Pagar.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 61 - Fatos Contábeis da dívida Fundada de Itajaí

(VALORES HISTÓRICOS)

| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
|---|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | - | 882.494,00 | 1.235.009,00 | 2.117.503,00 |
| (+) Correção de dívida Fundada | - | 586.807,00 | - | 586.807,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 2.339.669,00 | 2.278.622,00 | 2.793.266,00 | 7.411.557,00 |
| (+) Renegociação (Diversos) | 164.850,00 | - | 753.631,00 | 918.481,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | (2.174.819,00) | (809.321,00) | (804.626,00) | (3.788.766,00) |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida Fundada do Município apresentou uma redução significativa no período (35,4%). Em valores históricos, a dívida Fundada decresceu apenas R\$ 512.270,42.

Analisando as variações patrimoniais no período, verifica-se que o município se empenhou na amortização dos empréstimos já existentes. Essas amortizações alcançaram o montante de R\$ 7.411.557,00, distribuídas equitativamente entre os períodos de 2000 a 2003. No total as Variações Ativas superaram as Passivas no volume de R\$ 3.788.766,00, visto que houveram tomadas de empréstimos em 2002 e 2003.

Observou-se a existência de Renegociações em 2001 e 2003, que implicaram no aumento da dívida fundada. A inexistência de correções nesses anos sugere a interpretação de que essas renegociações, na verdade, referem-se à correção de dívidas passivas.

De acordo com os registros das Demonstrações da dívida Fundada, em 2000, 31,3% da dívida representavam obrigações junto ao INSS (R\$ 5.594.161,16). As demais dívidas são decorrentes de operações de crédito. Em 2003, as obrigações junto ao INSS passaram a representar 28,5% da dívida Fundada município (R\$ 4.001.082,51).

Ressalta-se que no FINBRA não há registro de obrigações previdenciárias, sendo incluídas equivocadamente como dívidas decorrentes de operações de créditos.

C.10 – Análise Específica do Município Brusque

O município de Brusque é o município com o menor volume de dívida pública, entre os municípios desta amostra intencional. É responsável por 1,9% da dívida pública dos Municípios de Santa Catarina. Em 2000 possuía 75.798 habitantes, passando para 79.815 em 2003, evidenciando portanto, um crescimento populacional de 5,3%.

Os quadros que seguem, apresentam a evolução dos principais componentes da dívida pública do Município de Brusque, desde o ano da implantação da LRF (2000) até o final do exercício financeiro de 2003.

Tabela 62 - Dívida Pública do Município de Brusque

| (EM VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|----------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| População | 75.798 | 75.798 | 79.815 | 79.815 |
| Passivo Financeiro | 1.119.840,17 | 2.693.198,26 | 3.615.049,16 | 999.144,34 |
| Depósitos Diversos | 99.755,13 | 432.235,77 | 472.523,21 | 999.144,34 |
| Obrigac em Circulação | 1.020.085,04 | 2.260.962,49 | 3.142.525,95 | 0,00 |
| Restos a pagar Processados | 1.020.085,04 | 1.871.235,61 | 3.142.525,95 | 0,00 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 389.726,88 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Permanente | 8.675.396,93 | 9.390.353,56 | 9.785.961,42 | 20.639.392,02 |
| Provisoes | 8.675.396,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Opc Internas | 0,00 | 0,00 | 9.785.961,42 | 0,00 |
| LP OPC Internas | 0,00 | 9.390.353,56 | 0,00 | 20.639.392,02 |
| Passivo Real | 9.795.237,10 | 12.083.551,82 | 13.401.010,58 | 21.638.536,36 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

Tabela 63 - Dívida Pública do Município de Brusque

| (EM VALORES DE 31/12/2003) | | | | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Passivo Financeiro | 1.682.658,17 | 3.665.682,34 | 3.892.449,84 | 999.144,34 |
| Depósitos Diversos | 149.890,84 | 588.311,32 | 508.782,26 | 999.144,34 |
| Obrigac em Circulação | 1.532.767,32 | 3.077.371,02 | 3.383.667,58 | 0,00 |
| Restos a pagar Processados | 1.532.767,32 | 2.546.918,08 | 3.383.667,58 | 0,00 |
| Restos a Pagar NP | 0,00 | 530.452,94 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Permanente | 13.035.545,49 | 12.781.106,29 | 10.536.886,86 | 20.639.392,02 |
| Provisoes | 13.035.545,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Opc Internas | 0,00 | 0,00 | 10.536.886,86 | 0,00 |
| LP OPC Internas | 0,00 | 12.781.106,29 | 0,00 | 20.639.392,02 |
| Passivo Real | 14.718.203,66 | 16.446.788,63 | 14.429.336,70 | 21.638.536,36 |

Fonte: Banco de Dados da Finbra – site www.stn.fazenda.gov.br

A dívida pública do Município de Brusque em 2000 era cerca de R\$ 9,8 milhões, em valores históricos. Desses, R\$ 1,1 milhão (11%) se referiam à dívida Flutuante e o restante, R\$ 8,7 milhões, à dívida Fundada. No ano de 2003 essa relação ficou em 5% contra 95%, evidenciando uma redução na importância da dívida de Curto Prazo, face ao endividamento global do Município.

Trazendo os valores históricos da dívida para uma base constante, verifica-se uma elevação do saldo entre 2000 e 2003, na ordem de 47%, bastante superior ao crescimento da população, que foi de 5,3% no período.

O gráfico abaixo mostra a evolução do endividamento, e a relação existente entre dívida Flutuante e dívida Fundada, destacando a modificação nessa relação. Os valores estão corrigidos para 31/12/2003.

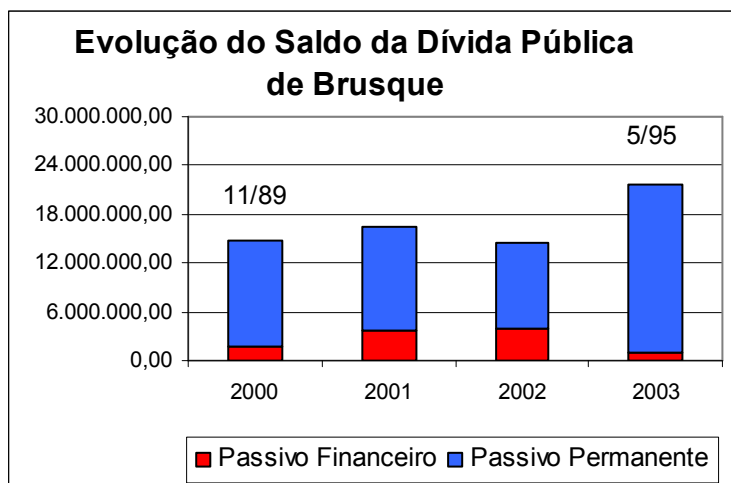


Gráfico 23 - Evolução do Saldo da dívida pública de Brusque em Valores Constantes

Obs. O rótulo inserido no primeiro e no último ano da série histórica refere-se à relação percentual entre o Passivo Financeiro e o Passivo Permanente.

Considerando que do Saldo da dívida pública do Município de Brusque, durante os exercícios de 2000 a 2002, foram provenientes quase que na totalidade da Unidade Prefeitura, entende-se satisfatória que a investigação dos principais fatos atinentes à evolução do perfil da dívida seja viabilizada através da análise dos Balanços Anuais da Prefeitura. Em relação ao exercício de 2003, informa-se que os registros contidos no Balanço Anual remetido estão consolidados.

A Demonstração da dívida Flutuante e o Balanço Financeiro fornecem informações importantes sobre os fatos contábeis com implicação na dívida Flutuante do Município. Dessas informações extrai-se o seguinte:

Tabela 64 - Fatos Contábeis da Dívida Flutuante de Brusque

(VALORES HISTÓRICOS)

| Contas | 2001 | | 2002 | | 2003* | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa | Inscrição | Baixa |
| Restos a Pagar | 1.403.844,00 | 211.521,00 | 3.704.017,00 | 2.793.391,00 | 231.481,00 | 3.374.007,00 |
| Depósitos Diversas Origens | 2.134.446,00 | 1.836.565,00 | 2.770.213,00 | 2.817.280,00 | 5.449.999,00 | 4.875.714,00 |
| Serviços da dívida a PG. | - | - | - | - | 16,00 | 16,00 |
| Depósitos Especiais | 107.962,00 | 96.001,00 | 63.717,00 | 67.728,00 | 97.891,00 | 105.841,00 |
| Outras Operações | - | - | - | - | 80.422.376,00 | 73.241.884,00 |
| TOTAL | 3.646.252,00 | 2.144.087,00 | 6.537.947,00 | 5.678.399,00 | 86.201.763,00 | 81.597.462,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

De acordo com os registros do FINBRA, a dívida Flutuante de Brusque decresceu no período. Em valores históricos passou de R\$ 1.119.840,17 para R\$ 999.144,34. Contudo, os registros contidos no Sistema de Contas Anuais indica a ocorrência de inscrições bastante superiores às baixas (R\$ 6.966.014,00), explicada pelo registro de “Outras Operações” ocorridas no exercício de 2003. Não há registros explicativos no Balanço Anual de 2003, sendo sua anotação proveniente da análise técnica realizada pelo Tribunal de Contas.

O saldo da conta de Restos a Pagar foi reduzido em R\$ 1.039.577,00, especialmente pelas significativas baixas ocorridas no exercício de 2003. Não foi possível identificar quais credores foram pagos, mas o montante de pagamentos superou as inscrições do período em R\$ 3.142.526. Ressalta-se que os registros dos Restos a Pagar de Brusque, no exercício de 2003, disponíveis no banco de dados do FINBRA, estão inconsistentes, pois registram saldo zero. A Demonstração da dívida Flutuante de 2003 registra que o Saldo de Restos a Pagar foram de R\$ 1.854.213,14.

O saldo da conta dos Depósitos de Diversas Origens, de acordo com os registros do Sistema Contas Anuais cresceu em R\$ 825.099,00, no período de 2000 a 2003. Os anos de 2001 e 2003 foram aqueles onde as inscrições superaram as baixas. Em 2003, as

principais explicações do aumento do saldo desses depósitos foram: IAPAS, Fundo de Pensão e Aposentadoria, Fundo Municipal de Assistência e Previdência, Assistência Médica, Plano Odontológico e INSS Recicle. Observa-se mais uma vez que todos se referem a obrigações sociais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, registra os fatos que produziram variação da dívida Fundada do Município:

Tabela 65 - Fatos Contábeis da Dívida Fundada de Brusque

| (VALORES HISTÓRICOS) | | | | |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Fatos Contábeis | 2001 | 2002 | 2003* | TOTAL |
| (+) Empréstimos Tomados (dívida Fundada) | - | - | 7.330.546,00 | 7.330.546,00 |
| (+) Correção de dívidas Fundada | 114.510,00 | 1.680.175,00 | 4.556.133,00 | 6.350.818,00 |
| (-) Amortização da dívida Fundada | 457.272,00 | 519.920,00 | 525.199,00 | 1.502.391,00 |
| (+) Correção de Débitos Consolidados | - | - | 78.092,00 | 78.092,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | (342.762,00) | 1.160.255,00 | 11.439.572,00 | 12.257.065,00 |

Fonte: Balanço Anual da Prefeitura (2001 e 2002)

*** Registros extraídos do Balanço Anual Consolidado do Município.**

Em valores constantes, a dívida fundada do município apresentou uma expressiva elevação (58,3%). Em valores históricos, o aumento foi de R\$ 11.963.995,09, de acordo com os registros do FINBRA.

Analisando as variações patrimoniais no período, através dos registros do Sistema de Contas Anuais, verifica-se que as principais causas desse expressivo aumento foram a tomada de empréstimos em 2003, no valor de R\$ 7.330.546,00 e as correções de dívidas, que no total alcançaram a cifra de R\$ 6.350.818,00. Os registros contidos nas Demonstrações da dívida Fundada do Município não permitiram a identificação dos principais credores do municípios, fazem referência apenas às leis autorizativas.

10 APENDICE D – ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DA SÉRIE HISTÓRICA PARA 31/12/2003

| IGPDI | | Número Índice | Variação do Mês | Índice de Atualização |
|-------------------|--------|---------------|-----------------|-----------------------|
| Número | Índice | | | |
| 01/2000 = 178,465 | jan-00 | 178,465 | | 1,63328384 |
| 02/2000 = 178,811 | fev-00 | 178,811 | 0,19% | 1,63012343 |
| 03/2000 = 179,133 | mar-00 | 179,133 | 0,18% | 1,62719320 |
| 04/2000 = 179,366 | abr-00 | 179,366 | 0,13% | 1,62507945 |
| 05/2000 = 180,576 | mai-00 | 180,576 | 0,67% | 1,61419015 |
| 06/2000 = 182,254 | jun-00 | 182,254 | 0,93% | 1,59932841 |
| 07/2000 = 186,369 | jul-00 | 186,369 | 2,26% | 1,56401547 |
| 08/2000 = 189,763 | ago-00 | 189,763 | 1,82% | 1,53604233 |
| 09/2000 = 191,068 | set-00 | 191,068 | 0,69% | 1,52555111 |
| 10/2000 = 191,777 | out-00 | 191,777 | 0,37% | 1,51991115 |
| 11/2000 = 192,525 | nov-00 | 192,525 | 0,39% | 1,51400597 |
| 12/2000 = 193,988 | dez-00 | 193,988 | 0,76% | 1,50258779 |
| 01/2001 = 194,939 | jan-01 | 194,939 | 0,49% | 1,49525749 |
| 02/2001 = 195,601 | fev-01 | 195,601 | 0,34% | 1,49019688 |
| 03/2001 = 197,166 | mar-01 | 197,166 | 0,80% | 1,47836848 |
| 04/2001 = 199,394 | abr-01 | 199,394 | 1,13% | 1,46184940 |
| 05/2001 = 200,272 | mai-01 | 200,272 | 0,44% | 1,45544060 |
| 06/2001 = 203,196 | jun-01 | 203,196 | 1,46% | 1,43449674 |
| 07/2001 = 206,477 | jul-01 | 206,477 | 1,61% | 1,41170203 |
| 08/2001 = 208,335 | ago-01 | 208,335 | 0,90% | 1,39911201 |
| 09/2001 = 209,129 | set-01 | 209,129 | 0,38% | 1,39380000 |
| 10/2001 = 212,153 | out-01 | 212,153 | 1,45% | 1,37393296 |
| 11/2001 = 213,770 | nov-01 | 213,770 | 0,76% | 1,36354025 |
| 12/2001 = 214,155 | dez-01 | 214,155 | 0,18% | 1,36108893 |
| 01/2002 = 214,553 | jan-02 | 214,553 | 0,19% | 1,35856408 |
| 02/2002 = 214,939 | fev-02 | 214,939 | 0,18% | 1,35612430 |
| 03/2002 = 215,176 | mar-02 | 215,176 | 0,11% | 1,35463063 |
| 04/2002 = 216,688 | abr-02 | 216,688 | 0,70% | 1,34517832 |
| 05/2002 = 219,085 | mai-02 | 219,085 | 1,11% | 1,33046078 |
| 06/2002 = 222,886 | jun-02 | 222,886 | 1,73% | 1,30777169 |
| 07/2002 = 227,455 | jul-02 | 227,455 | 2,05% | 1,28150184 |
| 08/2002 = 232,823 | ago-02 | 232,823 | 2,36% | 1,25195535 |
| 09/2002 = 238,981 | set-02 | 238,981 | 2,64% | 1,21969529 |
| 10/2002 = 249,051 | out-02 | 249,051 | 4,21% | 1,17037876 |
| 11/2002 = 263,594 | nov-02 | 263,594 | 5,84% | 1,10580666 |
| 12/2002 = 270,711 | dez-02 | 270,711 | 2,70% | 1,07673497 |
| 01/2003 = 276,590 | jan-03 | 276,590 | 2,17% | 1,05384866 |
| 02/2003 = 280,988 | fev-03 | 280,988 | 1,59% | 1,03735391 |
| 03/2003 = 285,644 | mar-03 | 285,644 | 1,66% | 1,02044503 |
| 04/2003 = 286,829 | abr-03 | 286,829 | 0,41% | 1,01622918 |
| 05/2003 = 284,910 | mai-03 | 284,910 | -0,67% | 1,02307395 |
| 06/2003 = 282,921 | jun-03 | 282,921 | -0,70% | 1,03026640 |
| 07/2003 = 282,364 | jul-03 | 282,364 | -0,20% | 1,03229873 |
| 08/2003 = 284,115 | ago-03 | 284,115 | 0,62% | 1,02593668 |
| 09/2003 = 287,098 | set-03 | 287,098 | 1,05% | 1,01527701 |
| 10/2003 = 288,361 | out-03 | 288,361 | 0,44% | 1,01083017 |
| 11/2003 = 289,745 | nov-03 | 289,745 | 0,48% | 1,00600183 |
| 12/2003 = 291,484 | dez-03 | 291,484 | 0,60% | 1,00000000 |

Fonte: <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/>